

**ANEXO I – QUADRO COM INFORMAÇÕES SOBRE OS CARGOS E DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS****CONSOLIDADO A RETIFICAÇÃO Nº 04**

QUADRO DE CARGOS – NÍVEL FUNDAMENTAL					DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS		
CÓD.	CARGO	HABILITAÇÃO E REQUISITOS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	* SALÁRIO MENSAL R\$	AMPLA CONCORRÊNCIA	PCD	TOTAL
101	AGENTE ADMINISTRATIVO I	Ensino Fundamental.	30h	R\$ 1.416,71	13	1	14

QUADRO DE CARGOS – NÍVEL MÉDIO / MÉDIO TÉCNICO					DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS			
CÓD.	CARGO	HABILITAÇÃO E REQUISITOS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	* SALÁRIO MENSAL R\$	AMPLA CONCORRÊNCIA	10% SEXO FEMININO ART 13 LEI COMP. 201	PCD	TOTAL
201	PROFESSOR AI (MAGISTÉRIO)	Formação em nível médio, com habilitação em magistério para atuar em educação infantil ou séries iniciais do Ensino Fundamental; ou formação em nível superior em Pedagogia, Normal Superior ou em curso superior de graduação, reconhecido pelo MEC, que habilite para atuar como professor na educação infantil e/ou séries iniciais do ensino fundamental.	25h	R\$ 2.160,61	50	0	6	56
202	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I	Ensino Médio.	30h	R\$ 2.160,61	14	0	2	16
203	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO	Ensino médio, com habilitação mínima em Técnico em contabilidade.	30h	R\$ 2.160,61	2	0	0	2
204	FISCAL SANITÁRIO	Ensino Médio.	30h	R\$ 2.160,61	1	0	0	1
205	TNM-TÉCNICO DE INFORMÁTICA	Ensino Médio, com habilitação mínima em Técnico em Informática.	30h	R\$ 2.160,61	1	0	0	1
206	TNM-TÉCNICO AMBIENTAL	Ensino Médio, com habilitação mínima em Técnico Ambiental ou Técnico em Meio Ambiente, registro profissional.	30h	R\$ 2.160,61	1	0	0	1
207	TNM-TÉCNICO DE EDIFICAÇÃO	Ensino Médio, com habilitação mínima em Técnico em Edificação, registro profissional.	30h	R\$ 2.160,61	1	0	0	1
208	TNM-TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Ensino Médio, com habilitação mínima em Técnico de Enfermagem e registro no COREN.	30h	R\$ 2.160,61	3	0	0	3
209	TNM-TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Ensino Médio, com habilitação mínima em Técnico de Enfermagem e registro no COREN.	40h	R\$ 2.880,79	3	0	0	3
210	GUARDA CIVIL MUNICIPAL	Nível médio completo; aptidão em processo de avaliação física e psicológica e aprovação em curso de formação profissional. Possuir idade mínima de 18 (dezoito) anos e altura mínima de 1,65m (um metro e sessenta e cinco centímetros) para o sexo masculino, e de 1,60m (um metro e sessenta centímetros) para o sexo feminino.	40h	R\$ 2.160,61	16	2	2	20
211	FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	Ensino Médio, com curso técnico registrado no CREA.	30h	R\$ 2.160,61	2	0	0	2
212	FISCAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO	Ensino Médio	30h	R\$ 2.160,61	1	0	0	1

**ANEXO I – QUADRO COM INFORMAÇÕES SOBRE OS CARGOS E DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS**

QUADRO DE CARGOS – NÍVEL SUPERIOR					DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS		
CÓD.	CARGO	HABILITAÇÃO E REQUISITOS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	* SALÁRIO MENSAL R\$	AMPLA CONCORRÊNCIA	PCD	TOTAL
301	TNS-BIBLIOTECÁRIO	Graduação em Biblioteconomia e registro no conselho profissional respectivo.	30h	R\$ 3.021,96	1	0	1
302	TNS-ENGENHEIRO DE TRÂNSITO	Curso Superior em Engenharia de Trânsito ou Gestão e/ou Controle de Tráfego, ou curso superior em outra área, com especialização em engenharia de trânsito ou gestão e/ou de trânsito ou tráfego, registro profissional.	30h	R\$ 3.021,96	1	0	1
303	TNS-BIÓLOGO	Graduação em Biologia e registro no conselho profissional respectivo.	30h	R\$ 3.021,96	1	0	1
304	TNS-PSICÓLOGO	Graduação em Psicologia, e registro no conselho profissional respectivo.	30h	R\$ 3.021,96	6	1	7
305	TNS-ASSISTENTE SOCIAL	Graduação em Serviço Social e registro no conselho profissional respectivo.	30h	R\$ 3.021,96	4	0	4
306	TNS-CONTADOR	Graduação em Ciências Contábeis e registro no conselho profissional respectivo.	30h	R\$ 3.021,96	3	0	3
307	TNS-ENGENHEIRO AGRÔNOMO	Graduação Superior em Agronomia e registro no conselho profissional respectivo.	30h	R\$ 3.021,96	1	0	1
308	TNS-ENGENHEIRO DE SISTEMAS	Graduação em Engenharia de Sistemas e registro no conselho profissional respectivo.	30h	R\$ 3.021,96	1	0	1
309	TNS-ENGENHEIRO CIVIL	Graduação em Engenharia Civil e registro no conselho profissional respectivo.	30h	R\$ 3.021,96	1	0	1
310	TNS-ENGENHEIRO ELETRICISTA	Graduação em Engenharia Elétrica e registro no conselho profissional respectivo.	30h	R\$ 3.021,96	1	0	1
311	TNS-ENFERMEIRO 30H	Graduação em Enfermagem e registro no conselho profissional respectivo.	30h	R\$ 3.021,96	2	0	2
312	TNS-ENFERMEIRO 40H	Graduação em Enfermagem e registro no conselho profissional respectivo.	40h	R\$ 4.029,27	2	0	2
313	TNS-ENFERMEIRO DO TRABALHO	Graduação em Enfermagem, habilitação técnica adequada e registro no conselho profissional respectivo.	30h	R\$ 3.021,96	1	0	1
314	TNS-MÉDICO AUDITOR	Graduação em Medicina, Especialização em Auditoria Médica e registro no conselho profissional respectivo.	20h	R\$ 3.021,96	1	0	1
315	TNS-DENTISTA 30H	Graduação em Odontologia e registro no conselho profissional respectivo.	30h	R\$ 3.021,96	1	0	1
316	TNS-DENTISTA 40H	Graduação em Odontologia e registro no conselho profissional respectivo.	40h	R\$ 4.029,27	1	0	1
317	TÉCNICO EM EDUCAÇÃO (SUPERVISÃO ESCOLAR)	Graduação em Pedagogia com habilitação em Supervisão Escolar, ou Pedagogia e demais licenciaturas, com pós-graduação que habilite em Supervisão Escolar. Registro no Conselho Profissional respectivo, se existente.	30h	R\$ 3.021,96	11	1	12
318	PROCURADOR MUNICIPAL	Ensino Superior em Direito, com inscrição na OAB. Experiência comprovada no mínimo de dois anos de efetivo exercício da advocacia.	30h	R\$ 3.021,96	2	0	2
319	TNS-FARMACÊUTICO 40H	Graduação em Farmácia e registro no conselho profissional respectivo.	40h	R\$ 4.029,27	2	0	2
320	TNS-MÉDICO GENERALISTA 20H	Graduação em Medicina e registro no conselho profissional respectivo.	20h	R\$ 3.021,96	2	0	2
321	TNS-NUTRICIONISTA 40H	Graduação em Nutrição e registro no conselho profissional respectivo.	40h	R\$ 4.029,27	2	0	2
322	TNS-EDUCADOR FÍSICO 30H	Graduação em Educação Física e registro no conselho profissional respectivo.	30h	R\$ 3.021,96	1	0	1
323	TNS-ARQUITETO 30H	Graduação em Arquitetura ou Arquitetura e Urbanismo e registro no conselho profissional respectivo.	30h	R\$ 3.021,96	1	0	1
324	TNS-ENGENHEIRO AMBIENTAL 30H	Graduação em Engenharia Ambiental e registro no conselho profissional respectivo.	30h	R\$ 3.021,96	1	0	1
325	TNS-FONOAUDIÓLOGO 40H	Graduação em Fonoaudiologia e registro no conselho profissional respectivo.	40h	R\$ 4.029,27	1	0	1
326	TNS-FISIOTERAPEUTA 40H	Graduação em Fisioterapia e registro no conselho profissional respectivo.	40h	R\$ 4.029,27	1	0	1
327	TNS-TURISMÓLOGO 30H	Graduação em Turismo e registro no conselho profissional respectivo.	30h	R\$ 3.021,96	1	0	1

**ANEXO II - QUADRO DE PROVAS E PONTUAÇÃO DA PROVA OBJETIVA****CONSOLIDADO A RETIFICAÇÃO Nº 04**

NÍVEL FUNDAMENTAL						
CÓD.	CARGOS	PROVA OBJETIVA				
		LÍNGUA PORTUGUESA	RACIOCÍNIO LÓGICO	NOÇÕES BÁSICAS DE INFORMÁTICA	TOTAL DE QUESTÕES/PONTOS	CRITÉRIO DE APROVAÇÃO ITEM 9.2.7
101	AGENTE ADMINISTRATIVO I	10 QUESTÕES 1 PONTO CADA	10 QUESTÕES 1 PONTO CADA	10 QUESTÕES 1 PONTO CADA	30 QUESTÕES 30 PONTOS TOTAL	Não zerar nenhum conteúdo da prova objetiva e obter no mínimo 18 pontos

NÍVEL MÉDIO / MÉDIO TÉCNICO										
CÓD.	CARGOS	PROVA OBJETIVA					PROVA DE TÍTULOS	TESTE DE APTIDÃO FÍSICA	AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA	
		LÍNGUA PORTUGUESA	RACIOCÍNIO LÓGICO	NOÇÕES BÁSICAS DE INFORMÁTICA	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	TOTAL DE QUESTÕES/PONTOS				CRITÉRIO DE APROVAÇÃO ITEM 9.2.7
201	PROFESSOR AI (MAGISTÉRIO)	10 QUESTÕES 1 PONTO CADA	5 QUESTÕES 1 PONTO CADA	5 QUESTÕES 1 PONTO CADA	10 QUESTÕES 2 PONTOS CADA	30 QUESTÕES 40 PONTOS TOTAL	Não zerar nenhum conteúdo da prova objetiva e obter no mínimo 24 pontos	-	-	
202	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I				10 QUESTÕES 2 PONTOS CADA					
203	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO				10 QUESTÕES 2 PONTOS CADA					
204	FISCAL SANITÁRIO				10 QUESTÕES 2 PONTOS CADA					
205	TNM-TÉCNICO DE INFORMÁTICA				10 QUESTÕES 2 PONTOS CADA					
206	TNM-TÉCNICO AMBIENTAL				10 QUESTÕES 2 PONTOS CADA					
207	TNM-TÉCNICO DE EDIFICAÇÃO				10 QUESTÕES 2 PONTOS CADA					
208/209	TNM-TÉCNICO DE ENFERMAGEM				10 QUESTÕES 2 PONTOS CADA					
210	GUARDA CIVIL MUNICIPAL	-	-	-	15 QUESTÕES 2 PONTOS CADA	30 QUESTÕES 45 PONTOS TOTAL	Não zerar nenhum conteúdo da prova objetiva e obter no mínimo 27 pontos	-	1	1
211	FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	10 QUESTÕES 2 PONTOS CADA	5 QUESTÕES 1 PONTO CADA	10 QUESTÕES 2 PONTOS CADA	30 QUESTÕES 40 PONTOS TOTAL	-	-	-	-	
212	FISCAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO									10 QUESTÕES 2 PONTOS CADA

**ANEXO II - QUADRO DE PROVAS E PONTUAÇÃO DA PROVA OBJETIVA**

NÍVEL SUPERIOR												
CÓD.	CARGOS	PROVA OBJETIVA				TOTAL DE QUESTÕES/PONTOS	CRITÉRIO DE APROVAÇÃO ITEM 9.2.7	PROVA DE TÍTULOS				
		LÍNGUA PORTUGUESA	RACIOCÍNIO LÓGICO	NOÇÕES BÁSICAS DE INFORMÁTICA	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS							
301	TNS-BIBLIOTECÁRIO	10 QUESTÕES 1 PONTO CADA	5 QUESTÕES 1 PONTO CADA	5 QUESTÕES 1 PONTO CADA	10 QUESTÕES 2 PONTOS CADA	30 QUESTÕES 40 PONTOS TOTAL	Não zerar nenhum conteúdo da prova objetiva e obter no mínimo 24 pontos	1				
302	TNS-ENGENHEIRO DE TRÂNSITO				10 QUESTÕES 2 PONTOS CADA							
303	TNS-BIÓLOGO				10 QUESTÕES 2 PONTOS CADA							
304	TNS-PSICÓLOGO				10 QUESTÕES 2 PONTOS CADA							
305	TNS-ASSISTENTE SOCIAL				10 QUESTÕES 2 PONTOS CADA							
306	TNS-CONTADOR				10 QUESTÕES 2 PONTOS CADA							
307	TNS-ENGENHEIRO AGRÔNOMO				10 QUESTÕES 2 PONTOS CADA							
308	TNS-ENGENHEIRO DE SISTEMAS		10 QUESTÕES 1 PONTO CADA	-	10 QUESTÕES 2 PONTOS CADA				30 QUESTÕES 50 PONTOS TOTAL	Não zerar nenhum conteúdo da prova objetiva e obter no mínimo 30 pontos		
309	TNS-ENGENHEIRO CIVIL		5 QUESTÕES 1 PONTO CADA	5 QUESTÕES 1 PONTO CADA	10 QUESTÕES 2 PONTOS CADA							
310	TNS-ENGENHEIRO ELETRICISTA				10 QUESTÕES 2 PONTOS CADA							
311/312	TNS-ENFERMEIRO 30H/40H				10 QUESTÕES 2 PONTOS CADA							
313	TNS-ENFERMEIRO DO TRABALHO				10 QUESTÕES 2 PONTOS CADA							
314	TNS-MÉDICO AUDITOR				10 QUESTÕES 2 PONTOS CADA							
315/316	TNS-DENTISTA 30H/40H				10 QUESTÕES 2 PONTOS CADA							
317	TÉCNICO EM EDUCAÇÃO (SUPERVISÃO ESCOLAR)				10 QUESTÕES 2 PONTOS CADA							
318	PROCURADOR MUNICIPAL				-						-	20 QUESTÕES 2 PONTOS CADA
319	TNS-FARMACÊUTICO 40H				5 QUESTÕES 1 PONTO CADA						5 QUESTÕES 1 PONTO CADA	10 QUESTÕES 2 PONTOS CADA
320	TNS-MÉDICO GENERALISTA 20H	10 QUESTÕES 2 PONTOS CADA										
321	TNS-NUTRICIONISTA 40H	10 QUESTÕES 2 PONTOS CADA										
322	TNS-EDUCADOR FÍSICO 30H	10 QUESTÕES 2 PONTOS CADA										
323	TNS-ARQUITETO 30H	10 QUESTÕES 2 PONTOS CADA										
324	TNS-ENGENHEIRO AMBIENTAL 30H	10 QUESTÕES 2 PONTOS CADA										
325	TNS-FONOAUDIÓLOGO 40H	10 QUESTÕES 2 PONTOS CADA										
326	TNS-FISIOTERAPEUTA 40H	10 QUESTÕES 2 PONTOS CADA										
327	TNS-TURISMÓLOGO 30H	10 QUESTÕES 2 PONTOS CADA										



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ



ANEXO V – CONSOLIDADO A RETIFICAÇÃO Nº 04

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS ENGEN

NÍVEL FUNDAMENTAL

LÍNGUA PORTUGUESA (TODOS OS CARGOS)

PROGRAMA

Compreensão e interpretação de textos. Tipos e gêneros textuais. Coerência e coesão textual. Formação e significação de palavras. Sinonímia, antonímia e polissemia. Sílabas: separação e classificação. Ortografia e acentuação. Tipos de frases. Emprego dos sinais de pontuação e seus efeitos de sentido. Morfologia: emprego e classificação das palavras. Concordância verbal e concordância nominal. Regência verbal. Sintaxe: estrutura da oração e do período composto.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2013.

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37 Ed. Rio de Janeiro: Lucena, 2004.

CASTILHO, Ataliba T. de & ELIAS, Vanda Maria. Pequena gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2015

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001

Dicionário Caldas Aulete, versão digital. Disponível em <http://aulete.com.br/>.

KOCH, Ingedore Villaça & ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006

Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. Disponível em <http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>

RACIOCÍNIO LÓGICO (TODOS OS CARGOS)

PROGRAMA

Números: Sistemas de Numeração Decimal. O conjunto dos números naturais: operações, divisibilidade, decomposição de um número natural nos seus fatores primos. O conjunto dos números inteiros: operações, múltiplos e divisores. O conjunto dos números racionais: propriedades, operações, operações com frações, potenciação e radiciação. O conjunto dos números reais: números irracionais, a reta real e intervalos. Unidades de medidas: comprimento, área, volume, massa, tempo e velocidade. Cálculo de área e perímetro de figuras planas. Conversão de unidade de medidas. Proporcionalidade: grandezas diretamente proporcionais e regra de três simples. Porcentagens e juros simples. Equações do 1º grau.



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



Leitura e identificação de dados apresentados em gráficos de colunas e tabelas.

**REFERÊNCIAS**

DANTE, Luiz Roberto. Projeto Teláris – 6º ao 9º ano. Editora Ática.

IMENES, Luiz Márcio; LELLIS, Marcelo. Matemática – 6º ao 9º ano. 1ª ed. Editora Moderna, 2010.

SILVEIRA, Ênio; MARQUES, Cláudio. Matemática – Compreensão e Prática – 6º ao 9º ano. 2ª ed. Editora Moderna, 2013.

**NOÇÕES BÁSICAS DE INFORMÁTICA (TODOS OS CARGOS)**

**PROGRAMA**

Sistemas operacionais: conhecimentos do ambiente Windows Windows 10: configurações básicas do Sistema Operacional (painel de controle); organização de pastas e arquivos; operações de manipulação de pastas e arquivos (criar, copiar, mover, excluir e renomear).

Editor de texto Microsoft Word 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão; criação e manipulação de tabelas; inserção e formatação de gráficos e figuras; geração de mala direta.

Planilha eletrônica Microsoft Excel 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão; utilização de fórmulas; geração de gráficos; classificação e organização de dados.

Software de Apresentações PowerPoint 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão das apresentações.

Segurança. Conceitos de segurança da informação. Ameaças, tipos de ataques e vulnerabilidade. Ataques e proteções relativos a hardware e software.

Conhecimentos de internet: noções básicas; correio eletrônico (receber e enviar mensagens; anexos; catálogos de endereço; organização das mensagens); navegadores (Internet Explorer, Google Chrome e Mozilla Firefox).

**REFERÊNCIAS**

Cartilha de segurança da internet. Disponível em: <<http://cartilha.cert.br/>>.

Manuais on-line do Microsoft Excel. Disponível em: <<https://support.office.com/pt-BR/Excel>>

Manuais on-line do Microsoft Word. Disponível em: <<https://support.office.com/pt-BR/Word>>

Manuais on-line do Microsoft PowerPoint. Disponível em: <<https://support.office.com/pt-BR/PowerPoint>>

Manuais on-line do Sistema Operacional Windows. Disponível em: <<https://support.microsoft.com/pt-br>>

Manual on-line do Internet Explorer 8.0 ou superior. Disponível em: <<https://support.microsoft.com/pt-br/products/internet-explorer>>



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



Manuais on-line do Google Chrome. Disponível em: <<https://support.google.com/chrome>>

Manuais on-line do Mozilla Firefox. Disponível em: <<https://support.mozilla.org/pt-BR/products/firefox>>

Conceitos disponíveis em: <https://conceitos.com/>

Dicionário Online de Português disponível em: <https://www.dicio.com.br/>

## **NÍVEL MÉDIO**

### **LÍNGUA PORTUGUESA (TODOS OS CARGOS)**

#### **PROGRAMA**

Compreensão e interpretação de textos. Tipos e gêneros textuais. Coerência e coesão textual. Texto e discurso. Formação e significação de palavras. Sinonímia, antonímia e polissemia. Ortografia e acentuação. Tipos de frases. Emprego dos sinais de pontuação e seus efeitos de sentido. Morfologia: emprego e classificação das palavras. Concordância verbal e concordância nominal. Regência verbal. Sintaxe: estrutura da oração e do período composto.

#### **REFERÊNCIAS**

ANTUNES, Irlandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2013.

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37 Ed. Rio de Janeiro: Lucena, 2004.

CASTILHO, Ataliba T. de & ELIAS, Vanda Maria. Pequena gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2015

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001

Dicionário Caldas Aulete, versão digital. Disponível em <http://aulete.com.br/>.

KOCH, Ingedore Villaça & ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006

Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. Disponível em <http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>

### **RACIOCÍNIO LÓGICO (TODOS OS CARGOS)**

#### **PROGRAMA**

RACIOCÍNIO LÓGICO DEDUTIVO



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



Estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Lógica sentencial (ou proposicional). Proposições simples e compostas. Tabelas – verdade de proposições compostas. Equivalências. Leis de De Morgan. Diagramas lógicos. Lógica de primeira ordem. Operações com conjuntos. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos e matriciais.

**PROPORCIONALIDADE**

Razões e proporções. Grandezas direta e inversamente proporcionais. Regra de três simples e composta. Porcentagens. Juros simples e compostos.

**ANÁLISE COMBINATÓRIA E PROBABILIDADE**

Resolução de situações problemas envolvendo o Princípio Fundamental da Contagem. Identificação do espaço amostral e evento de experimentos aleatórios. Resolução de Problemas envolvendo probabilidade simples.

**ESTATÍSTICA**

Conceitos fundamentais de estatística descritiva (população, amostra e amostragem). Organização de dados (tabelas e gráficos). Medidas de tendência central (média, moda e mediana).

**REFERÊNCIAS**

ROCHA, Enrique. Raciocínio Lógico: você consegue aprender. Rio de Janeiro, Elsevier, 2006.  
ALENCAR FILHO, Edgard de. Iniciação à lógica matemática. 18.ed. São Paulo: Nobel, 2000.  
FILHO, Edgar de Alencar. Iniciação à Lógica Matemática. São Paulo, Nobel, 2002.  
HAZAN, Samuel. Fundamentos de Matemática Elementar, 5: Combinatória e Probabilidade – 7 Ed. São Paulo, Atual, 2004.  
Matemática – Volume único – 6ª Edição – Gelson Iezzi, Osvaldo Dolce e outros – Editora Saraiva.  
Matemática Ciência e aplicações – Volume 1 – 2ª Edição - Gelson Iezzi e outros – Editora Saraiva.  
Matemática Ciência e aplicações – Volume 2 – 2ª Edição - Gelson Iezzi e outros – Editora Saraiva.  
Matemática Ciência e aplicações – Volume 3 – 2ª Edição - Gelson Iezzi e outros – Editora Saraiva.

**NOÇÕES BÁSICAS DE INFORMÁTICA (TODOS OS CARGOS – EXCETO GUARDA CIVIL MUNICIPAL)**

**PROGRAMA**

Sistemas operacionais: conhecimentos do ambiente Windows Windows 10: configurações básicas do Sistema Operacional (painel de controle); organização de pastas e arquivos; operações de manipulação de pastas e arquivos (criar, copiar, mover, excluir e renomear).  
Editor de texto Microsoft Word 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão; criação e manipulação de tabelas; inserção e formatação de gráficos e figuras; geração de mala direta.

Planilha eletrônica Microsoft Excel 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão; utilização de fórmulas; geração de gráficos; classificação e organização de dados.



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



Software de Apresentações PowerPoint 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão das apresentações.

Segurança. Conceitos de segurança da informação. Classificação da informação, segurança física e segurança lógica. Análise e gerenciamento de riscos. Ameaça, tipos de ataques e vulnerabilidade. Ataques e proteções relativos a hardware, sistemas operacionais, aplicações, bancos de dados e redes.

Conhecimentos de internet: noções básicas; correio eletrônico (receber e enviar mensagens; anexos; catálogos de endereço; organização das mensagens); navegadores (Internet Explorer, Google Chrome e Mozilla Firefox).

#### **REFERÊNCIAS**

Cartilha de segurança da internet. Disponível em: <<http://cartilha.cert.br/>>.

Manuais on-line do Microsoft Excel. Disponível em: <<https://support.office.com/pt-BR/Excel>>

Manuais on-line do Microsoft Word. Disponível em: <<https://support.office.com/pt-BR/Word>>

Manuais on-line do Microsoft PowerPoint. Disponível em: <<https://support.office.com/pt-BR/PowerPoint>>

Manuais on-line do Sistema Operacional Windows. Disponível em: <<https://support.microsoft.com/pt-br>>

Manual on-line do Internet Explorer 8.0 ou superior. Disponível em: <<https://support.microsoft.com/pt-br/products/internet-explorer>>

Manuais on-line do Google Chrome. Disponível em: <<https://support.google.com/chrome>>

Manuais on-line do Mozilla Firefox. Disponível em: <<https://support.mozilla.org/pt-BR/products/firefox>>

Conceitos disponíveis em: <https://conceitos.com/>

TechTudo - <https://www.techtudo.com.br/>

#### **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I**

##### **PROGRAMA**

Fundamentos da administração, conceitos e funções administrativas. Redação de documentos e normatizações técnicas. Comunicação, comunicação na empresa. Redação de documentos e normatizações técnicas. Expedientes, informativos, relatórios, ofícios, requerimentos, pareceres, cartas comerciais, circulares, atas, editais, convites. Gráficos, quadros, demonstrativos e mapas administrativos. Atendimento, qualidade no atendimento, protocolo, correio eletrônico e telefone. Relacionamento na empresa. Responsabilidade no trabalho. Serviço público, conceitos, contexto no Brasil e impactos sociais. Arquivos, conceitos, normatizações e práticas de arquivo. Administração de Materiais e Controle de Almoxarifado.



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



Gestão de estoques. Conceitos e funções. Compras. Localização de materiais, classificação de materiais, aquisições, conferências físicas e fiscais. Expedição. Atividades de conservação e atividades de referência. Noções em compras institucionais. Licitações conceitos fundamentais. Contratos na administração pública conceitos fundamentais. Organização do trabalho, divisão do trabalho, planejamento e coordenação do trabalho, rotinas, supervisão. Práticas fundamentais de recursos humanos. Equipes, desempenho, produtividade, eficácia.

**REFERÊNCIAS**

CARRANZA, Giovanna. Administração Geral e Pública. Editora jusPODIVM. 5ª Edição. 2018.

CRUZ, Tadeu. Sistemas, Organização e Métodos. Estudo Integrado orientado a processos de negócios sobre Organizações e Tecnologias da Informação. 4ª Edição. Ed. Atlas, 2013. S.P.

CHIAVENATO, Idalberto. Recursos Humanos. O capital Humano nas Organizações. 10ª Ed. Rio de janeiro: Elsevier, 2015.

CRUZ, Jabson Tamandaré da; PEREIRA, Leandro. Rotinas de estoque e almoxarifado. Editora Senac, 2015.

DIAS, Marco Aurélio P. Administração de Materiais: Princípios, Conceitos e Gestão. 6ª Edição. Ed. Atlas, 2014.

ERGAFONTE, Ayrton. RODRIGUES, Célia Regina. Assistente Administrativo. 9ª edição. Editora Komedi, 2009. Campinas.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. 14ª Edição. Atlas, 2007.

MACHADO, Herus Orsano. Estoques e armazenagem. Curitiba. Editora do Livro Técnico, 2015.

MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. 3ª ed. revista, atualizada e ampliada. Brasília, 2018.

MATIAS-PEREIRA, José. Manual de gestão pública contemporânea. 4ª. Ed. Revista e Atualizada. São Paulo: Atlas, 2012.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Introdução à Administração. 8ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2011.

MEDEIROS, João Bosco. *Português Instrumental: Contém Técnicas de Elaboração de Trabalhos de Conclusão de curso*. 10ª ed. Atlas. São Paulo. 2016

PAES, Marilena Leite. Arquivo. Teoria e prática. 3ª Ed. 2013.

PALUDO, Augustinho. Administração Pública. Elsevier. Rio de janeiro, 2013.

PEREIRA, José Matias. Manual de Gestão Pública Contemporânea. 4ª Edição. Atlas, 2012.



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



SARAIVA. Licitações e Contratos da Administração Pública. Coleção saraiva de Legislação. Ed. Saraiva. 16ª Edição. 2015.

SENAI. Assistente Administrativo. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. – São Paulo: SENAI-SP Editora, 2014.

### **AGENTE DE FISCALIZAÇÃO I**

#### **PROGRAMA**

Societária: Legislação Societária Lei nº 6.404/76 e o processo de convergência da contabilidade brasileira às normas internacionais de contabilidade. Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Normas emitidas pelo CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários: Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (Framework), Apresentação das Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), Demonstração do Fluxo de Caixa (métodos direto e indireto), Demonstração do Valor Adicionado (DVA)), Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, Receitas, Evento Subsequente, Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, Reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de instrumentos financeiros, Arrendamento mercantil (operacional e financeiro), Redução ao Valor Recuperável de Ativos, Ajuste a Valor Presente, Investimento em Coligada e em Controlada, Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (*Joint Venture*), Informações por Segmento, Demonstrações Separadas, Demonstração Intermediária, Demonstrações Consolidadas, Estoques e Combinação de Negócios, Intangível, Tributos sobre o lucro, Custos de empréstimos, Ativo Imobilizado, Propriedade para Investimento, Ativo não Circulante Mantido para Venda e Operações Descontinuadas, Custos de Empréstimos. Análise econômico-financeira das Demonstrações Contábeis: Ajustes e padronização de critérios para realização de análise econômico-financeira. Métodos de análise econômico-financeira: horizontal, vertical, números, índices ou quocientes econômico-financeiros de desempenho, métodos de múltiplos de mercado, fluxo de caixa descontado, taxa de crescimento, perpetuidade e valor de mercado. Análise da necessidade de capital de giro. Fluxo de caixa (análise): fontes de financiamento dos investimentos: capital próprio ou de terceiros, alavancagem financeira. Valor Econômico Agregado (EVA): conceito e aplicação. EBITDA: conceito e aplicação. Sistema Tributário Nacional. Normas Gerais de Direito Tributário. Competência tributária. Impostos, Taxas, Contribuições de Melhoria, Contribuições Especiais e Empréstimos Compulsórias. Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ); imposto de renda retido na fonte (IRRF); imposto sobre serviços (ISS); retenção contribuição previdenciária (INSS). Taxas e tarifas. Obrigações Acessórias.

#### **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Constituição (1988). República Federativa do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm) 1988.

BRASIL. Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9580.htm#art4](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9580.htm#art4).

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. República Federativa do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm).

BRASIL. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172.htm).

BRASIL. Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm).

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. República Federativa do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm).

BRASIL. Lei nº 116, de 31 de julho de 2003. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp116.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp116.htm).

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm).

BRASIL. Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Altera e revoga dispositivos ..... Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/Lei/L11941.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11941.htm).

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBIL – CPC. Pronunciamentos Contábeis emitidos. Disponível em: [www.cpc.org.br](http://www.cpc.org.br).

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. Deliberações / Resoluções / Instruções diversas. Disponível em: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br).

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Normas de Contabilidade. Disponível em: [www.cfc.org.br](http://www.cfc.org.br).



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



IUDÍCIBUS, S. de. Análise de Balanços: análise da liquidez e do endividamento; análise do giro, rentabilidade e alavancagem financeira. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIUS, S. de; MARTINS, E.; GELBKE, E. R.; SANTOS, A. Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

LIMA, D.; CASTRO, R. Fundamentos da auditoria governamental e empresarial: com exercícios, questões e testes com respostas, destinados a concursos públicos, 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, J. C. Análise das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATARAZZO, D. C. Análise financeira de balanços: abordagem gerencial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, C. L.; BENEDICTO, G. C. Análise das demonstrações financeiras. 3 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Instrução Normativa nº 1701, de 14 de março de 2017 (e suas alterações). Institui a Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf). Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=81226>.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Instrução Normativa nº 1842, de 29 de outubro de 2019. Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.701, de 14 de março de 2017, que Institui a Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf). Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=96146>.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Instrução Normativa nº 971, de 13 de novembro de 2009 (e suas alterações). Dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e as destinadas a outras entidades ou fundos, administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=15937>.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Legislação sobre imposto de renda retido na fonte. Disponível em: <http://receita.economia.gov.br/aceso-rapido/legislacao/legislacao-por-assunto/dirf>.

SILVA, José P. Análise Financeira das Empresas. São Paulo: Atlas, 9. ed., 2008.



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



UBÁ. Lei Orgânica nº 1 de 23 de março de 1990 (e suas emendas). Lei orgânica do município de Ubá. Disponível em: <https://www.uba.mg.leg.br/leis/lei-organica>

UBÁ. Lei Complementar nº 62, de 27 de dezembro de 2001 (e suas alterações). Código tributário do município de Ubá. Dispõe sobre as receitas do Município, tributárias e outras, sobre as quais lhe compete legislar. Disponível em: [http://www.uba.mg.gov.br/abrir\\_arquivo.aspx/Lei\\_Complementar\\_62\\_2001?cdLocal=5&arquivo=1553.pdf](http://www.uba.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Lei_Complementar_62_2001?cdLocal=5&arquivo=1553.pdf).

UBÁ. Lei Complementar Nº 177/2015 - Altera dispositivos da Lei Complementar n. 030, de 11 de julho de 1995. Institui normas de urbanismo e edificações para o Município de Ubá e dá outras providências. Disponível em: <http://www.uba.mg.gov.br/legislacao>.

UBÁ. Lei Complementar n. 62, de 27 de dezembro de 2001. Dispõe sobre as receitas do Município, tributárias e outras, sobre as quais lhe compete legislar. Disponível em: <http://www.uba.mg.gov.br/legislacao>.

UBÁ. Decreto nº 5264/2012 - Estabelece o Calendário Tributário para pagamento do ISSQN - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza do Município de Ubá para 2012 e dá outras providências. Disponível em: <http://www.uba.mg.gov.br/legislacao>.

UBÁ. Decreto nº 5059/2010 - Regulamenta o § 2º. do art. 59 da Lei Complementar 062, de 27 de dezembro de 2001. Dispõe sobre o Código de Receitas do Município de Ubá, estabelecendo os procedimentos a serem adotados pelo contribuinte interessado em revisão do valor venal atribuído ao imóvel de sua titularidade. Disponível em: <http://www.uba.mg.gov.br/legislacao>.

UBÁ. Lei Complementar nº 98/2007 - Altera disposições da Lei Complementar 062, de 27 de dezembro de 2001. Dispõe sobre as receitas do Município, tributárias e outras, sobre as quais lhe compete legislar. Disponível em: <http://www.uba.mg.gov.br/legislacao>.

UBÁ. Lei Complementar nº 72/2003 - Acrescenta Parágrafo Único ao Ar. 48 da Lei Complementar 062, de 27 de dezembro de 2001. Dispõe sobre as receitas do Município, tributárias e outras, sobre as quais lhe compete legislar. Disponível em: <http://www.uba.mg.gov.br/legislacao>.

UBÁ. Lei Complementar nº 71/2003 - Altera dispositivos da Lei Complementar 062, de 27 de dezembro de 2001. Dispõe sobre as receitas do Município, tributárias e outras, sobre as quais lhe compete legislar. Disponível em: <http://www.uba.mg.gov.br/legislacao>.



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



UBÁ. Lei Complementar nº 67/2003 - Altera alíquota de que trata o Art. 96 da Lei Complementar 062, de 27 de dezembro de 2001. Dispõe sobre as receitas do Município, tributárias e outras, sobre as quais lhe compete legislar". Disponível em: <http://www.uba.mg.gov.br/legislacao>.

UBÁ. Lei Complementar nº 112 de 22 de dezembro de 2009. Dá nova redação aos artigos 63, 80, 104, modifica as tabelas do código tributário municipal, concede isenção tributária para os contribuintes que especifica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.uba.mg.gov.br/legislacao>.

UBÁ. Decreto nº 5.264/2012. Estabelece o Calendário Tributário para pagamento do ISSQN - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza do Município de Ubá para 2012 e dá outras providências. Disponível em: <http://www.uba.mg.gov.br/legislacao>.

## **FISCAL SANITÁRIO I**

### **PROGRAMA**

Sistema Único de Saúde – SUS, Princípios fundamentais, diretrizes, atribuições e competências das esferas governamentais do SUS; Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA): criação, competências, estrutura organizacional, administração; Vigilância Sanitária: conceitos, áreas de abrangência, funções; Controle sanitário dos estabelecimentos, produtos e serviços de interesse da vigilância sanitária; Resíduos de serviços de saúde; Doenças transmitidas por alimentos.

### **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 8.080 de 19/09/1990. Diário Oficial da União. Brasília, 20/09/1990.

DECRETO Nº 7.508, DE 28 DE JUNHO DE 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

LEI Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999. Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências. E alterações

Brasil. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2007. 132 p. (Coleção Progestores – Para entender a gestão do SUS, 6, II)

[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/collec\\_progestores\\_livro6b.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/collec_progestores_livro6b.pdf)

Lei Estadual nº 13.317, de 24-09-1999. Contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais

Lei nº 15.474, de 28 de janeiro de 2005. Altera a Lei nº 13.317, de 24 de setembro de 1999.

RDC nº. 216 de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



Disponível em  
<http://portal.anvisa.gov.br/documents/33916/388704/RESOLU%25C3%2587%25C3%2583O-RDC%2BN%2B216%2BDE%2B15%2BDE%2BSETEMBRO%2BDE%2B2004.pdf/23701496-925d-4d4d-99aa-9d479b316c4b>

RDC Nº 44, DE 17 DE AGOSTO DE 2009. Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências. E alterações

Disponível em  
[http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC\\_44\\_2009\\_COMP.pdf/2180ce5f-64bb-4062-a82f-4d9fa343c06e](http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC_44_2009_COMP.pdf/2180ce5f-64bb-4062-a82f-4d9fa343c06e)

RDC Nº 197, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017. Dispõe sobre os requisitos mínimos para o funcionamento dos serviços de vacinação humana.

Disponível em  
[http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC\\_197\\_2015\\_.pdf/44ed78c4-1293-48f9-89f4-b89ad64cb27f](http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC_197_2015_.pdf/44ed78c4-1293-48f9-89f4-b89ad64cb27f)

RDC Nº 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002. Aprova o Regulamento Técnico sobre Rotulagem de Alimentos Embalados. E alterações

Disponível em  
[http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/%281%29RDC\\_259\\_2002\\_COMP.pdf/556a749c-50ea-45e1-9416-eff2676c4b22](http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/%281%29RDC_259_2002_COMP.pdf/556a749c-50ea-45e1-9416-eff2676c4b22)

RDC Nº 63, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011. Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde

Disponível em  
[http://portal.anvisa.gov.br/documents/33880/2568070/rdc0063\\_25\\_11\\_2011.pdf/94c25b42-4a66-4162-ae9b-bf2b71337664](http://portal.anvisa.gov.br/documents/33880/2568070/rdc0063_25_11_2011.pdf/94c25b42-4a66-4162-ae9b-bf2b71337664)

RDC Nº 34, DE 16 DE AGOSTO DE 2010. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para produtos saneantes desinfestantes.

Disponível em  
[http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC\\_34\\_2010.pdf/0259adb1-e660-467c-be79-b1e165fd9e71?version=1.0](http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC_34_2010.pdf/0259adb1-e660-467c-be79-b1e165fd9e71?version=1.0)

RDC Nº 52, DE 22 DE OUTUBRO DE 2009 Dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências. E alterações. Disponível em

[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2009/rdc0052\\_22\\_10\\_2009.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2009/rdc0052_22_10_2009.html)

RDC Nº 222, DE 28 DE MARÇO DE 2018. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências.

Manual Integrado de Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças Transmitidas por Alimentos. Série A. Normas e Manuais Técnicos, Brasília – DF 2010. Disponível em:  
[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_integrado\\_vigilancia\\_doencas\\_alimentos.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_integrado_vigilancia_doencas_alimentos.pdf)



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Serviços Odontológicos: Prevenção e Controle de Riscos / Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em [http://www.anvisa.gov.br/servicosaude/manuais/manual\\_odonto.pdf](http://www.anvisa.gov.br/servicosaude/manuais/manual_odonto.pdf).

### **TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO I – TÉCNICO EM INFORMÁTICA**

#### **PROGRAMA**

Sistemas operacionais: Conhecimentos do ambiente Windows XP, Windows 7 e Windows 10: configurações básicas do Sistema Operacional; organização de pastas e arquivos; operações de manipulação de pastas e arquivos (criar, copiar, mover, excluir e renomear). Conhecimentos do ambiente Linux: comandos e configurações básicas. Editor de texto Microsoft Word 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão; criação e manipulação de tabelas; inserção e formatação de gráficos e figuras; geração de mala direta. Planilha eletrônica Microsoft Excel 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão; utilização de fórmulas; geração de gráficos; classificação e organização de dados. Software de criação e apresentação de slides PowerPoint 2016 e superior: criação, formatação, impressão e utilização de recursos disponíveis para criação e apresentação de slides. Conhecimentos de internet: noções básicas; correio eletrônico (receber e enviar mensagens; anexos; catálogos de endereço; organização das mensagens); navegadores (Internet Explorer, Google Chrome e Mozilla Firefox). Conceitos de segurança da informação, noções básicas de segurança da informação. Sistemas de Backup. Tipos de backup. Planos de contingência. Meios de armazenamento para backups. Redes de computadores e Internet: Conceitos básicos. Principais conceitos de Internet. Infraestrutura física para redes. Topologias de rede. Interconexão de redes. Equipamentos (gateways, hubs, repetidores, bridges, switches, roteadores).

#### **REFERÊNCIAS**

Cartilha de segurança da internet. Disponível em: <<http://cartilha.cert.br/>>.

Manuais on-line do Microsoft Excel. - <https://support.office.com/pt-BR/Excel>

Manuais on-line do Microsoft Word. - <https://support.office.com/pt-BR/Word>

Manuais on-line do Microsoft PowerPoint - <https://support.office.com/pt-BR/PowerPoint>

Manuais on-line do Sistema Operacional Windows. - <https://support.microsoft.com/pt-br>

Manuais on-line do Sistema Operacional Linux. Disponível em: <[www.linux.com](http://www.linux.com)>

Manual on-line do Internet Explorer - <https://support.microsoft.com/pt-br/products/internet-explorer>

Manuais on-line do Google Chrome. - <https://support.google.com/chrome/?hl=pt-BR>



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



Manuais on-line do Mozilla Firefox. - <https://support.mozilla.org/pt-BR/>

Manual do Microsoft Office - <https://support.office.com/pt-br>

Conceitos disponíveis em: <https://conceitos.com/>

TechTudo - <https://www.techtudo.com.br/>

<https://www.significados.com.br/>

TANENBAUM, Andrew S. Redes de computadores. 4ª ed. São Paulo: Pearson, 2003.

### **TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO I – TÉCNICO AMBIENTAL**

#### **PROGRAMA**

Noções básicas de: biologia, química, climatologia, cartografia, recursos hídricos.

Ecologia geral e aplicada: Conceitos e definições. Populações. Comunidade. Ecossistemas. Cadeias e redes alimentares. Sucessão ecológica. Ciclos biogeoquímicos.

Impactos ambientais: Identificação, causas e consequências. Avaliação de impacto ambiental (AIA). Previsão e indicadores.

Gestão ambiental: Estrutura e conteúdo do Plano de Gestão Ambiental. Medidas mitigadoras e compensatórias. Análise e prevenção de riscos. Plano de monitoramento. Auditoria e perícia ambiental.

Poluição ambiental (água, ar e solo): Poluentes e contaminantes. Padrões de emissão. Medidas preventivas e de controle. Tecnologias de tratamento.

Saneamento ambiental: Abastecimento de água, Esgotamento sanitário, Drenagem urbana e Resíduos sólidos. Saneamento e saúde. Controle de vetores.

Legislação ambiental, florestal e de recursos hídricos. Política Nacional e Estadual de Meio Ambiente. Política Nacional e Estadual de Recursos Hídricos. Licenciamento ambiental. Outorga de direito de uso das águas. Unidades de Conservação.

#### **REFERÊNCIAS**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NORMA ISO 14.001. Sistema de gestão ambiental - Requisitos com orientações para uso. ABNT, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NORMA ISO 10.004. Resíduos sólidos – Classificação. Rio de Janeiro. ABNT, 2004.

BRAGA B., HESPANHOL I., CONEJO J.G.L., MIERZWA J.C. *Introdução à Engenharia Ambiental*. 2ed. São Paulo. Prentice Hall. 2005.

BRASIL. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000.



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



BRASIL. Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

BRASIL. Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997.

DERISIO J.C. *Introdução ao controle de poluição ambiental*. 2ed. São Paulo: Signus Editora; 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Manual de Saneamento / Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde. – 4. ed. – Brasília: Funasa, 2015. 642 p. il.

HELLER, L.; PÁDUA, V.L. *Abastecimento de água para consumo humano*. 2ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 859p.

MINAS GERAIS. Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 06 de dezembro de 2017.

MINAS GERAIS. Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH-MG nº1, de 05 de maio de 2008.

MOTA, S. *Introdução à engenharia ambiental*. 3ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária. 2003.

ODUM, Eugene P. (1988). *Ecologia*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A.

SÁNCHEZ, L. E. *Avaliação de Impacto Ambiental: Conceitos e Métodos*. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 495p.

TUCCI, C. 2000. (org.) *Hidrologia – ciência e aplicação*. Editora da Universidade, ABRH, Porto Alegre.

von SPERLING. M. *Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos*. Volu. 4.,3ed. Belo Horizonte: Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental/Universidade Federal de Minas Gerais, 2005. 452 p. (Princípios do tratamento biológico de águas residuárias, v. 1).



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



**TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO I – TÉCNICO EM EDIFICAÇÃO**

**PROGRAMA**

Desenho técnico: desenhos de plantas e cortes de edificações e componentes dos edifícios; leitura, interpretação e produção de desenhos de arquitetura, de estruturas, de fundações, de instalações prediais em geral e de topografia. Materiais de construção e solos: características e propriedades dos materiais de construção; controle tecnológico dos materiais de construção e de solos. Tecnologia das construções: locação de obra; execução de escavações e contenções; execução de fôrmas e estruturas; produção, transporte, lançamento, adensamento e cura do concreto; execução de alvenarias (inclusive estruturais); execução de instalações prediais; execução de revestimentos; montagens de esquadrias; execução de coberturas. Planejamento e controle de obras: organização de canteiros de obras; quantificações de materiais e serviços em obras, inclusive de reformas, medições; orçamentos; vistorias técnicas e fiscalização de obras; processos de compra e de controle de materiais; licitações e contratos administrativos; cronogramas. Topografia: equipamentos de topografia; levantamentos topográficos; desenho topográfico; cálculos topográficos. Elementos de mecânica estrutural: reconhecimento de tipos de estruturas; identificação de componentes das estruturas; sistemas de cargas. Patologias das construções: sintomas, mecanismos, causas, origens e as consequências das deficiências das construções. Noções de segurança em obras e higiene do trabalho. Acessibilidade nas edificações. Saídas de emergência em edifícios.

B.I.M. na construção civil. Legislação Municipal de Ubá: Plano Diretor; Parcelamento e uso do solo; Código de Posturas Municipais; Normas de urbanismo e edificações.

**REFERÊNCIAS**

Legislação Municipal de Ubá: Plano Diretor (Lei Complementar 99/2008 e suas alterações); Parcelamento e uso do solo (Lei Complementar 123/2010 e suas alterações); Código de Posturas Municipais (Lei 1095/1976 e suas alterações); Normas de urbanismo e edificações (Lei Complementar 30/95 e suas alterações).

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 6118:2014 - Projeto de estruturas de concreto.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 7678:1983. Segurança na execução de obras e serviços de construção.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 9050:2015. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 9077:2001. Saídas de emergência em edifícios.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 10067:1995. Princípios gerais de representação em desenho técnico - Procedimento.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 12821:2009. Preparação de concreto em laboratório - Procedimento.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 14931:2004. Execução de estruturas de concreto - Procedimento.

AZEREDO, H. A. - O Edifício e seu acabamento. Editora Blucher



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



AZEREDO, H. A. - O Edifício até sua cobertura. Editora Blucher  
BAUER, L. A. F. - Materiais de Construção. Editora LTC  
BORGES, A. C. - Topografia Aplicada à Engenharia Civil. Editora Blucher  
BORGES, A. C. - Prática das Pequenas Construções. Editora Blucher  
BOTELHO, M. H. C. - Concreto Armado Eu te Amo. Editora Blucher  
EASTMAN C. Manual de BIM: um guia de modelagem da informação da construção para arquitetos, engenheiros, gerentes, construtores e incorporadores. Editora Bookman  
HIBBELER, R.C. - Resistência dos Materiais. Editora Pearson  
MATTOS, A. D. - Como Preparar Orçamento de Obras. Editora Pini  
PFEIL, W. - Estruturas de Madeira. Editora LTC  
RIPPER, E. - Como evitar erros na construção civil, 3ª edição - São Paulo: PINI, 1996.  
RIPPER, T. - Patologia, Recuperação e Reforço de Estruturas de concreto. Editora Pini  
SALGADO, J. - Técnicas e Práticas Construtivas para Edificação. Editora Érica  
YAZIGI, W. – A Técnica de Edificar. Editora Pini

#### **TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO I – TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

##### **PROGRAMA**

Ética Profissional/Legislação: Código de Ética Profissional do Conselho Federal de Enfermagem, Lei do Exercício Profissional de Enfermagem Nº 7.498/86 (Regulamentada pelo Decreto 94.406/1987), Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), bioética na enfermagem e na área da saúde, direitos dos usuários da área da saúde. Enfermagem em Saúde Pública: Sistema Único de Saúde-SUS: princípios, diretrizes, programas de saúde pública (mulher, criança, idoso), doenças sexualmente transmissíveis (DST), Programa Nacional de Imunização (PNI), doenças de notificação compulsória, prevenção e controle das doenças transmissíveis, doenças crônicas e infectocontagiosas atendidas em saúde pública, educação em saúde. Enfermagem médico-cirúrgica: técnicas básicas de enfermagem: sinais vitais; higienização; administração de medicamentos nas diferentes vias; coleta de material para exame; limpeza, esterilização e desinfecção de materiais médico-hospitalares; prevenção de infecções hospitalares; biossegurança; manejo de sondas, drenos e tubos; punção venosa; realização de curativos e prevenção de feridas; cuidados com ostomias, cuidados com drenos; posicionamento dos pacientes para exames e procedimentos. Acolhimento com classificação de risco. Cuidados de enfermagem a pacientes com doenças crônicas degenerativas, cuidados paliativos e em oncologia. Cuidados de enfermagem em situações de urgência e emergência (clínicas e cirúrgicas). Suporte Básico de Vida (SBV) e Suporte Avançado de Vida (SAV). Cuidados de enfermagem a pacientes críticos. Cuidados de enfermagem ao paciente dialítico. Cuidados de enfermagem ao paciente cirúrgico. Cuidados de enfermagem à saúde da criança e à saúde da mulher. Saúde mental. Segurança do paciente. Gerenciamento de resíduos.



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



**REFERÊNCIAS**

Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Segurança do Paciente e Qualidade em Serviços de Saúde. Assistência Segura: Uma Reflexão Teórica Aplicada à Prática. Brasília: Anvisa, 1ª Edição - 2013.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde; ANVISA - 2017.

AMERICAN HEARTH ASSOCIATION. *Destaques das Diretrizes da American Heart Association 2015 para RCP e ACE*. Guidelines, 2015.

Atenção em saúde mental. 1ª Edição. SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://psiquiatriabh.com.br/wp-content/uploads/2015/01/Linha-ua-de-saude-mental.pdf>

ANVISA – RDC 306 – 2004, que dispõe sobre gerenciamento de produção de resíduos.

BORGES, Eline Lima *et al.* *Feridas: como tratar*. 2ª ed. Belo Horizonte: COOPMED, 2008.

BRASIL. *Lei Nº 7.498* de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício de enfermagem e dá outras providências. Publicada no DOU de 26 de junho de 1986. Seção I – fls. 9.273 a 9.275.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às pessoas com Infecção Sexualmente Transmissíveis. Brasília – DF. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Amamentação e uso de medicamentos e outras substâncias*. 2ª ed. Amamentação e uso de drogas. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Atenção à Saúde do Recém-Nascido: Guia para os profissionais de Saúde*. Cuidados Gerais. v.1. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica. *Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva*. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Cadernos de Atenção Básica n. 26. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Doenças infecciosas e parasitárias*. Guia de bolso. 8ª ed. revista. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Manual de Rede de Frio do Programa Nacional de Imunizações*. Brasília-DF, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Manual técnico: pré-natal e puerpério. Atenção qualificada e humanizada*. Série Direitos Sexuais e Direitos reprodutivos-Caderno 5. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. *O SUS de A a Z: garantindo a saúde nos Municípios*. 3ª ed. Brasília: 2009, 480 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.488 de 21 de outubro de 2011. *Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização*



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



*da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).*

BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

BRASIL. Ministério da Saúde. *Prevenção clínica das doenças cardiovasculares, cerebrovasculares e renais crônicas*. Caderno de Atenção Básica, n. 14, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Rede Amamenta Brasil: Os primeiros passos (2007-2011)*. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento*. Cadernos de Atenção Básica n. 33. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Saúde da Criança: Nutrição Infantil. Aleitamento materno e alimentação complementar*. Caderno de Atenção Básica, n. 23. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Vigilância em Saúde. *Zoonoses*. Série B. Textos Básicos de Saúde. Cadernos de Atenção Básica n. 22. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa*. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Cadernos de Atenção Básica n. 19. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização. *Cadernos Humaniza SUS*. Vol. 1. Formação e Intervenção. Série B. Textos Básicos de Saúde. Brasília, 2010.

BRASIL. Normas e Regulamentos. *NR 32*. Dispõe sobre a Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde.

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Vigilância em Saúde: Dengue, Esquistossomose, Hanseníase, Malária, Tracoma e Tuberculose*. 2ª ed. revisada, Brasília/DF: Editora do Ministério da Saúde, 2008. 197 p.

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de Controle da Tuberculose. *Manual de Recomendações para o Controle da Tuberculose no Brasil*. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília/DF:2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Guia de vigilância em saúde*. Volume único. 3ª ed. Brasília – DF. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Calendário Nacional de Vacinação 2019*.

BRUNNER; SUDDARTH. *Tratado de enfermagem médico-cirúrgica*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara Koogan, 2015. 13ª ed. 2v.



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



COFEN. *Resolução Nº 358/2009*. Dispõe sobre a Sistematização da Assistência da enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências.

COFEN. *Resolução Nº 0564/2017*. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.

NASI, L. A. *Rotinas em pronto-socorro*. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Organização Mundial da Saúde – Representação Brasil. *Linhas de Cuidado: Hipertensão Arterial e Diabetes*. Brasília, 2010.

MINAS GERAIS. *Guia curricular: curso técnico em enfermagem*. Vol. I.II.III.IV e V / Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais – Belo Horizonte: ESP-MG, 2012. Disponível em: <[www.esp.mg.gov.br](http://www.esp.mg.gov.br)>.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. *Linhas de cuidado: hipertensão arterial e diabetes*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2010.

PORTARIA nº 204, de 17 de fevereiro de 2016. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo e dá outras providências

SANTANA, J.C.B. et al, *Monitorização invasiva e não invasiva – fundamentação para o cuidado*. São Paulo: Atheneu, 2013.

SANTANA, J.C.B. et al, *Atendimento pré-hospitalar: procedimentos básicos e especializados 1ª ed*. Curitiba: CRV, 2018

SILVA, M. T. et al, *Cálculo e administração de medicamentos na enfermagem*. 3ª ed. São Paulo: Martinari, 2011.

## **PROFESSOR AI (MAGISTÉRIO)**

### **PROGRAMA**

Alfabetização, letramento e conhecimentos da Língua Portuguesa. Construção da identidade, desenvolvimento, aprendizagem e autonomia do estudante. Diversidade, inclusão e relações étnico-raciais na educação. Legislação educacional brasileira. Ensino de matemática nos anos iniciais do ensino fundamental. Organização do ensino e políticas públicas para a Educação. Organização do trabalho pedagógico na Educação Básica

### **REFERÊNCIAS**

BATISTA, Antônio Augusto Gomes et al. Avaliação diagnóstica da alfabetização. Belo Horizonte Ceale/FaE/UFMG, 2005. 88 p. \_ (Coleção Instrumentos da Alfabetização; 3). Disponível em: [http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/files/uploads/instrumentos%20da%20alfabetiza%C3%A7%C3%A3o/Col-Instrumentos-03\\_AvaliacaoDiagnostica.compressed.pdf](http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/files/uploads/instrumentos%20da%20alfabetiza%C3%A7%C3%A3o/Col-Instrumentos-03_AvaliacaoDiagnostica.compressed.pdf)



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



BRASIL. Ministério da Educação. Lei Federal n.º 9.394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Versão atualizada. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm) acesso em janeiro 2020

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)> Acesso em: janeiro 2020

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>> acesso em: janeiro 2020

CASTANHEIRA, Maria Lúcia; MACIEL, Francisca Isabel Pereira; MARTINS, Raquel Márcia Fontes (Org.). Alfabetização e letramento na sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica: Ceale, 2008.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Métodos e didáticas de alfabetização: história, características e modos de fazer de professores: caderno do professor. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFGM, 2005. 72 p. - (Coleção Alfabetização e Letramento). Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/files/uploads/Col.%20Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20e%20Letramento/Col%20Alf.Let.%2008%20Metodos%20didaticas%20alfabetizacao.pdf> em: janeiro 2020

FREIRE, Paulo. Pedagogia dos sonhos possíveis. Editora Paz e Terra. São Paulo. 2014.

GAUTHIER, Clermont.; BISSONNETTE, Steve.; RICHARD, Mario. Ensino explícito e desempenho dos alunos. Petrópolis: Editora Vozes, 2014

PANIZZA, M. Ensinar matemática na educação infantil e nas séries iniciais: análise e propostas. Tradução Antônio Feltrin. Porto Alegre: Artmed, 2006.

## **GUARDA CIVIL MUNICIPAL**

### **PROGRAMA**

#### **NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL**

Constituição; poder Constituinte; Constituição brasileira de 1988: princípios fundamentais, direitos e garantias fundamentais, organização dos poderes; defesa do Estado e das instituições democráticas.

#### **NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

Administração Pública; organização administrativa; ato administrativo, poderes da Administração; bens públicos; servidor público.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ



## LEGISLAÇÃO

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Títulos I, II, III, IV e V (Disponível em : ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) ) );

BRASIL. Lei nº 13.022, de 08/08/2014 (Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13022.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13022.htm));

BRASIL. Lei nº 9.503, de 23/09/1997 – Código de Trânsito Brasileiro;

UBÁ. Lei Orgânica do Município de Ubá. (Disponível em: [uba.mg.gov.br/legislacao/](http://uba.mg.gov.br/legislacao/));

UBÁ. Lei Complementar nº 201/2019, (Disponível em: [uba.mg.gov.br/legislacao/](http://uba.mg.gov.br/legislacao/)).

## REFERÊNCIAS

Direito Constitucional. Alexandre de Moraes, GEN-Atlas: São Paulo.

Direito Administrativo. Maria Sylvia Zanella Di Pietro, GEN-Forense: Rio de Janeiro.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Títulos I, II, III, IV e V (Disponível em : ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) ) );

BRASIL. Lei nº 13.022, de 08/08/2014 (Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13022.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13022.htm));

BRASIL. Lei nº 9.503, de 23/09/1997. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9503.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm)

UBÁ. Lei Orgânica do Município de Ubá. (Disponível em: [uba.mg.gov.br/legislacao/](http://uba.mg.gov.br/legislacao/));

UBÁ. Lei Complementar nº 201/2019, (Disponível em: [uba.mg.gov.br/legislacao/](http://uba.mg.gov.br/legislacao/)).

## FISCAL DE OBRAS E POSTURAS

### PROGRAMA

**Desenho técnico:** leitura e interpretação de desenhos de arquitetura, de estruturas, de fundações e de instalações prediais em geral.

**Materiais de construção e solos:** características e propriedades dos materiais de construção.

**Tecnologia das construções:** locação de obra; escavações e contenções; fundações rasas e profundas; produção e transporte do concreto; alvenarias; revestimentos; pisos; sistemas de impermeabilização.

**Planejamento e controle de obras:** organização de canteiros de obras; quantificações de materiais e serviços em obras, inclusive de reformas, medições; orçamentos; vistorias técnicas e fiscalização de obras; processos de compra e de controle de materiais; licitações e contratos administrativos; cronogramas.

**Noções de segurança em obras e higiene do trabalho.**

**Acessibilidade nas edificações.**

**Saídas de emergência em edifícios.**



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



**Legislação Municipal de Ubá:** Plano Diretor e seus anexos; Lei de parcelamento do solo; Lei Orgânica, Código de Posturas, Leis complementares.

## **REFERÊNCIAS**

Legislação Municipal de Ubá: Plano Diretor e seus anexos; Lei de parcelamento do solo; Lei Orgânica, Código de Posturas, Leis complementares.

Lei Nº 8.666.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 7191 - Execução de desenhos para obras de concreto simples ou armado

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 7678. Segurança na execução de obras e serviços de construção.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 9077. Saídas de emergência em edifícios.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 12655. Concreto de cimento Portland - Preparo, controle, recebimento e aceitação - Procedimento.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 14645. Elaboração do "como construído" (as built) para edificações (todas as partes)

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 16280. Reforma em edificações — Sistema de gestão de reformas — Requisitos

AZEREDO, H. A. - O Edifício e seu acabamento. Editora Blucher

AZEREDO, H. A. - O Edifício até sua cobertura. Editora Blucher

BAUER, L. A. F. - Materiais de Construção. Editora LTC

BORGES, A. C. - Prática das Pequenas Construções. Editora Blucher

MATTOS, A. D. - Como Preparar Orçamento de Obras. Editora Pini

PFEIL, W. - Estruturas de Madeira. Editora LTC

YAZIGI, W. – A Técnica de Edificar. Editora Pini

## **FISCAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO**

### **PROGRAMA**

Redação e análise de documentos. Relatórios, requerimentos, formulários, memorandos, avisos, cartas comerciais, ofícios, circulares, pareceres, atas, minutas, portarias, declarações, notificações, certidões, autos de infração, protocolos, multas, descrições técnicas, decisão administrativa, sanção, correspondência, mensagem eletrônica, editais, contratos, reclamações, denúncias, expedientes.



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



Atendimento ao público, conceitos, práticas e tendências. Comunicação, comunicação institucional, ações de informação e educação relacionadas ao consumo. Informática, conceitos básicos e práticas fundamentais. MS Office 200. Rotina e trabalho. Trabalho em equipe. Noções de Recursos Humanos.

Arquivos, conceitos, técnicas e atividades correlatas. Fundamentos da administração, organização, gestão, conceitos fundamentais. Supervisão e controle. Organização, sistemas e métodos, conceitos fundamentais. Fundamentos da administração pública. Princípios da administração pública. Qualidade na administração pública. Noções fundamentais do direito administrativo. Relações de consumo, conceitos e fundamentos. Elementos da relação de consumo. Código de defesa do consumidor. Legislação Federal (artigos 1 ao 119), disposições do Senado Federal Código de defesa do consumidor e Normas Correlatas e Legislação Estadual de Minas Gerais PROCON/ ALMG 2017.

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.

#### **REFERÊNCIAS**

BERG, Artur Ernesto. Manual de atendimento ao cliente. Ed. Juruá. Curitiba. 2013.

CARRANZA, Giovanna. Administração Geral e Pública. Editora jusPODIVM. 5ª Edição. 2018.

ERGAFFONTE, Ayrton e RODRIGUES, Célia Regina. Assistente Administrativo. Ed. Komedi. Campinas, 2009.

D'ASCENÇÃO, Luiz Carlos M. Organização, Sistemas e Métodos. São Paulo. Ed. Atlas, 2012.

FERREIRA, Maria Cecília. Informática Aplicada. Editora Érica. São Paulo. 2014.

FRANÇA, Ana Cristina Limongi. Prática de Recursos Humanos PRH. Conceitos, Ferramentas e Procedimentos. São Paulo. Ed. Atlas, 2014.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Introdução à Administração. 8ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2011.

MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. 2ª ed. revista e atualizada. Brasília, 2002.

MEDEIROS, João Bosco. *Português Instrumental: Contém Técnicas de Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)*. 10ª ed. São Paulo. Atlas. 2014.

PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

PALUDO, Augustinho. Administração Pública. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Ed. Elsevier, 2013.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. Edição: Direito administrativo. Editora forense. 2018



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



SENAI. Assistente Administrativo. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. – São Paulo: SENAI-SP Editora, 2014.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8078compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm)

Código de defesa do consumidor e normas correlatas. Senado Federal, 3ª ed. 2019.

[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/555106/cdc\\_e\\_normas\\_correlatas\\_3ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/555106/cdc_e_normas_correlatas_3ed.pdf)

Manual e código de defesa do consumidor. Comissão de defesa do consumidor e do contribuinte. PROCON/ ALMG 2017.

[https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/publicacoes\\_assembleia/cartilhas\\_manuais/cartilhas\\_procon/arquivos/pdfs/Manual-Codigo-Defesa-Consumidor-mar17.pdf](https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/publicacoes_assembleia/cartilhas_manuais/cartilhas_procon/arquivos/pdfs/Manual-Codigo-Defesa-Consumidor-mar17.pdf)

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.

## **NÍVEL SUPERIOR**

### **LÍNGUA PORTUGUESA (TODOS OS CARGOS)**

#### **PROGRAMA**

Compreensão e interpretação de textos. Tipos e gêneros textuais. Coerência e coesão textual. Formação e significação de palavras. Sinonímia, antonímia e polissemia. Ortografia e acentuação. Tipos de frases. Emprego dos sinais de pontuação e seus efeitos de sentido. Morfologia: emprego e classificação das palavras. Concordância verbal e concordância nominal. Regência verbal. Sintaxe: estrutura da oração e do período composto.

#### **REFERÊNCIAS**

ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2013.

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37 Ed. Rio de Janeiro: Lucena, 2004.

CASTILHO, Ataliba T. de & ELIAS, Vanda Maria. Pequena gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2015

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001

Dicionário Caldas Aulete, versão digital. Disponível em <http://aulete.com.br/>.

GUIMARÃES, Elisa. Texto, discurso e ensino. São Paulo: Contexto, 2013.

KOCH, Ingedore Villaça & ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006

Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. Disponível em <http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



**RACIOCÍNIO LÓGICO (TODOS OS CARGOS – EXCETO PROCURADOR MUNICIPAL)**

**PROGRAMA**

**RACIOCÍNIO LÓGICO DEDUTIVO**

Estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Lógica sentencial (ou proposicional). Proposições simples e compostas. Tabelas – verdade de proposições compostas. Equivalências. Leis de De Morgan. Diagramas lógicos. Lógica de primeira ordem. Operações com conjuntos. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos e matriciais. Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos

**NOÇÕES DE MATEMÁTICA FINITA**

Cálculo combinatório: arranjos simples e com repetição, permutações simples e com repetição e combinações simples. Princípio da Casa dos Pombos. Identificação do espaço amostral e evento de experimentos aleatórios. Resolução de Problemas envolvendo probabilidade simples, probabilidade condicional e multiplicação de probabilidades.

**ESTATÍSTICA**

Conceitos fundamentais de estatística descritiva (população, amostra e amostragem). Organização de dados (tabelas e gráficos). Medidas de tendência central (média, moda e mediana). Medidas de dispersão (desvio médio, variância, desvio padrão e coeficiente de variação).

**PROPORCIONALIDADE**

Razões e proporções. Grandezas direta e inversamente proporcionais. Regra de três simples e composta. Porcentagens. Juros simples e compostos.

**FUNÇÕES**

Conceito de função. Função de variável real e seu gráfico no plano cartesiano. Estudo das funções do 1º e 2º grau. Funções crescentes e decrescentes, máximos e mínimos de uma função. Resolução de situações problemas envolvendo funções de 1º e 2º grau.

**REFERÊNCIAS**

CESAR, Benjamin e MORGADO, Augusto C. (2009) *Raciocínio Lógico - Quantitativo*. Série Provas e Concursos. 4a ed. São Paulo: Campus ElSevier.

ROCHA, Enrique. *Raciocínio Lógico: você consegue aprender*. Rio de Janeiro, ElSevier, 2006.



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



ALENCAR FILHO, Edgard de. Iniciação à lógica matemática. 18.ed. São Paulo: Nobel, 2000.

FILHO, Edgar de Alencar. Iniciação à Lógica Matemática. São Paulo, Nobel, 2002.

HAZAN, Samuel. Fundamentos de Matemática Elementar, 5: Combinatória e Probabilidade – 7 Ed. São Paulo, Atual, 2004.

Matemática – Volume único – 6ª Edição – Gelson Iezzi, Osvaldo Dolce e outros – Editora Saraiva.

Matemática Ciência e aplicações – Volume 1 – 2ª Edição - Gelson Iezzi e outros – Editora Saraiva.

Matemática Ciência e aplicações – Volume 2 – 2ª Edição - Gelson Iezzi e outros – Editora Saraiva.

Matemática Ciência e aplicações – Volume 3 – 2ª Edição - Gelson Iezzi e outros – Editora Saraiva.

**NOÇÕES BÁSICAS DE INFORMÁTICA (TODOS OS CARGOS – EXCETO ENGENHEIRO DE SISTEMAS E PROCURADOR MUNICIPAL)**

**PROGRAMA**

Sistemas operacionais: conhecimentos do ambiente Windows Windows 10: configurações básicas do Sistema Operacional (painel de controle); organização de pastas e arquivos; operações de manipulação de pastas e arquivos (criar, copiar, mover, excluir e renomear). Editor de texto Microsoft Word 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão; criação e manipulação de tabelas; inserção e formatação de gráficos e figuras; geração de mala direta. Planilha eletrônica Microsoft Excel 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão; utilização de fórmulas; geração de gráficos; classificação e organização de dados. Software de Apresentações PowerPoint 2010 e superior: criação, edição, formatação e impressão das apresentações. Segurança. Conceitos de segurança da informação. Classificação da informação, segurança física e segurança lógica. Análise e gerenciamento de riscos. Ameaça, tipos de ataques e vulnerabilidade. Ataques e proteções relativos a hardware, sistemas operacionais, aplicações, bancos de dados e redes. Conhecimentos de internet: noções básicas; correio eletrônico (receber e enviar mensagens; anexos; catálogos de endereço; organização das mensagens); navegadores (Internet Explorer, Google Chrome e Mozilla Firefox). Sistemas de Backup. Tipos de backup. Planos de contingência. Meios de armazenamento para backups.

**REFERÊNCIAS**

Cartilha de segurança da internet. Disponível em: <<http://cartilha.cert.br/>>.

Manuais on-line do Microsoft Excel. Disponível em: <<https://support.office.com/pt-BR/Excel>>

Manuais on-line do Microsoft Word. Disponível em: <<https://support.office.com/pt-BR/Word>>



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ



Manuais on-line do Microsoft PowerPoint. Disponível em: <<https://support.office.com/pt-BR/PowerPoint>>

Manuais on-line do Sistema Operacional Windows. Disponível em: <<https://support.microsoft.com/pt-br>>

Manual on-line do Internet Explorer 8.0 ou superior. Disponível em: <<https://support.microsoft.com/pt-br/products/internet-explorer>>

Manuais on-line do Google Chrome. Disponível em: <<https://support.google.com/chrome>>

Manuais on-line do Mozilla Firefox. Disponível em: <<https://support.mozilla.org/pt-BR/products/firefox>>

Conceitos disponíveis em: <https://conceitos.com/>

TechTudo - <https://www.techtudo.com.br/>

<https://www.significados.com.br/>

## TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – BIBLIOTECÁRIO

### PROGRAMA

Bibliotecas e unidades de informação: tipos, funções, objetivos, atividades, serviços, usuários. Atendimento à comunidade de usuários Papel do bibliotecário. Mediação da informação e da leitura. A biblioteca pública como espaço de educação, cultura e informação. Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Formação, desenvolvimento e preservação de acervos. Gestão de bibliotecas e unidades de informação. Organização, planejamento e avaliação de serviços. Tratamento da informação em bibliotecas tradicionais e em bibliotecas digitais. Representação descritiva e temática. Instrumentos, produtos e processos. Normas técnicas para a área de documentação.

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, O. F. de. Biblioteca Pública: avaliação de serviços. Londrina:Eduel, 2013

ALMEIDA, M. C. B. Planejamento de bibliotecas e serviços de informação. 2. ed. rev. ampl. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2005.

ASSUMPÇÃO, F. S. ; SANTOS, P. L. V. A. C. O controle de autoridade no domínio bibliográfico : os catálogos em livros e em fichas. Biblios (Peru), n. 67, 9.84-98, 2017. Disponível em: <<https://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/view/341/300>>. Acesso em: 5 de jan. 2020.



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



ASSUMPÇÃO, F. S; SANTOS, P. L. V. A. C. Representação no domínio bibliográfico : um olhar sobre os formatos MARC 21. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 20, n. 1, p. 54-74, 2015.

BERNARDINO, M. C. R.; SUAIDEN, E. J. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da Ciência da Informação. Perspectivas em Ciência da Informação. Belo Horizonte, v. 16, n. 4, p.29-41 out./dez. 2011.

BIBLIOTECA pública: princípios e diretrizes. 2. ed. rev.ampl. - Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

CALDAS, M. A. E. et al. Documentos acadêmicos : um padrão de qualidade. 2. ed. rev. Ampl. Recife: Editora Universitária, 2010.

CAMPOS, L. F. B. . Metadados digitais: revisão bibliográfica da evolução e tendências por meio de categorias funcionais. Encontros Bibli (UFSC) , v. 1, p. 16/23-46, 2007.

GUIM, V. L. R. ; FUJITA, M. S. L. As linguagens de indexação e a análise de domínio. In: GUIMARÃES, J. A. C. ; DODEBEI, V. (Orgs.). Organização do conhecimento e diversidade cultural. 1. ed. Marília, SP : ISKO-Brasil, ; Fundepe, 2015. v. 1, p. 125-134.

JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR; FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES (Trad.) Código de catalogação anglo-americano . 2. ed. São Paulo: FEBAB, 2004. 1 v. (várias paginações)

MACIEL, A.C. ; MENDONÇA, M.A.R. Bibliotecas como organizações. 1. ed. rev. Rio de Janeiro: Interciência, 2006

SHINTAKU, M.; VECHIATO, F. L. Histórico do uso do Dspace no Brasil com foco na tecnologia. Revista Informação na Sociedade Contemporânea, v. 2, n. 1, p. 1-16, jun. 2018.

SNBP. Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/>: Acesso em:6 jan. 2020.

SILVA, J. L. C. Necessidade de informação e satisfação do usuário: algumas considerações no âmbito dos usuários da informação. InCID, Ribeirão Preto, v.3, n.2 p.102-123 jul./dez 2012

SILVA, M. R. ; FUJITA, M. S. L. A. A prática de indexação : análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. Transinformação, Campinas, v. 16, n. 2, p. 133-161, ago. 2004. Disponível em : <<http://www.scielo.br/pdf/tinf/v16n2/03.pdf>>. Acesso em : 5 de jan. 2020.

## **TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – ENGENHEIRO DE TRÂNSITO**

### **PROGRAMA**

Elaboração, execução, implantação e avaliação de projetos de Engenharia de Trânsito. Educação para o Trânsito. Elaboração de Projetos de Engenharia de Tráfego, tais como: Elementos do



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



tráfego; Sinalização semafórica; Cálculos semaforicos; Sinalização vertical; Sinalização horizontal; Segurança Viária; Elaboração e Gestão de Projetos; Logística de Engenharia de Tráfego; Planejamento da Mobilidade Urbana; Acessibilidade e sustentabilidade; Políticas Públicas para o Trânsito; Legislação do uso do solo. Morfologia Urbana e suas Complexidades: Leitura da cidade; Estudo do lugar; Planos Urbanísticos; Legislação Urbanística - planos, programas e leis. Controle e acompanhamento de obras; Manutenção; Sistema viário, implantação, conservação e modificação de sinalização; Interferência de equipamentos urbanos; Pesquisas de tráfego; Classificação e capacidade viária, fluxos ininterrupto e interrompido; Segurança de trânsito. Executar outras tarefas correlatas à sua área de competência e estabelecidas pelo Conselho de Classe. Legislação de Trânsito e Transportes. Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito em vigência e suas alterações. Sinalização de trânsito Direção defensiva. Noções de primeiros socorros. Ética Profissional.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Associação Nacional de Transportes Públicos - ANTP. Transporte humano: cidades com qualidade de vida. São Paulo: ANTP, 1997. Disponível em: <<http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/15423>>. Acesso em: 08 de janeiro de 2019.

BRASIL. Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN. Manual de Sinalização do DENATRAN. Volumes I, II, III, IV, V, VI. Brasília: DENATRAN, 2007. Disponível em: <<http://www.denatran.gov.br/index.php/educacao/109-educacao/publicacoes/449-publicacoes>> Acesso em: 08 de janeiro de 2019.

BRASIL. Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN. Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito em vigência e suas alterações. Disponível em: <<http://www.denatran.gov.br/resolucoes>> Acesso em: 08 de janeiro de 2019.

BRASIL. Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN. Direção defensiva: Trânsito seguro é um direito de todos. Brasília: DENATRAN, 2005. Disponível em: <[http://www.vias-seguras.com/documentacao/arquivos/denatran\\_manual\\_de\\_direcao\\_defensiva\\_mai\\_2005](http://www.vias-seguras.com/documentacao/arquivos/denatran_manual_de_direcao_defensiva_mai_2005)> Acesso em: 08 de janeiro de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro e suas alterações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 24 set. 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9503.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9503.htm)> Acesso em: 08 de janeiro de 2019.

RIO DE JANEIRO. Departamento de Trânsito-RJ. Câmara Temática de Engenharia de Tráfego, de Sinalização e da Via. Gestão 2004/2005. Disponível em: <[http://www.detran.rj.gov.br/\\_include/on\\_line/cartilha/cartilha.pdf](http://www.detran.rj.gov.br/_include/on_line/cartilha/cartilha.pdf)> Acesso em: 09 de julho de 2018.



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



**TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – BIÓLOGO**

**PROGRAMA**

Moléculas fundamentais - Carboidratos; lipídios; proteínas; vitaminas; ácidos nucléicos. Biologia celular - Células eucariontes e procariontes; processos de trocas entre os meios interno e externo da célula; divisões celulares: meiose e mitose; metabolismo celular: fotossíntese, quimiossíntese, fermentação e respiração. Genética - Monoibridismo; diibridismo; meiose e segregação independente dos cromossomos; análise de heredogramas; herança dos grupos sanguíneos; biotecnologia e engenharia genética. Evolução - Evidências da evolução; teorias de Lamarck e Darwin; teoria sintética da evolução; especiação. Taxonomia - Categorias taxonômicas e regras da nomenclatura. Microbiologia - Estrutura, reprodução e principais doenças causadas por vírus, bactérias, fungos e protozoários. Zoologia - Morfologia e sistemática de animais invertebrados e vertebrados; principais doenças causadas por animais invertebrados; fauna urbana de interesse em saúde pública; sistemas do corpo humano; infecções sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos. Botânica – Classificação e características principais dos grupos vegetais (Briófitas, Pteridófitas, Gimnospermas e Angiospermas); fisiologia das Angiospermas. Ecologia - Componentes abióticos e bióticos; habitat e nicho ecológico; relações intraespecíficas e interespecíficas; ecossistemas aquáticos e terrestres; ciclos biogeoquímicos; biomas brasileiros; fluxo de energia nos ecossistemas; relações tróficas: níveis, cadeia e teias; populações e comunidades; sucessão ecológica; crescimento demográfico e econômico versus utilização dos recursos naturais; principais tipos de agressões ao meio ambiente e suas soluções; consumo, conservação e sustentabilidade; desenvolvimento sustentável e a biodiversidade.

**REFERÊNCIAS**

- ALBERTS, B. et al. Biologia molecular da célula. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.
- BARNES, R. D. et al. Zoologia dos invertebrados. 7. Ed. Roca, 2005.
- BEGON, M. et al. Ecologia de indivíduos a ecossistemas. 4ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- CULLEN, L. et al. Métodos de estudos em biologia da conservação e manejo da vida silvestre. 2ª ed, Curitiba, Editora UFPR, 2006.
- DAJOZ, R. Princípios de Ecologia. 7ª Edição Porto Alegre: Artmed, 2015.
- DIAS, G. F. Educação Ambiental: Princípios e Práticas. 8º edição. São Paulo: Gaia, 2003.
- GRIFFITHS, A. J. F. et al. Introdução à genética. 9ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 2016.
- MADIGAN, M. T. et al. Microbiologia de Brock. 14. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2016.
- MOYES, C. D. et al. Princípios de Fisiologia Animal. 2ª Edição. Ed. Artimed, 2010.
- NEVES, D. P. Et al. Parasitologia Humana, 11ª ed, São Paulo, Atheneu, 2005.
- POUGH, F. H. et al. A vida dos Vertebrados. 4ª edição. São Paulo, Atheneu, 2008.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ



PRIMACK, R. B. et al. *Biologia da Conservação*. Londrina: Vida, 2001.

RAVEN, P. H. et al. *Biologia vegetal*. 8 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

RIDLEY, M. *Evolução*. 3ª ed. Porto Alegre (RS): Artmed Editora, 2006.

SÁNCHEZ, L. E. *Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos*, 2ª ed, São Paulo, Oficina de Textos, 2013.

TAIZ, L. et al. *Fisiologia vegetal*. 5. ed., Artmed, 2013.

### TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – PSICÓLOGO

#### PROGRAMA

Código de ética do Psicólogo e elaboração de documentos. Saúde Mental. Psicopatologia. Psicologia e Saúde. Psicologia e Educação. Intervenção Psicossocial com grupos. Práticas Psicoterápicas: conceitos, modelos e aplicações. Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto da Pessoa com deficiência.

#### REFERÊNCIAS

Afonso, Lúcia. (Org.) (2000). *Oficinas em Dinâmica de Grupo: Um Método de Intervenção Psicossocial*. Belo Horizonte, Edições do Campo Social. (Capítulo 1).

Brasil. Lei Federal Nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Estatuto da Pessoa com deficiência.

Brasil (1990). Estatuto da Criança e Adolescente, *Lei 8.069, de 13 de julho de 1990*. Brasília/DF.

Conselho Federal de Psicologia (2005). *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Brasília: CFP. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>

Conselho Federal de Psicologia (2003). *Resolução do CFP N.º RESOLUÇÃO Nº 06/2019* Brasília: CFP. Disponível em: [http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003\\_7.pdf](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf)

Cordioli, Aristides, Volpato (org.) (1998). *Psicoterapias: Abordagens atuais*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Dalgalarrodo, Paulo. (2018). *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed.

Ferreira Neto, João Leite. (2008). Práticas transversalizadas da clínica em saúde mental. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21 (1), 110-118. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722008000100014>



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



Ferreira Neto, João Leite, Kind, Luciana, Barros, Jairo Stacanelli, Azevedo, Natália Silva, & Abrantes, Tatiane Marques. (2009). Apontamentos sobre promoção da saúde e biopoder. *Saúde e Sociedade*, 18(3), 456-466. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902009000300010>

GOULART, Iris Barbosa (2013). *Psicologia da Educação*. Rio de Janeiro: Vozes.

### **TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I - ASSISTENTE SOCIAL**

#### **PROGRAMA**

Direitos, deveres, competências, atribuições privativas do/a Assistente Social. Ética e Serviço Social, Proteção social e Assistência Social no Brasil: marcos históricos e legais (PNAS, NOB SUAS, LOAS), Espaços Ocupacionais do Serviço Social: política urbana, educação, saúde e assistência social. Gestão e Controle Social da Política de Assistência Social. Serviço Social e Direitos Humanos. A Vigilância Socioassistencial na Política de Assistência Social. O Sistema Único de Assistência Social e a organização das ações de Assistência Social.

#### **REFERÊNCIAS**

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome. Caderno de Orientações Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Articulação Necessária na Proteção Social Básica. Brasília: MDS, 2016. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia\\_social/cartilha\\_paif\\_2511.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/cartilha_paif_2511.pdf)

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome. Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília: MDS, 2009. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/Orientacoes%20Tecnicas%20-%20Centro%20de%20Referencias%20de%20Assistencia%20Social%20%28CRAS%2922.pdf>

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. MDS: Brasília, 2011. Disponível em: [http://prattein.com.br/home/images/stories/Assistencia\\_Social/Orientacao\\_CREAS.pdf](http://prattein.com.br/home/images/stories/Assistencia_Social/Orientacao_CREAS.pdf).

Brasil. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS 1993. Disponível em <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/legislacao/legislacao-federal/LOAS.pdf>

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica – NOB SUAS, MDS: Brasília, 2012. Disponível em: [http://www.cib.pr.gov.br/arquivos/File/CIBPR/material/NOB\\_SUAS\\_2012.pdf](http://www.cib.pr.gov.br/arquivos/File/CIBPR/material/NOB_SUAS_2012.pdf)

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8662.htm)

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão. 1ª ed. ampliada. Brasília, DF: CFESS, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de Ética Profissional do Serviço Social 1993. Brasília, DF: CFESS, 1993 Disponível em: [http://cfess.org.br/arquivos/CEP\\_1993.pdf](http://cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf)

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social. Brasília, DF: CFESS, 2011. Cartilha. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/Cartilha\\_CFESS\\_Final\\_Grafica.pdf](http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf)

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. Brasília, DF: CFESS, 2010. Cartilha Disponível em: [http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/Parametros\\_para\\_a\\_Atuacao\\_de\\_Assistentes\\_Sociais\\_na\\_Saude.pdf](http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf)

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação. Brasília, DF: CFESS, 2011. Cartilha. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/BROCHURACFESS\\_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf](http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf)

FORTI, Valeria. Direitos Humanos e Serviço Social: notas para o debate. Revista O Social em Questão. Ano XV – n. 28. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2012. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/13artigo.pdf>

OLIVEIRA, Heloísa Maria José. Controle Social e Assistência Social: o desafio (im)possível. Revista Katalys. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Serviço Social / Curso de graduação em Serviço Social, n. 4, Florianópolis: UFSC, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6251/5829>

YAZBEK, Maria Carmelita. A dimensão política do trabalho do assistente social. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 677-693, 2014

## **TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – CONTADOR**

### **PROGRAMA**

Constituição Federal: Título VI – Capítulo II – Das Finanças Públicas – Seções I e II, inclusive. Título VIII – Seção II – Da saúde. Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto.

Lei Nº 4.320/1964. Lei Complementar Nº 101/2000. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP. Orçamento público: conceito, classificação, tipos, princípios orçamentários, ciclo orçamentário, elaboração do orçamento, exercício financeiro, orçamento por programas, diretrizes orçamentárias, programação financeira e transferências financeiras. Aprovação, execução, acompanhamento, fiscalização e avaliação do orçamento público. Plano Plurianual – PPA; Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO; Lei Orçamentária Anual – LOA. Receita Pública: Conceito; Classificação; Estágios; Escrituração Contábil. Dívida Ativa. Despesa Pública: Conceito; Classificação, Estágios, Escrituração Contábil. Restos a Pagar: Conceitos; Sistemáticas. Suprimento de Fundos, Despesas de Exercícios Anteriores. Créditos



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



Adicionais: Conceito; Classificação; Autorização e Abertura; Vigência; Indicação e Especificação de recursos. Dívida Pública: Conceitos; Sistemáticas. Regime de Adiantamento: Conceito; Finalidades; Controle dos Adiantamentos. Patrimônio Público: Conceito; Bens, direitos e obrigações das Entidades Públicas. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Subsistemas contábeis do setor público. Procedimentos Contábeis Orçamentários, Patrimoniais e Específicos. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. Variações Patrimoniais. Variações Ativas e Passivas. Consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Demonstrativos Fiscais - Anexo de Riscos Fiscais (ARF), Anexo de Metas Fiscais (AMF), Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) Relatório de Gestão Fiscal (RGF). Levantamento de contas, tomada de contas e prestação de contas na administração pública: conceituação, características, procedimentos e responsabilidades dos gestores públicos. Transparência no setor público. Acesso à informação. Instrumentos de transparência fiscal. Prestações de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais: Demonstrativos exigidos e seu preenchimento; Prazos.

#### **REFERÊNCIAS**

ANDRADE, N. A. Contabilidade pública na gestão municipal: Métodos com base nas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e nos padrões internacionais de contabilidade. São Paulo: Atlas, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). República Federativa do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm) 1988.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. República Federativa do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm).

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. República Federativa do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm).

BRASIL. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000. Brasília, DF, 27 maio. 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm).

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso à informação previsto na Constituição Federal. Diário Oficial República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 18 nov. 2011. Recuperado em 26 dezembro 2016, de <https://goo.gl/YjejLq>.

BRASIL. Ministério da Fazenda/ Secretaria do Tesouro Nacional. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/Secretaria do Orçamento Federal. Portaria Interministerial STN/SOF nº 163 de 04/05/2001. Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/legislacao/legislacao/portaria-interm-163\\_2001\\_atualizada\\_2015\\_04jul2016\\_ultima-alteracao-2016-2.docx/view](http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/legislacao/legislacao/portaria-interm-163_2001_atualizada_2015_04jul2016_ultima-alteracao-2016-2.docx/view).

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP): aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. 8. ed. 2018. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/mcasp>.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF): aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. 9. ed. 2018. Disponível em: [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/663733/CPU\\_MDF+9%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+-+Vers%C3%A3o+3+-+18.12.2018+-+com+capa/e0b5b068-3538-4b1a-a6d2-a0b7d9da0f33](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/663733/CPU_MDF+9%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+-+Vers%C3%A3o+3+-+18.12.2018+-+com+capa/e0b5b068-3538-4b1a-a6d2-a0b7d9da0f33).

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pcasp>.

CARVALHO NETO, A. A.; DE FREITAS, C. A. S.; CRUZ, I. B.; AKUTSU, L. Auditoria governamental. Tribunal de Contas da União: Brasília, 2011. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F0A728E014F0B277355651D>.

BRUNO, R. M. Lei de Responsabilidade Fiscal e orçamento público municipal. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2007.

CARVALHO, D. CECCATO, M. Manual Completo de Contabilidade Pública, 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

CASTRO, D. P. Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CFC. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC TSP. Disponível em: <http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>.

CRUZ, F, coord. Lei de Responsabilidade Fiscal comentada: Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 404 p.

GIACOMONI, J. Orçamento Público. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2017.



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



KOHAMA, H. Contabilidade pública: teoria e prática, 13 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

JUND, S. Administração, Orçamento e Contabilidade Pública. 3ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

LIMA, D. V. Orçamento, Contabilidade e Gestão no Setor Público. São Paulo: Atlas, 2018.

MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Cartilha de Orientações sobre Controle Interno, 2012. Disponível em: [http://www.tce.mg.gov.br/img\\_site/Cartilha\\_Control%20Interno.pdf](http://www.tce.mg.gov.br/img_site/Cartilha_Control%20Interno.pdf).

MINAS GERAIS. Lei complementar nº 102 de 17 de janeiro de 2008. Dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas e dá outras providências. Disponível em: <http://www.tce.mg.gov.br/IMG/Legislacao/legiscont/LegislacaoEstadual/LEI%20COMPLEMENTAR%20102,%20DE%2017-01-2008.pdf>.

MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Instrução normativa 03/2015. Dispõe sobre a remessa, pelos municípios, dos instrumentos de planejamento e das informações orçamentárias, financeiras, contábeis, operacionais e patrimoniais relativas ao exercício financeiro de 2016 e seguintes, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM). Disponível em: <http://tclegis.tce.mg.gov.br/Home/ExibePDF/1136994>.

MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Instrução Normativa do 04/2015 (e suas alterações) - Dispõe sobre a remessa de informações relativas à folha de pagamento de pessoal, para a constituição do Cadastro de Agentes Públicos do Estado e dos Municípios de Minas Gerais – CAPMG. Disponível em: <http://tclegis.tce.mg.gov.br/Home/ExibePDF/1137013>.

MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Instrução normativa 02/2017. Acrescenta o art.14-A e dá nova redação ao Título V e aos artigos 11, 12 e 13, da Instrução Normativa nº 03/2015, que dispõe sobre a remessa, pelos municípios, dos instrumentos de planejamento e das informações orçamentárias, financeiras, contábeis, operacionais e patrimoniais relativas ao exercício financeiro de 2016 e seguintes, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM). Disponível em: <http://tclegis.tce.mg.gov.br/Home/ExibePDF/1139052>.

MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Instrução normativa 04/2017. Estabelece diretrizes para a prestação das contas anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal referentes ao exercício financeiro de 2017. Disponível em: <http://tclegis.tce.mg.gov.br/Home/DownloadPDF/1139067>.



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



**TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – ENGENHEIRO DE SISTEMAS**

**PROGRAMA**

Metodologias de desenvolvimento de sistemas: análise e projetos orientados a objeto com UML. Engenharia de software: conceitos, requisitos, análise e projeto, implementação, testes, homologação, gestão de configuração. Linguagens de Programação: aspectos de linguagens de programação, algoritmos e estruturas de dados e objetos; programação orientada a objetos; estruturas de controle de fluxo; compiladores e interpretadores. Análise Estruturada de Sistemas: Conceitos básicos; fundamentos; especificação de sistemas; modelagem de dados; diagramas de fluxos de dados; dicionários de dados; diagramas entidade-relacionamento; diagramas de transição. Algoritmos e Estruturas de Dados: Fundamentos de lógica de programação: tipos de dados; expressões; estruturas de controle e repetição; fluxogramas; estruturas de dados homogêneas e heterogêneas. Sistemas Operacionais: Conceitos e fundamentos (configuração; instalação de software; conectividade; administração; recursos; comandos e utilitários; clientes de rede; interface gráfica). Redes de computadores e Internet: Conceitos básicos. Principais conceitos de Internet. Infraestrutura física para redes. Topologias de rede. Interconexão de redes. Equipamentos (gateways, hubs, repetidores, bridges, switches, roteadores). Banco de Dados: arquitetura de banco de dados – relacional, hierárquico, rede, lista invertida, orientado a objetos; banco de dados locais, remotos e sistema de gerenciamento de banco de dados; projeto lógico e físico de banco de dados; critérios para análise de custo-benefício na escolha de banco de dados; administração, normalização, manutenção, operações e segurança em banco de dados; integridade referencial; linguagem de definição e manipulação de dados – SQL ANSI (American National Standards Institute) / DDL – Data Definition Language; / DML – Data Manipulation Language / DCL – Data Control Language; conceitos de qualidade de software. Sistemas de Backup. Tipos de backup. Planos de contingência. Meios de armazenamento para backups

**REFERÊNCIAS**

BOOCH, Grady; RUMBAUGH, James; JACOBSON, Ivar. UML: guia do usuário. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MELO, Ana Cristina. Desenvolvendo Aplicações com UML 2.2: do conceitual à implementação. 3 ed. Rio de Janeiro. Brasport, 2010.

SBROCCO, José Henrique Teixeira de Carvalho. UML 2.3: teoria e prática. São Paulo. Erica. 2011.

PRESSMAN, Roger. Engenharia de Software. São Paulo. Pearson Makron Books, 1995.

SOMMERVILLE, Ian. Engenharia de Software. São Paulo. Paerson Addison Wesley, 2003.

TANENBAUM, Andrew S. Redes de computadores. 4ª ed. São Paulo: Pearson, 2003.

PETERSON, Larry L.; DAVIE, Bruce S.; VIEIRA, Daniel. Redes de computadores: uma abordagem de sistemas. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



MACHADO, Francis Berenger; MAIA, Luiz Paulo. Arquitetura de sistemas operacionais. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, Grupo Editorial Nacional, 2008

SILBERSCHATZ, Abraham.; GALVIN, Peter Baer; GAGNE, Grec.; SILVA, Aldir José Coelho Corrêa da. Fundamentos de sistemas operacionais. 8. ed. Rio de Janeiro LTC 2010

DEITEL, Harvey M.; DEITEL, Paul J. Sistemas operacionais. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2005

GUIMARÃES, Célio Cardoso. Fundamentos de banco de dados: modelagem, projeto e linguagem SQL. Campinas, SP: UNICAMP, 2010

SILBERSCHATZ, Abraham; KORTH, Henry F.; SUDARSHAN, S. Sistema de banco de dados. Rio de Janeiro: Elsevier; 2012

SOUZA, Marco A. Furlan, GOMES, Marcelo Marques, SOARES, Marcio Vieira, CONCILIO, Ricardo, Algoritmos e Lógica de Programação

#### **TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – ENGENHEIRO CIVIL**

##### **PROGRAMA**

Desenho técnico: tipos, formatos, dimensões e dobradura de papel; linhas utilizadas no desenho técnico, escalas; desenhos de plantas e cortes de edificações e componentes dos edifícios; leitura, interpretação e produção de desenhos de arquitetura, de estruturas, de fundações, de instalações prediais em geral e de topografia. Materiais de construção: características e propriedades dos materiais de construção; controle tecnológico dos materiais. Tecnologia das construções: locação de obra; escavações e contenções; fundações rasas e profundas; formas; produção, transporte, lançamento, adensamento e cura do concreto; estruturas de concreto; estruturas metálicas; estruturas de madeira; alvenarias, inclusive estruturais; revestimentos; pisos; sistemas de impermeabilização; coberturas; instalações hidráulicas e sanitárias. Planejamento, execução e fiscalização de obras: organização de canteiros de obras; quantificações de materiais e serviços, inclusive de reformas; medições; orçamentos; vistorias técnicas e fiscalização de obras; processos de compra e de controle de materiais; licitações e contratos administrativos; cronogramas. Manifestações patológicas das construções: sintomas, mecanismos, causas, origens e as consequências das deficiências das construções; sinistros na construção civil. Topografia: equipamentos de topografia; levantamentos topográficos; desenho topográfico; cálculos topográficos. Elementos de mecânica estrutural: reconhecimento de tipos e de componentes das estruturas; tensão, deformação, propriedades mecânicas dos materiais, sistemas de carregamento.

Dimensionamento de estruturas. Noções de segurança em obras e higiene do trabalho. Desempenho nas edificações habitacionais. Acessibilidade nas edificações. Saídas de emergência em edifícios. Segurança contra incêndios. B.I.M. na construção civil. Legislação Municipal de Ubá: Plano Diretor; Parcelamento e uso do solo; Código de Posturas Municipais; Normas de urbanismo e edificações.



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



**REFERÊNCIAS**

Legislação Municipal de Ubá: Plano Diretor (Lei Complementar 99/2008 e suas alterações); Parcelamento e uso do solo (Lei Complementar 123/2010 e suas alterações); Código de Posturas Municipais (Lei 1095/1976 e suas alterações); Normas de urbanismo e edificações (Lei Complementar 30/95 e suas alterações).

Legislação estadual referente à segurança contra incêndio e pânico - Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais (circulares, decretos, instruções técnicas, leis e portarias)

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 6118 - Projeto de estruturas de concreto. 2014

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 6122 - Projeto e execução de fundações. 2019

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 7211 - Agregados para concreto - Especificação. 2009

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 7678. Segurança na execução de obras e serviços de construção. 1983

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 8800. Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios. 2008

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2015

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 9077. Saídas de emergência em edifícios. 2001

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 12655. Concreto de cimento Portland - Preparo, controle, recebimento e aceitação - Procedimento. 2015

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 12821. Preparação de concreto em laboratório - Procedimento. 2009

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 13133. Execução de levantamento topográfico. 1994

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 14931. Execução de estruturas de concreto - Procedimento. 2004

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 15575 - Edificações Habitacionais - Desempenho. 2013



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



- ALONSO, U. R. - Exercícios de Fundações. Editora Blucher
- AMBROZEWICZ, P. H. L. - Materiais de Construção. Editora Pini
- AZEREDO, H. A. - O Edifício e seu acabamento. Editora Blucher
- AZEREDO, H. A. - O Edifício até sua cobertura. Editora Blucher
- BADRA, P. A. L - Guia prático de orçamento de obras : do escalímetro ao B.I.M.
- BAUER, L. A. F. - Materiais de Construção. Editora LTC
- BELLEI, I. H. - Edifícios de múltiplos andares em aço. Editora Pini
- BORGES, A. C. - Prática das Pequenas Construções. Editora Blucher
- BOTELHO, M. H. C. - Concreto Armado Eu te Amo. Editora Blucher
- BOTELHO, M. H. C. - Topografia aplicada à Engenharia Civil. Editora Blucher
- BOTELHO, M. H. C. - Manual de Primeiros Socorros do Engenheiro e do Arquiteto. Editora Blucher
- CREDER, H. - Instalações Hidráulicas e Sanitárias. Editora LTC
- EASTMAN C. Manual de BIM : um guia de modelagem da informação da construção para arquitetos, engenheiros, gerentes, construtores e incorporadores. Editora Bookman
- HIBBELER, R.C. - Resistência dos Materiais. Editora Pearson
- LEET, K. M - Fundamentos da análise estrutural. Editora AMGH
- MATTOS, A. D. - Como Preparar Orçamento de Obras. Editora Pini
- MARCELLI, M. Sinistros na Construção Civil. Editora Pini
- PFEIL, W. - Estruturas de Madeira. Editora LTC
- RAMALHO, M. A. - Projeto de edifícios de alvenaria estrutural. Editora Pini



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



REBELLO, Y. C.P. Fundações: guia prático de projeto, execução e dimensionamento. Editora Zigurate

REBELLO, Y. C. P. A Concepção Estrutural e a Arquitetura. Zigurate Editora

RIBEIRO, C. C - Materiais de Construção Civil. Editora UFMG

RIPPER, E. - Como evitar erros na construção civil. Editora Pini

RIPPER, E. - Manual Prático de Materiais de Construção. Editora Pini

RIPPER, T. - Patologia, Recuperação e Reforço de Estruturas de concreto. Editora Pini

ROSSIGNOLO, J. A. - Concreto Leve Estrutural. Editora Pini

SALGADO, J. - Técnicas e Práticas Construtivas para Edificação. Editora Érica

TUTIKIAN, B. F. - Concreto auto-adensável. Editora Pini

THOMAS, E. - Trincas em Edifícios: Causas, Prevenção e Recuperação. Editora Pini

YAZIGI, W. – A Técnica de Edificar. Editora Pini

**TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – ENGENHEIRO ELETRICISTA**

**PROGRAMA**

Análise de Circuitos Elétricos: Eletricidade básica e circuitos em CC: conceitos básicos, Leis de Ohm, Leis de Kirchoff, métodos de análise de circuitos elétricos. Circuitos em CA, indutores e capacitores, fasores, análise de circuitos em CA, potência em CA, correção de fator de potência. Instrumentos de medição elétrica. Instalações elétricas, Projeto Elétrico e Aterramento: Dimensionamento de condutores e barramentos elétricos. Planejamento da instalação, demanda e fatores de projeto. Medidas de proteção contra choques elétricos. Aterramento e proteção contra descargas atmosféricas. Desenvolvimento, Interpretação e Análise de Projetos Elétricos. Eletrônica Analógica e Digital: Diodos e transistores: teoria de semicondutores, componentes eletro-eletrônicos, análise de seus circuitos eletrônicos. Circuitos retificadores, grampeadores e ceifadores. Amplificadores Operacionais: funcionamento, características e aplicações em circuitos. Conversores AD/DA. Máquinas Elétricas: Princípios básicos da conversão eletromecânica de energia. Características dinâmicas das máquinas elétricas. Transformadores, tipos e ensaios. Motores de corrente contínua, de indução, síncrono a imãs permanentes e de relutância, de passo e especiais. Acionamentos Elétricos: Características conjugado x velocidade. Acionamentos CC: modelo dinâmico e estratégias de controle de conjugado, controle de corrente. Princípios de controle de motores de indução. Sistemas para alimentação e comando de motores, como: partida direta, reversão de velocidade, partida com chave estrela-triângulo. Sistemas Digitais: Sistemas de numeração. Álgebra de booleana. Portas lógicas, diagramas lógicos, tabelas verdade e mapas de Karnaugh. Circuitos combinacionais.



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



Circuitos sequenciais síncronos e assíncronos. Registradores, contadores e conversores. Análise e projeto de sistemas digitais. Instrumentação Industrial: Instrumentos de medida. Características e princípio de funcionamento de sensores, atuadores e controladores. Instrumentos e técnicas de medição de grandezas mecânicas. Medição de deslocamento, movimento, força, torque, pressão, vazão, fluxo de massa, temperatura, fluxo de calor e umidade. Elementos finais de controle. Engenharia Econômica: Viabilidade de Projetos. Noções de economia. Planejamento e controle da manutenção. Tipos de manutenção. Índices de performance (KPIs). Gerenciamento de projetos e acompanhamento de obras: Orçamento e composição de custos, levantamento de quantitativos, planejamento e controle físico/financeiro.

#### **REFERÊNCIAS**

- FRANCHI, Caiton Moro. Acionamentos Elétricos. 4 ed, São Paulo: Editora Érica, 2008.
- MAMEDE FILHO, J. Instalações Elétricas Industriais. 8 ed. Editora LTC, 2010
- FITZGERALD, A. E.; KINGSLEY, C.; UMANS, S.D. Máquinas elétricas: com introdução à eletrônica de potência. 6 ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- DEL TORO, V. Fundamentos de máquinas elétricas. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
- TOCCI, R. Sistemas Digitais - Princípios e Aplicações. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2007
- BALBINOT, A.; BRUSAMARELLO, V. J. Instrumentação e Fundamentos de Medidas. Vol. I e II. 2 ed. LTC, 2010;
- BOYLESTAD, R.; NASHELSKY, L. Dispositivos Eletrônicos e Teoria dos Circuitos. 5. ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1994.
- BOYLESTAD, R. Introdução à Análise de Circuitos. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1998.
- CAPUANO, Francisco G.; IDOETA, Ivan V. Elementos De Eletrônica Digital. 41 ed. São Paulo: Érica. 2012.
- CREDER, H. Instalações Elétricas. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- MATTOS, A. Como Preparar Orçamentos de Obras. Editora PINI, 2014.
- MAMEDE, J. Manual de equipamentos elétricos. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- MAMEDE, J. Proteção de sistemas elétricos de potência. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- FOGLIATTO, F.; RIBEIRO, J. Confiabilidade e manutenção industrial. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

#### **TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – ENFERMEIRO**

#### **PROGRAMA**

Ética e Legislação do exercício profissional. Epidemiologia e vigilância em saúde. Saúde da família: estratégia de organização da atenção básica. Programa nacional de imunização. Aspectos metodológicos da assistência de enfermagem: Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE). Aspectos técnicos da assistência de enfermagem: princípios da administração de medicamentos e cuidados de enfermagem, relacionados à terapêutica medicamentosa, ao tratamento de feridas e prevenção de lesões cutâneas. Diagnóstico e



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ



planejamento da assistência de enfermagem: conceito, finalidade e organização, recursos humanos, recursos materiais, relacionamento humano e profissional, supervisão e liderança, trabalho em equipe, educação continuada em enfermagem, administração da assistência de enfermagem. Assistência de enfermagem na atenção à saúde da criança, adolescente, mulher, adulto, idoso e saúde mental. Assistência de enfermagem ao indivíduo em situação de urgência / emergência. Assistência de enfermagem na atenção e controle das doenças infecciosas e contagiosas. Biossegurança: prevenção e controle da população microbiana. Segurança do paciente. Programa de Gerenciamento de Resíduos de Saúde (PGRSS). Saúde mental.

### REFERÊNCIAS

Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Segurança do Paciente e Qualidade em Serviços de Saúde. Assistência Segura: Uma Reflexão Teórica Aplicada à Prática. Brasília: Anvisa, 1ª Edição - 2013.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde; ANVISA - 2017.

AMERICAN HEARTH ASSOCIATION. *Destaques das Diretrizes da American Heart Association 2015 para RCP e ACE*. Guidelines, 2015.

Atenção em saúde mental. 1ª Edição. SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://psiquiatriabh.com.br/wp-content/uploads/2015/01/Linha-ua-de-saude-mental.pdf>

ANVISA – RDC 306 – 2004, que dispõe sobre gerenciamento de produção de resíduos.

ASPERHEIM, M.K. *Farmacologia para enfermagem*. 11ª ed. Elsevier, 2009.

BARROS, Alba L. B. *et al. Anamnese e exame físico – Avaliação Diagnóstica de Enfermagem no Adulto*. Artmed, 2010.

BORGES, Eline Lima *et al. Feridas: como tratar*. 2ª ed. Belo Horizonte: COOPMED, 2008.

BRASIL. *Lei Nº 7.498* de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício de enfermagem e dá outras providências. Publicada no DOU de 26 de junho de 1986. Seção I – fls. 9.273 a 9.275.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às pessoas com Infecção Sexualmente Transmissíveis. Brasília – DF. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Amamentação e uso de medicamentos e outras substâncias*. 2ª ed. Amamentação e uso de drogas. Brasília, 2010.



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



BRASIL. Ministério da Saúde. *Atenção à Saúde do Recém-Nascido*: Guia para os profissionais de Saúde. Cuidados Gerais. v.1. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica. *Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva*. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Cadernos de Atenção Básica n. 26. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Doenças infecciosas e parasitárias*. Guia de bolso. 8ª ed. revista. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violências*. Orientação para gestores e profissionais de saúde. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Manual de Rede de Frio do Programa Nacional de Imunizações*. Brasília-DF, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Manual técnico: pré-natal e puerpério. Atenção qualificada e humanizada*. Série Direitos Sexuais e Direitos reprodutivos-Caderno 5. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. *O SUS de A a Z: garantindo a saúde nos Municípios*. 3ª ed. Brasília: 2009, 480 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Prevenção clínica das doenças cardiovasculares, cerebrovasculares e renais crônicas*. Caderno de Atenção Básica, n. 14, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Rede Amamenta Brasil: Os primeiros passos (2007-2011)*. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento*. Cadernos de Atenção Básica n. 33. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Saúde da Criança: Nutrição Infantil*. Aleitamento materno e alimentação complementar. Caderno de Atenção Básica, n. 23. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Vigilância em Saúde. *Zoonoses*. Série B. Textos Básicos de Saúde. Cadernos de Atenção Básica n. 22. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa*. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Cadernos de Atenção Básica n. 19. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização. *Cadernos Humaniza SUS*. Vol. 1. Formação e Intervenção. Série B. Textos Básicos de Saúde. Brasília, 2010.

BRASIL. Normas e Regulamentos. *NR 32*. Dispõe sobre a Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde.



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Vigilância em Saúde: Dengue, Esquistossomose, Hanseníase, Malária, Tracoma e Tuberculose*. 2ª ed. revisada, Brasília/DF: Editora do Ministério da Saúde, 2008. 197 p.

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de Controle da Tuberculose. *Manual de Recomendações para o Controle da Tuberculose no Brasil*. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília/DF:2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Calendário Nacional de Vacinação 2019*.

BRUNNER; SUDDARTH. *Tratado de enfermagem médico-cirúrgica*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara Koogan, 2015. 13ª ed. 2v.

COFEN. *Resolução Nº 358/2009*. Dispõe sobre a Sistematização da Assistência da enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências.

COFEN. Resolução Nº 0564/2017. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.

COFEN. Resolução Nº 0544/2017. Consulta de enfermagem.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. *Resolução COFEN Nº 293/2004*. Fixa e Estabelece Parâmetros para o Dimensionamento do Quadro de Profissionais de Enfermagem nas Unidades Assistenciais das Instituições de Saúde e Assemelhados. Brasília, DF: 2004.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS. *Legislação e Normas*, v. 13, n. 1. 2013.

KURCGANT, Paulina. *Administração em enfermagem*. São Paulo: EPU, 2003.

NASI, L. A. *Rotinas em pronto-socorro*. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Organização Mundial da Saúde – Representação Brasil. *Linhas de Cuidado: Hipertensão Arterial e Diabetes*. Brasília, 2010.

SANTANA, J.C.B. et al, Monitorização invasiva e não invasiva – fundamentação para o cuidado. São Paulo: Atheneu, 2013.

SANTANA, J.C.B. et al, Atendimento pré-hospitalar: procedimentos básicos e especializados 1ª ed. Curitiba: CRV, 2018



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



**TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – ENFERMEIRO DO TRABALHO**

**PROGRAMA**

Ética e Legislação do exercício profissional. Aspectos metodológicos da assistência de enfermagem: Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE). Conhecer e aplicar as Normas Regulamentadoras em especial NR 32. Avaliar os riscos presentes no ambiente de trabalho e propondo alternativas para garantir a preservação da sua saúde e minimizar impactos ao meio ambiente. Aplicar a legislação pertinente. Verificar o sistema de segurança do trabalho, investigando riscos e causas de acidentes, analisando política de prevenção de acidentes. Garantir o cumprimento da portaria que regula as ações para o controle das exposições médicas, das exposições ocupacionais e das exposições do público, decorrentes das práticas com raios-x diagnósticos. Conhecer conceitos e aplicar a ergonomia no ambiente de trabalho. Auxiliar nos exames ocupacionais correlacionando risco ocupacional com a atividade executada. Garantir o controle da imunização e realizar campanha de vacinação de acordo com o cronograma de vacinação do Ministério da Saúde. Legislação do exercício profissional conforme COREN-MG e COFEN. Conhecer o Plano de Gerenciamento Resíduo Sólido de Saúde. Conhecer as Legislações Previdenciárias. Acidente com material biológico de risco. Suporte Básico de Vida e Primeiros Socorros.

**REFERÊNCIAS**

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – NR 32 - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO EM SERVIÇOS DE SAÚDE. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – NR 7 - PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL.

AMERICAN HEARTH ASSOCIATION. Destaques das Diretrizes da American Heart Association 2015 para RCP e ACE. Guidelines, 2015.

ASPERHEIM, M.K. *Farmacologia para enfermagem*. 11ª ed. Elsevier, 2009.

BARROS, Alba L. B. *et al. Anamnese e exame físico – Avaliação Diagnóstica de Enfermagem no Adulto*. Artmed, 2010.

BRASIL - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 306, de 07 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviço de saúde. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, dez. 2004.

BRASIL. Conselho Federal de Enfermagem - COFEN. Resolução COFEN-0564/2017: Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.

BRASIL. Conselho Federal de Enfermagem - COFEN. Resolução COFEN-0554/2017: Estabelece os critérios norteadores das práticas de uso e de comportamento dos profissionais de enfermagem, em meio de comunicação de massa: na mídia impressa, em peças públicas, de mobiliário urbano e nas mídias sociais.



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



BRASIL. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução COFEN-358/2009. Dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador: Exposição a Materiais Biológicos. Saúde do Trabalhador Protocolos de Complexidade Diferenciada. Saúde do Trabalhador Protocolos de Complexidade Diferenciada 3. Brasília – D F 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Portaria 453/98 – Diretrizes de proteção radiológica em radiodiagnóstico médico e odontológico. Diário Oficial da União, Brasília, 2 jun. 1998.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria GM Nº 485, de 11 de novembro de 2005. Normas e Regulamentos. Dispõe sobre a Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde: NR 32. Publicação D.O.U.

Brunner e Suddarth. Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. Rio de Janeiro. Editora Guanabara Koogan, 2015. 13ª Ed. 2v.

Couto, H. A. Ergonomia Aplicada ao Trabalho em 18 Lições. Belo Horizonte: Ergo, 2002. Série Cadernos de Saúde do Trabalhador: riscos devidos a substâncias químicas; análise de riscos nos locais de trabalho; acidentes de trabalho com máquinas; lesões por esforços repetitivos; prevenção da LERDORT. Disponíveis para download gratuito em: <[www.instcut.org.br](http://www.instcut.org.br)>.

Programa Nacional de Imunização do Ministério da Saúde – 2019.

Segurança e Medicina do Trabalho. 80ª ed. São Paulo; Atlas, 2018.

NASI, L. A. *Rotinas em pronto-socorro*. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SANTANA, J.C.B. et al, Atendimento pré-hospitalar: procedimentos básicos e especializados 1ª ed. Curitiba: CRV, 2018

## **TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – MÉDICO AUDITOR**

### **PROGRAMA**

Resoluções do CFM que normatizam a prática da auditoria médica e a utilização de materiais para implante. Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS (SIGTAP). Normas para cobrança dos procedimentos realizados no âmbito do Sistema Único de Saúde, contidas no Manual do Sistema de Informações Hospitalares do SUS.



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. MANUAL TÉCNICO OPERACIONAL DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO HOSPITALAR. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. 103 p. Disponível em: <[datasus.gov.br/public/sistemas/dsweb/SIHD/Manuais/MANUAL\\_SIH\\_janeiro\\_2017.pdf](http://datasus.gov.br/public/sistemas/dsweb/SIHD/Manuais/MANUAL_SIH_janeiro_2017.pdf)>.

Acesso em: 04 de abril de 2020.

BRASIL. Portaria GM/MS Nº 321, de 08 de fevereiro de 2007. Inclui a tabela de procedimentos, medicamentos, órteses, próteses e materiais especiais - OPM – do Sistema Único de Saúde – SUS. Disponível em: [bvsms.saude.gov.br](http://bvsms.saude.gov.br). Acesso em 04 de abril de 2020.

BRASIL. Portaria GM/MS Nº 399, de 22 de fevereiro de 2006. Diretrizes Operacionais do Pacto pela Saúde em 2006. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0399\\_22\\_02\\_2006.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0399_22_02_2006.html)>. Acesso em: 04 de abril de 2020.

BRASIL. Portaria GMS/MS Nº 2848, de 06 de novembro de 2007. Publica a tabela de procedimentos, medicamentos, órteses, próteses e materiais especiais – OPM- do Sistema Único de Saúde – SUS. Disponível em: [bvsms.saude.gov.br](http://bvsms.saude.gov.br). Acesso em: 04 de abril de 2020.

CFM. Resolução Nº 1614, de 10 de abril de 2001. Disponível em: [portal.cfm.org.br](http://portal.cfm.org.br). Acesso em: 04 de abril de 2020.

CFM. Resolução Nº 1804, de 09 de novembro de 2006. Estabelece normas para utilização de materiais para implante. Disponível em: [portalcfm.org](http://portalcfm.org). Acesso em: 04 de abril de 2020.

CFM, Resolução Nº 1931, de 17 de setembro de 2009. Código de Ética Médica. Disponível em: [portalcfm.org.br](http://portalcfm.org.br). Acesso em: 04 de abril de 2020.

Tabela de procedimentos, medicamentos, órteses, próteses e materiais especiais – OPM- do Sistema Único de Saúde – SUS Atualizada 05/18. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index>. Acesso em: 04 de abril de 2020.

## **TÉCNICO EM EDUCAÇÃO I (SUPERVISOR / ORIENTAÇÃO ESCOLAR)**

### **PROGRAMA**

Estatuto da Criança e Adolescente. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Educação Especial na perspectiva inclusiva. Base Nacional Comum Curricular. Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica. Projeto político-pedagógico. Gestão democrática na escola. Ação integrada entre administração, supervisão e orientação educacional. Coordenação do trabalho pedagógico na escola. Planejamento do ensino. Aprendizagem ativa. Currículo e avaliação na perspectiva da inclusão, da diversidade e do direito à aprendizagem. Interação família e escola. Formação continuada de professores.

### **REFERÊNCIAS**

BRASIL. *Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e suas alterações*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ



BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e suas alterações*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução n. 4, de 13 de julho de 2010*. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6704-rceb004-10-1&category\\_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6704-rceb004-10-1&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192)>.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva*. Brasília, 2008. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192)>.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular: educação é a base*. Brasília, 2017. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)>.

BRASIL. *Decreto n. 9.432, de 29 de junho de 2018*. Regulamenta a Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/saeb/2018/legislacao/decreto\\_n\\_9432\\_29062018\\_regulamenta\\_politica\\_nacional\\_de\\_avaliacao\\_e\\_exames\\_da\\_educacao\\_basica.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2018/legislacao/decreto_n_9432_29062018_regulamenta_politica_nacional_de_avaliacao_e_exames_da_educacao_basica.pdf)>.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. *Currículo na perspectiva da inclusão e da diversidade*: as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e o ciclo de alfabetização. Brasília: MEC, 2015. Caderno 1. Disponível em: <<file:///C:/Users/WazPC/Downloads/01-caderno.pdf>>.

BUTT, Graham. *O planejamento de aulas bem-sucedidas*. 2. ed. São Paulo: SBS, 2009

CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza (Org.). *Interação escola família*: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO; MEC, 2010. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=4807-escola-familia-final&category\\_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4807-escola-familia-final&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192)>.

LÜCK, Heloisa. *Ação integrada*: administração, supervisão e orientação educacional. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

LÜCK, Heloisa. *Concepções e processos democráticos de gestão educacional*. 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

VASCONCELLOS, Celso dos S. *Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico*. 16. ed. São Paulo: Libertad, 2006.

VASCONCELLOS, Celso dos S. *Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula*. 12. ed. São Paulo: Libertad, 2009.

VICKERY, A. *et al. Aprendizagem ativa nos anos iniciais do ensino fundamental*. Porto Alegre: Penso, 2016.

ZABALA, A. ARNAU, Laia. *Como aprender e ensinar competências*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

## **PROCURADOR MUNICIPAL**

### **PROGRAMA**

#### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

Constitucionalismo: Conceito. Evolução histórica. O constitucionalismo no Brasil. As constituições brasileiras. Poder constituinte: conceito, natureza e titularidade. Poder constituinte material e formal. Poder constituinte originário e derivado. Limitações ao poder constituinte derivado. Poder constituinte decorrente: espécies, caracteres e limitações. Reforma e revisão constitucional. Mutação constitucional. Constituição: conceito. Classificação das Constituições. Estrutura e elementos das constituições. Funções das constituições. Normas constitucionais: classificações, aplicabilidade e eficácia. Hermenêutica constitucional: Métodos de interpretação da Constituição. Princípios e técnicas de interpretação constitucional. Princípios e regras. Ponderação de bens ou valores. Limites da interpretação constitucional. Princípios constitucionais e princípios fundamentais da Constituição de 1988. Controle de constitucionalidade: conceito. Pressupostos de constitucionalidade das espécies normativas. Espécies de controle de constitucionalidade. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação declaratória de constitucionalidade. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Alegação de descumprimento de preceito fundamental. Reclamação. Direitos e Garantias Fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos sociais. Nacionalidade. Direitos políticos. Partidos políticos. Ações constitucionais: mandado de segurança individual e coletivo, mandado de injunção, ação popular, habeas data. Organização do Estado: Espécies ou tipos de formas de Estado. Estado Federal: características. Organização político-administrativa do Estado Brasileiro. União, Estados Federados, Municípios, Distrito Federal e Territórios. Repartição de competências. Intervenção. Administração Pública. Organização dos Poderes: Poder Legislativo: organização e atribuições; Congresso Nacional; Câmara dos Deputados; Senado Federal;



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



processo legislativo; fiscalização contábil, financeira e orçamentária; Tribunais de Contas. Poder Executivo: organização e atribuições; responsabilidade do Presidente da República; Ministros de Estado; Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional. Poder Judiciário: organização e atribuições. Funções essenciais à Justiça. Município: Autonomia político-administrativa; lei orgânica; competências. Poder Legislativo: organização, atribuições e responsabilidades. Poder Executivo: organização, atribuições e responsabilidades. Fiscalização: controles interno e externo. Defesa do Estado e das instituições democráticas: Estado de Defesa e Estado de Sítio; Forças Armadas. Segurança Pública. Tributação e Orçamento: Sistema tributário nacional. Finanças públicas. Ordem econômica e financeira: Princípios gerais da atividade econômica. Política urbana. Política agrícola e fundiária. Sistema financeiro nacional. Ordem Social: Seguridade Social: saúde, previdência social, assistência social. Educação. Cultura e Desporto. Ciência, tecnologia e inovação. Comunicação social. Meio ambiente. Família, criança, adolescente, jovem e idoso. Índios. Disposições constitucionais gerais e transitórias. Súmulas, enunciados e informativos jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

#### **REFERÊNCIAS**

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 42ª ed. São Paulo: Malheiros, 2019.

#### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

Administração Pública. Conceito, natureza e fins. Estrutura Administrativa. Atividade Administrativa. Administração Pública e Governo. A Administração Pública e os regimes jurídicos público e privado. Poderes da Administração. Evolução da Administração Pública. Reformas administrativas no Brasil. Direito Administrativo. Conceito. Fontes. Evolução histórica. Direito Administrativo no Brasil. Regime Jurídico-Administrativo. Relação Jurídico-Administrativa. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. Organização Administrativa: Desconcentração de competências. Descentralização política e administrativa. Administração Direta e Indireta. Autarquias, empresas estatais e fundações: conceito, natureza e regime jurídico, características, controle. Agências reguladoras e executivas. Evolução e tendências da organização administrativa. Entidades Paraestatais e Terceiro Setor. Conceitos. Serviços sociais autônomos. Entidades de apoio. Organizações Sociais. Organizações da sociedade civil de interesse público. Contratos de gestão. Parceria público privada. Consórcios públicos. Canais de participação. Administração pública participativa. Governança social. Ato Administrativo. Conceito, requisitos, elementos, atributos, classificações. Perfeição, validade e eficácia. Extinção. Vinculação e discricionariedade. Procedimento Administrativo. Conceito, requisitos, importância, objetivos, fases, espécies, fundamentos constitucionais. Contrato Administrativo. Conceito, características, modalidades. Execução, direitos e obrigações. Extinção. Licitação. Conceito e finalidades. Princípios. Modalidades. Procedimento licitatório. Anulação e revogação



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



da licitação. Recursos Administrativos. Serviço Público. Conceito. Serviço público e outras atividades da Administração: distinção. Imposições e limites constitucionais para sua caracterização. Direito dos usuários. Concessão e permissões de serviço público e seus regimes jurídicos. Poderes, deveres e direitos do delegante, do delegatário e dos usuários. Política tarifária. Extinção da concessão e da permissão. Agentes Públicos. Espécies. Organização do serviço público. Cargo, emprego e função. Regime constitucional dos servidores. Direitos e deveres dos servidores. Responsabilidade do agente público. Domínio Público. Bens públicos: regimes jurídicos, aquisição e alienação. Uso de bem público por particular. Intervenção do Estado na Propriedade Privada. Função social da propriedade. Ocupação temporária. Requisição. Limitação administrativa. Servidão administrativa. Tombamento. Desapropriação. Terras devolutas. Atuação do Estado no domínio econômico. Monopólio. Repressão ao abuso do poder econômico. Criação de empresas estatais. Direitos Subjetivos Públicos e Obrigações Públicas. Conceito. Fontes. Lesão do direito do administrado por procedimentos ativo ou omissivo da Administração. Situações contenciosas nascidas de violação dos direitos públicos subjetivos do administrado. Iniciativa de promover a apreciação judicial. Execução voluntária das obrigações públicas. Execução coativa: meios diretos e indiretos de coerção em via administrativa. Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado. Fundamentos e características. Evolução da responsabilidade do Estado por atos administrativos. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade. Reparação do dano. Ação regressiva. Responsabilidade por atos legislativos e jurisdicionais. Excludentes da responsabilidade do Estado. Controle da Administração Pública. Conceito, abrangência, Controle interno e externo. Controle administrativo, legislativo e jurisdicional. Controle exercido pelo Tribunal de Contas. Discricionariedade administrativa e controle judicial. A evolução do controle da Administração Pública no Brasil. Proteção aos direitos individuais, coletivos e difusos. Controle de gestão. Lei de Responsabilidade Fiscal. Crimes Contra a Administração Pública. Improbidade Administrativa. Estatuto das Cidades. Súmulas, enunciados e informativos jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

#### **REFERÊNCIAS**

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 34ª ed. São Paulo: Malheiros, 2019.  
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 33ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.  
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 32ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

#### **DIREITO TRIBUTÁRIO**

O sistema tributário na Constituição Federal de 1988. Código Tributário Nacional. Limitações ao poder de tributar: competência tributária, imunidades e princípios. Lei complementar em matéria tributária. Repartição de receitas tributárias. Conceito de tributo. Espécies tributárias. Espécies não tributárias. Impostos municipais: ISSQn. IPTU e ITBI. Fontes de direito tributário. Interpretação e integração das leis tributárias. Fato gerador. Obrigação tributária. Sujeitos ativo



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



e passivo. Responsabilidade tributária. Substituição tributária. Capacidade tributária. Crédito tributário. Constituição. Lançamento. Modalidades. Efeitos. Hipóteses de suspensão da exigibilidade, extinção e exclusão do crédito tributário. Prescrição e decadência. Garantias e privilégios de crédito tributário. Administração tributária. Simples Nacional. Execução Fiscal. Protesto de Certidão de Dívida Ativa. Súmulas, enunciados e informativos jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

### **REFERÊNCIAS**

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 23ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.  
CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. 30ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

### **DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL**

Código Civil. Fontes do direito. Norma jurídica: características, elementos e classificação. Vigência, validade, eficácia, aplicação, hierarquia e revogação. Interpretação das leis. Conflito intertemporal e interespacial das leis. Lei de Introdução às Normas do Direito brasileiro. Pessoa natural: começo, fim, personalidade, capacidade, emancipação, registro civil e nome. Domicílio. Ausência, morte natural e presumida. Pessoa jurídica: conceito e classificação. Associações. Fundações. Desconsideração da personalidade jurídica. Direitos da personalidade. Direito à vida. Direito à integridade física. Direito à privacidade. Direito à honra. Direito à imagem. Direito ao nome e direito à identidade pessoal. Bens. Classificação e regime jurídico. Bem de família. Fatos jurídicos. Conceito e classificação. Ato jurídico e negócio jurídico. Conceito e distinção. Existência, validade e eficácia. Defeitos do negócio jurídico. Condição, termo e encargo. Interpretação do negócio jurídico. Princípio da boa-fé objetiva. Princípio da conservação dos negócios jurídicos. Conversão, concentração e convalidação dos negócios. Influência do tempo nas relações jurídicas. Prescrição. Decadência. Obrigações. Conceito, fontes, elementos e caracteres da obrigação. Complexidade obrigacional e obrigação como processo. Modalidades das obrigações. Transmissão das obrigações. Adimplemento e extinção das obrigações. Adimplemento substancial. Inadimplemento e mora. Juros. Perdas e danos. Cláusula penal. Arras. Enriquecimento sem causa. Pagamento indevido. Contratos. Noções gerais, conceito e classificação. Princípios de direito contratual. Responsabilidade pré-contratual. Formação dos contratos. Contrato Preliminar. Estipulação em favor de terceiro. Promessa de fato de terceiro. Contrato com pessoa a declarar. Vícios redibitórios. Evicção. Extinção dos contratos. Resolução e rescisão. Exceção de contrato não cumprido. Resolução por onerosidade excessiva. Revisão do contrato: teoria da Imprevisão e teoria da base do negócio jurídico. Contratos em espécie. Compra e venda, permuta, doação, locação de coisas, mútuo, comodato, prestação de serviços, depósito, mandato, transporte, seguro, fiança, alienação fiduciária. Locação de imóveis urbanos. Lei n. 8.245/1991: disposições gerais, locação em geral, sublocações, aluguel, deveres do locador e do locatário, direito de preferência, benfeitorias, garantias locatícias, penalidades civis, nulidades, locação residencial, locação para temporada, locação não residencial. Direitos reais: conceito, características e natureza jurídica. Posse. Propriedade. Superfície. Servidões. Usufruto. Uso. Habitação. Direito do promitente comprador. Direitos reais de garantia. Penhor, hipoteca



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



e anticrese. Ato ilícito e Responsabilidade civil. Caracterização do ato ilícito. Abuso de direito. Responsabilidade civil: conceito, fundamentos e pressupostos. Responsabilidade objetiva e responsabilidade subjetiva. Culpa. Nexos de causalidade. Excludentes de responsabilidade. Responsabilidade civil dos incapazes. Responsabilidade por fatos de terceiros. Responsabilidade por fatos das coisas. Perda de uma chance. Dano e indenização. Dano patrimonial, dano moral, dano existencial. Dano coletivo. Dano social. Da obrigação de indenizar. Da indenização. Teoria da empresa. Fundamentos do direito de empresa. Empresário: conceito, inscrição, capacidade, empresário individual, pequeno empresário. Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI). Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Nome empresarial. Estabelecimento. Registro da empresa. Direito societário. Sociedades personificadas e não personificadas. Sociedades simples e sociedades empresariais. Classificação das sociedades empresárias. Sociedades anônimas. Lei n. 6.404/1976. Sociedades limitadas. Fundo de comércio. Ações e debêntures. Subscrição de capital. Regime jurídico dos sócios. Responsabilidade dos administradores de sociedades. Cooperativas. Transformação, incorporação, fusão e cisão. Relações entre sociedades: coligações de sociedades, grupos societários, consórcios, sociedade subsidiária integral, sociedade de propósito específico. Dissolução, liquidação e extinção das sociedades. Títulos de crédito: conceito, características e princípios. Classificação dos títulos de crédito. Cheque, letra de câmbio, nota promissória e duplicata. Aval e endosso. Protesto de títulos. Contratos empresariais: características. Interpretação do contrato empresarial. Compra e venda mercantil. Comissão. Agência e distribuição. Corretagem. Franquia (franchising). Arrendamento mercantil (leasing). Faturização (factoring). Joint venture. Know how. Contrato de Engineering. Contratos bancários. Súmulas, enunciados e informativos jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

## **REFERÊNCIAS**

FIUZA, César. Direito Civil: curso completo. 19ª ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019.  
TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil – volume único. 9ª ed. São Paulo: Método, 2019.  
COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial: Direito de empresa. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 1 (23ª ed., 2019), v. 2 (22ª ed., 2019) e v. 3 (18ª ed., 2018).

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

Constituição Federal de 1988 e Código de Processo Civil. Processo e Constituição. A Constitucionalização do processo civil. Princípios constitucionais do processo civil. Inafastabilidade do controle jurisdicional. Direitos fundamentais e processo. A conexão entre os princípios do contraditório e da fundamentação das decisões jurisdicionais. Normas de Direito Processual Civil. Natureza jurídica, fontes, princípios e garantias processuais civis, interpretação e direito processual intertemporal. Jurisdição: conceito, características, escopo, elementos, princípios e espécies. Jurisdição voluntária. Equivalentes jurisdicionais: autotutela, autocomposição, mediação (Lei Federal nº 13.140/15), arbitragem. Aplicação no Âmbito da Fazenda Pública. Ação: teorias, classificação, elementos, condições e cumulação. Perspectiva constitucional do direito de ação. Direito subjetivo, pretensão, ação de direito material e ação



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



de direito processual: distinções. Competência: em razão do valor e da matéria. Competência funcional e territorial. Modificações de competência e declaração de incompetência. Sujeitos do processo. Partes e procuradores. Do Juiz. Advocacia Pública. Defensoria Pública. Ministério Público. Litisconsórcio. Assistência. Intervenção de terceiros. Processo: teorias, pressupostos processuais, atos processuais, lugar, tempo e forma dos atos processuais, prazos, comunicação dos atos processuais, distribuição e registro, valor da causa. Formação, suspensão e extinção do processo. Nulidades no processo civil. Processo de conhecimento. A atividade cognitiva do juiz e as técnicas de sumarização da cognição e dos procedimentos. Procedimento comum ordinário: petição inicial, resposta do réu, revelia, providências preliminares, julgamento conforme o estado do processo, provas, indícios e presunções, audiência. Instrução Probatória. Conceito e Objeto da Prova. Ônus da Prova. Carga Dinâmica do Ônus da Prova. O Procedimento Probatório. Antecipação da Prova e Prova Emprestada. A posição do Juiz na apreciação da Prova. Sentença e coisa julgada: conceito, requisitos, vícios, efeitos e modalidades da sentença. Legitimidade das decisões judiciais. Classificações da sentença e as espécies de tutelas. Sentenças não satisfativas. Tutelas específicas: tutela inibitória mandamental, tutela inibitória executiva, tutela reintegratória ou de remoção do ilícito, tutela do adimplemento da obrigação contratual na forma específica, tutela ressarcitória na forma específica, tutela ressarcitória pelo equivalente monetário. Coisa julgada: conceito, requisitos, vícios, efeitos, modalidades e classificações. Os limites subjetivos, objetivos e temporais da coisa julgada. Eficácia preclusiva. A relativização da coisa julgada. Processo nos Tribunais: uniformização de jurisprudência, declaração de inconstitucionalidade e ordem do processo nos tribunais. Liquidação e cumprimento de sentença. Meios de impugnação das decisões judiciais. Recursos: conceito, princípios, requisitos de admissibilidade e efeitos. Recursos em espécie. Reexame necessário. Ação rescisória. Repercussão geral. Súmula. Súmula Vinculante. Reclamação. Processo de execução: da execução em geral. As diversas espécies de execução. Defesas do devedor e de terceiros na execução. Remissão, suspensão e extinção do processo de execução. Tutela de urgência. Tutela antecipada e tutela cautelar. Tutela antecipada genérica e específica. Ações cautelares nominadas e inominadas. Suspensão de eficácia de decisões contrárias ao Poder Público. Suspensão de Segurança. Suspensão de Cautelar. Suspensão de Tutela Antecipada. A Fazenda Pública como parte no processo: polos ativo e passivo. Prerrogativas. Tutela antecipada, tutela específica. Ação de conhecimento e execução. A Fazenda nos procedimentos especiais. Lei de Execução Fiscal (Lei Federal nº 6.830/80). Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa previstos no Código de Processo Civil e na legislação extravagante. Ação Civil Pública e as ações coletivas. O microsistema processual coletivo. Processo coletivo passivo. Mandado de Segurança individual e coletivo. Mandado de Injunção individual e coletivo. Habeas Data. Ação Popular. Improbidade administrativa. Ação de desapropriação. Processo eletrônico. Súmulas, enunciados e informativos jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

#### **REFERÊNCIAS**

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. 60ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. v. 1.



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. 53ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. v. 2.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. 52ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. v. 3.

**DIREITO DE TRABALHO E DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

Direito do trabalho. Princípios. Fontes. Direitos constitucionais dos trabalhadores (Art. 7º da Constituição Federal de 1988). Interpretação e aplicação. Renúncia e transação. Direito do trabalho na Administração Pública. Relação de trabalho e relação de emprego. Empregador e empregado. Regime celetista na Administração Pública. Regimes jurídicos funcionais. Regime estatutário. Regime trabalhista. Contrato temporário. Contrato de trabalho. Noção. Caracterização. Modalidades. Efeitos. Poderes. Elementos essenciais e acidentais. Nulidades. Formação, alteração, suspensão e interrupção do contrato de trabalho. Contratos com o Estado. Responsabilidade. Sujeitos do contrato de trabalho: empregado e empregador. Conceito e caracterização. Poderes do empregador no contrato de trabalho. Grupo econômico. Sucessão de empregadores. Responsabilidade do sócio retirante. Salário e remuneração. Proteção. Equiparação. Desvio de função. Extinção do contrato de trabalho. Causas. Modalidades. Efeitos. Justa causa. Estabilidade. Garantia do emprego. FGTS. Aviso prévio. Multas.

8. Estabilidade e proteção contra a despedida arbitrária ou sem justa causa. FGTS. Garantias provisórias de emprego. Terceirização. Responsabilidade da Administração Pública na terceirização. Duração do trabalho. Horário. Jornada. Horas extras. Jornadas especiais. Intervalos. Regime de compensação. Repouso remunerados em geral. Férias.

12. Segurança e medicina do trabalho. Trabalho insalubre e perigoso. Ergonomia e meio ambiente de trabalho. Normas gerais e especiais de tutela do trabalho. Proteção do trabalho da mulher. Proteção à maternidade. Proteção do trabalho do menor. Responsabilidade civil-trabalhista. Acidente de trabalho. Assédio. Indenização por dano material, moral e estético. Dano coletivo. Prescrição e decadência. Direito coletivo do trabalho. Conflitos coletivos. Acordos e convenções coletivas. Arbitragem e mediação.

16. Organização sindical. Princípios. Unicidade sindical. Receitas sindicais. Sindicalização dos servidores públicos. Direito de greve. Greve do servidor público. Direito processual do trabalho. Princípios. Fontes. Interpretação e aplicação. Princípios constitucionais aplicáveis ao Direito processual do trabalho. Organização da justiça do trabalho. Composição e funcionamento. Comissões de conciliação prévia. Competência da Justiça do Trabalho. Competência material. Competência territorial. Ações acidentárias e servidores públicos. Dissídio coletivo. Processo e procedimento. Competência. Limites do poder normativo. Efeitos da sentença normativa. Atos processuais e ritos procedimentais. Reclamação. *Jus postulandi*. Revelia. Exceções. Contestação. Reconvenção. Partes e procuradores. Audiência. Conciliação. Instrução e julgamento. Despesas processuais. Honorários advocatícios. Provas. Teoria geral e ônus probatório. Provas em espécie. Invalidades processuais. Tutelas diferenciadas. Antecipação. Cautelares. Liquidação de sentença. Execução. Espécies e procedimentos. Execução contra a Fazenda Pública. Recursos.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ



Aspectos gerais e admissibilidade. Espécies. Ação Rescisória. Mandado de segurança. Ação civil pública. Ações coletivas. *Habeas Corpus*. Ente estatal perante a Justiça do Trabalho. Responsabilidade solidária e subsidiária. Prerrogativas da Fazenda Pública no Processo do Trabalho. Ministério Público do Trabalho. Súmulas, enunciados e orientações jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior do Trabalho.

#### REFERÊNCIAS

DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de direito do trabalho*. 17ª ed. São Paulo: LTr Editora, 2018. v. 1.

DELGADO, Maurício Godinho. *Princípios constitucionais do trabalho e princípios de direito individual e coletivo do trabalho*. 5ª ed. São Paulo: LTr Editora, 2017. v. 1.

MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito do trabalho*. 35ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito processual do trabalho*. 41ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

#### TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I - ENGENHEIRO AGRÔNOMO

##### PROGRAMA

**Solos e Hidrologia:** Sistema Brasileiro de Classificação do Solo. Morfologia e classificação dos solos. Manejo e Conservação dos solos e controle da erosão: práticas de manejo de caráter conservacionistas. Classes e capacidade de uso e aptidão das terras agrícolas. Instrumentos de controle do uso e ocupação do solo. Uso da água. Sistema brasileiro de gestão de recursos hídricos. Hidrologia e hidráulica aplicada à agricultura. Irrigação e drenagem. Manejo e gestão de bacias hidrográficas.

**Fitossanidade:** Princípios e aplicações da Entomologia e Fitopatologia. Manejo de Pragas e doenças. Controle Biológico. Uso correto e seguro de agrotóxicos e afins. Tecnologia de aplicação de produtos fitossanitários.

**Legislação:** Leis ambientais. Legislação Estadual. Regularização fundiária. Lei nº 4.504 - Estatuto da Terra (e alterações). Lei nº 8.629/93 (e alterações). Lei Complementar nº 76/93 (e alterações). Noções gerais sobre Reforma Agrária. Lei nº 10.257 - Estatuto das Cidades. Planos diretores de ordenamento do território.

**Defesa civil:** Sistema Nacional de Defesa Civil. Gerenciamento de desastres, ameaças e riscos.

**Topografia e Geoprocessamento:** Fundamentos de topografia, conceitos e aplicações. Levantamento topográfico: altimetria e planimetria. Representação do relevo, Métodos Para a Interpolação e Traçado das Curvas de Nível. Noções de cartografia: conceitos gerais; transformação de coordenadas plano-retangulares. Representação Cartográfica. Geoprocessamento e sensoriamento remoto. Conceitos básicos de Sistemas de Informação



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ



Geográfica (SIG). Sistemas de coordenadas e georreferenciamento. Aplicações das geotecnologias.

**Meio ambiente e desenvolvimento sustentável:** Desenvolvimento Sustentável. Estudo de Impacto Ambiental. Monitoramento ambiental. Qualidade do meio físico, químico e biológico. Diagnostico ambiental. Qualidade das águas. Relatório de Impactos Ambientais. Resíduos sólidos urbanos. Legislação: A educação ambiental e sua exigência Legal; Fundamentos sobre Legislação Ambiental no Brasil: normas do CONAMA, impacto ambiental (EIA/RIMA), licenciamento ambiental, licenças ambientais (LP, LI, LO), auditorias ambientais, lei de crimes ambientais. Legislação. Política Nacional do Meio Ambiente. Novo Código Florestal. Sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais no Estado de Minas Gerais. Laudos técnicos. Recuperação de áreas degradadas. Climatologia e meteorologia.

**Noções de Fiscalização:** Fiscalização de obras e serviços; ensaios de recebimento da obra; acompanhamento da aplicação de recursos (medições, cálculos de reajustamento, mudança de data base, emissão de fatura); documentação da obra: diários, documentos de legalização, ARTs; recebimento (provisório e definitivo). Noções de avaliação de custos; levantamento dos serviços e seus quantitativos; orçamento analítico e sintético; composição analítica de serviços; cronograma físico-financeiro; cálculo do benefício e despesas indiretas (BDI); cálculo dos encargos sociais.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, L.; REZENDE, J. A. M.; BERGAMIN FILHO, A. *Manual de Fitopatologia Vol. 1: Princípios e Conceitos*, 4ª ed. São Paulo. Agronômica Ceres, 2011. 704 p.

ANDEF - Associação Nacional de Defesa Vegetal. Manual de tecnologia de aplicação. Campinas. São Paulo: Linea Creativa, 2004. Disponível em: <http://www.lpv.esalq.usp.br/sites/default/files/Leitura%20-%20Manual%20Tecnologia%20de%20Aplicacao.pdf>. Acesso em: 20 de dezembro de 2017

ARAUJO, G. H. de S.; ALMEIDA, J. R. de; GUERRA, A. J. T. *Gestão ambiental de áreas degradadas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 320 p.

ARAÚJO, M. H. S. **Fundamentos de geoprocessamento aplicados à mineração**. Cruz das Almas, BA: UFRB, 2017. 58p.; il. Disponível em: [https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/175224/1/fund\\_geo.pdf](https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/175224/1/fund_geo.pdf)

BONELLI, V. V.; ROBLES JR., A. *Gestão da Qualidade e do Meio Ambiente - Enfoque Econômico, Financeiro e Patrimonial*. São Paulo: Atlas, 2008. 112 p.

BRASIL. Decreto no 6.514 de 22 de julho de 2008. *Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências*. Brasília, DF. Jul 2008.



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



BRASIL. Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972. Dispõe sobre o processo administrativo fiscal, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF. Ago 1981.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997. *Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.* Brasília, DF. Jan 1997.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. *Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.* Brasília, DF. Fev 1998.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. *Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.* Brasília, DF. Jul 2000.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. *Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis no 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis no 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.* Brasília, DF. Mai 2012.

BRASIL. Lei nº 12608 de 10 de Abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm)>.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 01, de 23 de janeiro de 1986 e alterações. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Revisa procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental, de forma a incorporar ao sistema de licenciamento os instrumentos de gestão ambiental e a integrar a atuação dos órgãos do SISNAMA na execução da Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Obras públicas: recomendações básicas para a contratação e fiscalização de obras públicas – 3 ed. Brasília, 2013.



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM. Deliberação Normativa nº 213, de 22 de fevereiro de 2017. Regulamenta o disposto no art. 9º, inciso XIV, alínea “a” e no art. 18, § 2º da Lei Complementar Federal nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para estabelecer as tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será atribuição dos Municípios.

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM. Deliberação Normativa nº 217, de 06 de dezembro de 2017. Estabelece critérios para classificação, segundo o porte e potencial poluidor, bem como os critérios locais a serem utilizados para definição das modalidades de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais no Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM. Deliberação Normativa nº 219, de 02 de fevereiro de 2018. Altera a Deliberação Normativa COPAM nº 213, de 22 de fevereiro de 2017, que regulamenta o disposto no art. 9º, inciso XIV, alínea “a” e no art. 18, § 2º da Lei Complementar Federal nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para estabelecer as tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será atribuição dos Municípios.

CREA-MG. BDI - Bonificação ou Benefício e Despesas Indiretas / Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais. - Belo Horizonte : Crea-MG, 2007. 40 p., il. Disponível em: <http://www.crea-mg.org.br/images/cartilhas/Cartilha-sobre-BDI.pdf>.

GALLO, D., O. NAKANO, S. S. NETO, R. P. L. CARVALHO, G. C. BATISTA, E. B. FILHO, J. R. P. PARRA, R. A. ZUCCHI, S. B. ALVES, J. D. VENDRAMIM, L. C. MARCHINI, J. R. S. LOPES & C. OMOTO. *Entomologia agrícola*. Piracicaba, FEALQ, 2002. 920p.

HAMADA, E.; GONÇALVES, R. R. do V. *Introdução ao Geoprocessamento: princípios básicos e aplicação*. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2007. 52 p. : il. — (Embrapa Meio Ambiente. Documentos 67). Disponível em: <  
[https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CNPMA/7489/1/documentos\\_67.pdf](https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CNPMA/7489/1/documentos_67.pdf)>

KIMATI, H.; AMORIM, L.; REZENDE, J. A. M.; BERGAMIN FILHO, A.; CAMARGO, L. E. A. *Manual de Fitopatologia Vol. 2: Doenças das plantas cultivadas 5ª ed.* São Paulo. Agronômica Ceres, 2016. 769 p.

MELLO, C. R. DE; SILVA, A. M. DA. *Hidrologia Princípios e Aplicações em Sistemas Agrícolas*. 1ª ed, Lavras/MG: UFLA, 2013. 455 p.

MELO E ABREU, J. P. de. *Agrometeorologia: aplicação da meteorologia para maximizar a produção agrícola*. Ribeirão Preto/SP: Agrobook, 2018. 360 p.

MINAS GERAIS. Decreto n. 39.504, de 11 de novembro de 2019. Dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental e sobre a produção florestal no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Minas Gerais, Belo Horizonte, 11 nov. 2019.

PARRA, J.R.P.; BOTELHO, P.S.M; CORRÊA-FERREIRA, B.S.; BENTO, J.M.S.. *Controle biológico no Brasil: Parasitóides e Predadores*. São Paulo: Manole. 1a ed.. 2002. 609p.



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



PEREIRA, L.C.; LOMBARDI NETO, F. Avaliação da aptidão agrícola das terras: proposta metodológica. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2004. 36 p. (Documentos, 43).

RAMALHO FILHO, A.; BEEK, K. J. Sistema de avaliação da aptidão agrícola das terras. 3 ed. Brasília: SUPLAN; Rio de Janeiro: EMBRAPA-SNLCS, 1995. 65 p.

SANTOS, H. G. dos et al. editores técnicos. *Sistema Brasileiro de Classificação de Solos 5ª edição*. Revista e Ampliada. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2018. E-book. 586 p.

VEIGA, L.A.K.; ZANETTI, M.A.Z.; FAGGION, P.L. Fundamentos de Topografia. 2007. 205p.; il. Disponível em: <http://www.gpeas.ufc.br/disc/topo/apost04.pdf>

### **TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – DENTISTA**

#### **PROGRAMA**

Promoção e prevenção em saúde bucal. Levantamentos epidemiológicos em odontologia. Epidemiologia e saúde bucal. Fluorose dentária: aspectos clínicos e epidemiológicos. Planejamento em saúde bucal e perfil de saúde bucal da população adstrita. Programa (estratégia) saúde da família no Brasil. O controle social no Sistema Único de Saúde (SUS). Vigilância em saúde. Prevenção em odontopediatria. Cariologia. Terapia pulpar em dentes decíduos. Cirurgia odontopediátrica. Lesões traumáticas na dentição decídua. Técnicas de anestesia aplicadas à Odontologia. Complicações anestésicas locais e sistêmicas. Diagnóstico em endodontia. Emergências e urgências em endodontia. Traumatismo dentário. Princípios gerais dos preparos cavitários. Amálgama odontológico. Cimentos odontológicos. Compósitos resinosos. Adesão e sistemas adesivos. Coroas e restaurações provisórias. Radiologia aplicada à Odontologia. Periodontia clínica. Patologia da cavidade oral.

#### **REFERÊNCIAS**

ANTUNES, J.L.F; PERES, M.A Fundamentos de Odontologia – Epidemiologia da Saúde Bucal. 2. ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2013, 738 p.

ANUSAVICE, K.J. Phillips Materiais Dentários. 12. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 592p.

BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa e da outras providências.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Conselho Federal de Odontologia – Código de Ética Odontológico – Rio de Janeiro, CFO 2012.



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



GUEDES-PINTO A.C.; BONECKER M. RODRIGUES C.R.M.D. Odontopediatria - Fundamentos em Odontologia. São Paulo: Santos; 2009. 446p.

LOPES, H.P., SIQUEIRA JR, J. F. Endodontia: Biologia e Técnica. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2015. 817p.

MALAMED S.F. Manual de Anestesia Local. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier; 2013. 428p.

MONDELLI, J. et al. Fundamentos de Dentística Operatória. 1. ed. São Paulo: Santos, 2006. 342p.

NEWMAN, M.G. et al. Carranza Periodontia Clínica. 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 1328p.

PEGORARO L.F. et al. Prótese Fixa. Bases Para o Planejamento em Reabilitação Oral. 2. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2013. 487p.

PEREIRA, A.C. et al. Tratado de Saúde Coletiva em Odontologia. 1. ed. São Paulo: Napoleão, 2009. 704 p.

REGEZI, J.A.; SCIUBBA, J.J.; JORDAN, R.C.K. Patologia Oral: correlações clinicopatológicas. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 417p.

WHITE S.C.; PHAROAH M.J. Radiologia Oral: Princípios e Interpretação. 7 ed. Rio de Janeiro: Elsevier; 2015. 696p.

#### **TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – FARMACÊUTICO PROGRAMA**

Política nacional da Assistência Farmacêutica;

Política nacional de medicamentos;

Evolução da vigilância sanitária no Brasil;

Vigilância Sanitária (VISA) - Conceitos básicos, áreas de abrangência, funções, organização da VISA nas esferas de governo, organização do sistema nacional de VISA;

Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos;

Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde;

Medicamentos sujeitos a controle especial;

Financiamento e gestão da assistência farmacêutica;

Ciclo da assistência farmacêutica;

Gestão Técnica e Clínica do Medicamento;

Farmacocinética;

Fisiopatologia, farmacologia e farmacoterapia: da dor e inflamação; da hipertensão; da dislipidemia e prevenção cardiovascular; da insuficiência cardíaca; da doença arterial coronariana; do diabetes; do hipotireoidismo e hipertireoidismo; da asma; dos distúrbios de humor, ansiedade e do sono; da tuberculose; das doenças infecciosas agudas em atenção primária;

Interações medicamentosas;

Princípios da farmacoterapia em idosos;

Princípios da farmacoterapia em pediatria;

Princípios da farmacoterapia durante a gestação e lactação;

Cuidado farmacêutico e Farmácia clínica;



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



Serviços farmacêuticos na atenção primária à saúde;  
Farmacovigilância;  
Segurança do paciente e segurança no uso de medicamentos;  
Uso racional de medicamentos;  
Princípios de Farmacoepidemiologia;  
Condutas Baseadas em Evidências na Utilização de Medicamentos.

**REFERÊNCIAS**

ACURCIO, Francisco de Assis. Medicamentos: Política, assistência farmacêutica, farmacoeconomia e farmacoeconomia. Belo Horizonte, Minas Gerais. Coopmed.2013

BRASIL. Resolução nº 338/2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2004/res0338\\_06\\_05\\_2004.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2004/res0338_06_05_2004.html). Acesso em: 09 de agosto de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Medicamentos. 2001. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_medicamentos.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_medicamentos.pdf). Acesso em 09 de agosto de 2021.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Plano diretor de Vigilância Sanitária. 1. Ed. – Brasília: Anvisa, 2007. Disponível em: <[https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/educacao-e-pesquisa/publicacoes-sobre-educacao-e-pesquisa/plano-diretor-de-vigilancia-sanitaria-pdvisa-arquivo-completo.pdf/@@download/file/Plano%20Diretor%20de%20Vigil%C3%A2ncia%20Sanit%C3%A1ria%20-%20PDVISA%20\(arquivo%20completo\).pdf](https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/educacao-e-pesquisa/publicacoes-sobre-educacao-e-pesquisa/plano-diretor-de-vigilancia-sanitaria-pdvisa-arquivo-completo.pdf/@@download/file/Plano%20Diretor%20de%20Vigil%C3%A2ncia%20Sanit%C3%A1ria%20-%20PDVISA%20(arquivo%20completo).pdf)>. Acesso em 09 de agosto de 2021.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC/ANVISA nº 207/2018: Dispõe sobre organização da vigilância sanitária nas três esferas de governo. Disponível em: <[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2018/rdc0207\\_03\\_01\\_2018.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2018/rdc0207_03_01_2018.pdf)>. Acesso em 09 de agosto de 2021.

BRASIL. Lei nº 9.782/1999 e suas alterações – Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9782.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9782.htm)>. Acesso em 09 de agosto de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria 344/1998. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Disponível em [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344\\_12\\_05\\_1998\\_rep.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_rep.html). Acesso em: 09 de agosto de 2021.

BRASIL. Lei 5.991/1973 e suas alterações. Dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5991.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5991.htm)>. Acesso em: 09 de agosto de 2021.



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC/ANVISA nº 63/2011. Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde. Disponível em <[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2011/rdc0063\\_25\\_11\\_2011.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2011/rdc0063_25_11_2011.html)>. Acesso em: 09 de agosto de 2021.

BRASIL. Lei 9.787/1999. Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9787.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9787.htm)>. Acesso em: 09 de agosto de 2021.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC/ANVISA nº 44/2009: Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências. Disponível em: <[http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC\\_44\\_2009\\_COMP2.pdf/51e7ed13-3998-4082-9b8b-9e1878964761](http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC_44_2009_COMP2.pdf/51e7ed13-3998-4082-9b8b-9e1878964761)>. Acesso em: 09 de agosto de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 529/2013. Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP). Disponível em: <[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529\\_01\\_04\\_2013.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html)>. Acesso em: 09 de agosto de 2021.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 36/2013. Institui ações para a Segurança do Paciente em serviços de saúde e dá outras providências. Disponível em: <[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036\\_25\\_07\\_2013.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.html)>. Acesso em: 09 de agosto de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Relação Nacional de Medicamentos Essenciais 2020. Brasília: Ministérios da Saúde, 2020. Disponível em: <<http://conitec.gov.br/images/Rename-2020-final.pdf>>. Acesso em: 09 de agosto de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.095/2013. ANEXO 03: protocolo de segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos. Disponível em: <<http://proqualis.net/sites/proqualis.net/files/000002490IQmwD8.pdf>>. Acesso em: 09 de agosto de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente / Ministério da Saúde; Fundação Oswaldo Cruz; Agência Nacional de Vigilância Sanitária. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento\\_referencia\\_programa\\_nacional\\_seguranca.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento_referencia_programa_nacional_seguranca.pdf)>. Acesso em: 09 de agosto de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de Recomendações para o Controle da Tuberculose no Brasil. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2019/manual-de-recomendacoes-para-o-controle-da-tuberculose-no-brasil>>. Acesso em: 09 de agosto de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica – Acolhimento a demanda espontânea: Queixas mais comuns na



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



atenção básica. 2013. v. II. Disponível em:  
<[http://www.saude.sp.gov.br/resources/humanizacao/biblioteca/documentos-norteadores/cadernos\\_de\\_atencao\\_basica\\_-\\_volume\\_ii.pdf](http://www.saude.sp.gov.br/resources/humanizacao/biblioteca/documentos-norteadores/cadernos_de_atencao_basica_-_volume_ii.pdf)>. Acesso em: 09 de agosto de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Práticas Farmacêuticas no Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (Nasf AB). 2018. Disponível em:  
<[http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/praticas\\_farmaceuticas\\_nasfab.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/praticas_farmaceuticas_nasfab.pdf)>. Acesso em: 09 de agosto de 2021.

BRUNTON, L.L.; CHABNER, B.A.; KNOLLMANN, B.C. As Bases Farmacológicas da Terapêutica de Goodman & Gilman. 12ª ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Serviços farmacêuticos diretamente destinados ao paciente, à família e à comunidade contextualização e arcabouço conceitual. Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2016, 200 p. Disponível em:  
<[http://www.cff.org.br/userfiles/Profar\\_Arcabouco\\_TELA\\_FINAL.pdf](http://www.cff.org.br/userfiles/Profar_Arcabouco_TELA_FINAL.pdf)>. Acesso em: 09 de agosto de 2021.

DIEHL, E.E.; SANTOS, R.I.; SCHAEFER, S.C. Assistência farmacêutica no Brasil: política, gestão e clínica – Coleção de livros. Florianópolis: EdUFSC, 2016. Disponível em:  
<<https://unasus.ufsc.br/gestaofarmaceutica/2016/11/30/colecao-de-livros-%E2%80%9CAssistencia-farmaceutica-no-brasil-politica-gestao-e-clinica%E2%80%9D-2/>>. Acesso em: 09 de agosto de 2021.

FUCHS, F.D.; WANNMACHER, L. Farmacologia clínica: fundamentos da terapêutica racional. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. 833 p.

GOLAN, D.E., et al. Princípios de farmacologia: a base fisiopatológica da farmacologia. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

INSTITUTO PARA PRÁTICAS SEGURAS NO USO DE MEDICAMENTOS. Desafio global de segurança do paciente - medicação sem danos. 2018. Disponível em: <[https://www.ismp-brasil.org/site/wp-content/uploads/2018/02/ISMP\\_Brasil\\_Desafio\\_Global.pdf](https://www.ismp-brasil.org/site/wp-content/uploads/2018/02/ISMP_Brasil_Desafio_Global.pdf)>. Acesso em: 09 de agosto de 2021. 09 de agosto de 2021

INSTITUTO PARA PRÁTICAS SEGURAS NO USO DE MEDICAMENTOS. Prevenção de erros de medicação entre pacientes com diabetes. 2018. Disponível em: <[https://www.ismp-brasil.org/site/wp-content/uploads/2019/09/BOLETIM-ISMP\\_AGOSTO2019\\_DIABETES.pdf](https://www.ismp-brasil.org/site/wp-content/uploads/2019/09/BOLETIM-ISMP_AGOSTO2019_DIABETES.pdf)>. Acesso em: 09 de agosto de 2021.

INSTITUTO PARA PRÁTICAS SEGURAS NO USO DE MEDICAMENTOS. Benzodiazepínicos: erros de medicação, riscos e práticas seguras na utilização. 2020. Disponível em: <[https://www.ismp-brasil.org/site/wp-content/uploads/2020/10/BOLETIM\\_BENZODIAZEPINICOS.pdf](https://www.ismp-brasil.org/site/wp-content/uploads/2020/10/BOLETIM_BENZODIAZEPINICOS.pdf)>. Acesso em: 09 de agosto de 2021.



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



INSTITUTO PARA PRÁTICAS SEGURAS NO USO DE MEDICAMENTOS. Medicamentos potencialmente inadequados para idosos. 2017. Disponível em: <[https://www.ismp-brasil.org/site/wp-content/uploads/2017/09/is\\_0006\\_17a\\_boletim\\_agosto\\_ismp\\_210x276mm\\_v2.pdf](https://www.ismp-brasil.org/site/wp-content/uploads/2017/09/is_0006_17a_boletim_agosto_ismp_210x276mm_v2.pdf)>. Acesso em: 09 de agosto de 2021.

INSTITUTO PARA PRÁTICAS SEGURAS NO USO DE MEDICAMENTOS. Uso seguro de medicamentos na gestação. 2019. Disponível em: <[https://www.ismp-brasil.org/site/wp-content/uploads/2020/02/boletim\\_ismp\\_dezembro.pdf](https://www.ismp-brasil.org/site/wp-content/uploads/2020/02/boletim_ismp_dezembro.pdf)>. Acesso em: 09 de agosto de 2021.

INSTITUTO PARA PRÁTICAS SEGURAS NO USO DE MEDICAMENTOS. Uso seguro de medicamentos na lactação. 2019. Disponível em: <[https://www.ismp-brasil.org/site/wp-content/uploads/2019/12/BOLETIM\\_NOVEMBRO\\_MEDICAMENTOS-NA-LACTACAO\\_.pdf](https://www.ismp-brasil.org/site/wp-content/uploads/2019/12/BOLETIM_NOVEMBRO_MEDICAMENTOS-NA-LACTACAO_.pdf)>. Acesso em: 09 de agosto de 2021.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE. Boas práticas de farmacovigilância para as Américas. 2011. Disponível em: <<https://www.paho.org/hq/dmdocuments/2011/Red-PARF-5-Port.pdf>>. Acesso em: 09 de agosto de 2021.

OSORIO-DE-CASTRO, C.G.S.; LUIZA, V.L.; CASTILHO, S.R.; OLIVEIRA, M.A.; MARIN, N. (Org). Assistência Farmacêutica: gestão e prática para profissionais de saúde. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014. v. 1. 469 p.

PEREIRA, R.M. Planejamento, Programação e Aquisição: prever para prover. Brasília: OPAS, 2015. Disponível em: <<https://www.paho.org/bra/dmdocuments/Fasciculo%2010.pdf>>. Acesso em: 09 de agosto de 2021.

PINTO, V.B. Armazenamento e distribuição: o medicamento também merece cuidados. Brasília: OPAS, 2015. Disponível em: <<https://www.paho.org/bra/dmdocuments/Fasciculo%20012a.pdf>>. Acesso em: 09 de agosto de 2021.

SANTI, L.Q. Prescrição: o que levar em conta? Brasília: OPAS, 2015. Disponível em: <<https://www.paho.org/bra/dmdocuments/Fasciculo%20014a.pdf>>. Acesso em: 09 de agosto de 2021.

YANG, Y; WEST-STRUM, D. Compreendendo a farmacoepidemiologia. Porto Alegre: AMGH, 2013. 198 p.

WELLS, B.G.; DIPIRO GT, SCHWINGHAMMERTL, DIPIRO CV. Manual de Farmacoterapia. Porto Alegre: Artmed/McGrawHill. 9 ed., 2016, 976 p.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ



**TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I - MÉDICO GENERALISTA – 20H**

**PROGRAMA**

Abordagem familiar e ferramentas. Atenção primária em saúde. Promoção da saúde e prevenção (inclusive prevenção quaternária). Saúde da criança e do adolescente, da mulher, do adulto e do idoso: acompanhamento clínico e principais patologias.

**REFERÊNCIAS**

GUSSO, Gustavo; LOPES, José Mauro Seratti (Org.). *Tratado de Medicina da Família e Comunidade*: princípios, formação e prática. Porto Alegre: Artmed, 2012.

DUNCAN, B. B; SCHIMIDT, M. I.; GIUGLIANI, E. R. J. *Medicina ambulatorial*: condução de atenção primária baseada em evidência. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

Brasil. Ministério da Saúde. Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres / Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em:

[http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/protocolo\\_saude\\_mulher.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/protocolo_saude_mulher.pdf)

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança : crescimento e desenvolvimento / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012. 272 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica, nº 33). Disponível em:

[http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos\\_ab/caderno\\_33.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/caderno_33.pdf)

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 160 p. : il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 36). Disponível em:

[http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno\\_36.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_36.pdf)

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 128 p. : il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 37). Disponível em:

[http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno\\_37.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_37.pdf)

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: o cuidado da pessoa tabagista / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 154 p. : il. (Cadernos da Atenção Básica, n. 40). Disponível em:

[http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno\\_40.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_40.pdf)

**TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I - NUTRICIONISTA**

**PROGRAMA**

1. Atribuições e áreas de atuação do nutricionista;
2. Alimentação equilibrada na promoção da saúde e prevenção de doenças;
3. Atenção ambulatorial e domiciliar;



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



4. Aspectos fisiológicos e nutricionais nos diferentes ciclos da vida: gestação, aleitamento materno, lactação, infância, adolescência, fase adulta e terceira idade;
5. Avaliação bioquímica: recomendações e necessidades de micronutrientes;
6. Carboidratos, proteínas e lipídios: classificação, funções, digestão absorção, metabolismo e necessidades nutricionais
7. Avaliação nutricional de coletividades;
8. Indicadores e diagnóstico nutricional; O Método antropométrico; Definições e conceitos para o diagnóstico e o acompanhamento do estado nutricional; Parâmetros preconizados pela vigilância nutricional para cada fase do curso da vida.
9. Doenças crônicas não transmissíveis: obesidade, diabetes mellitus e hipertensão arterial sistêmica;
10. Dietoterapia em condições clínicas específicas: doenças do trato gastrointestinal, doenças neurológicas, doenças respiratórias, doenças metabólicas , diabetes mellitus, doenças cardiovasculares, neoplasias, doenças renais, obesidade e desnutrição;
11. Terapia nutricional enteral domiciliar e hospitalar: dieta enteral artesanal, semiartesanal e industrializada.

#### **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Conselho Federal de Nutricionistas. Resolução CFN nº 600/2018. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, indica parâmetros numéricos mínimos de referência, por área de atuação, para a efetividade dos serviços prestados à sociedade e dá outras providências. Disponível em [https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/resolucoes/Res\\_600\\_2018.htm](https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/resolucoes/Res_600_2018.htm) ,acesso em 09/08/2021.

VASCONCELOS , Francisco de Assis Guedes. Avaliação nutricional de coletividades.4ª edição, Florianópolis: Editora UFSC, 2008.

ACCIOLY, Elizabeth. et al. Nutrição em Obstetrícia e Pediatria. 3ª Reimpressão Revisada e Atualizada, Rio de Janeiro: Cultura Médica, 2002.

MAHAN, L. K; STUMP, S. E. Krause: Alimentos, Nutrição e Dietoterapia. 14ª edição, São Paulo: Editora Rocca, 2018;

59) BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Caderno de Atenção Domiciliar: cuidados em terapia nutricional. Volume 3. 1ª Edição. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno\\_atencao\\_domiciliar\\_vol3.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_atencao_domiciliar_vol3.pdf) ,acesso em 09/08/2021.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. 156 p. : il. Disponível em: [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_alimentar\\_populacao\\_brasileira\\_2ed.pdf](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf) ,acesso em 09/08/2021.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ



Brasil. Ministério da Saúde. Fascículo 1 Protocolos de uso do guia alimentar para a população brasileira na orientação alimentar: bases teóricas e metodológicas e protocolo para a população adulta [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Universidade de São Paulo. – Brasília : Ministério da Saúde, 2021. 26 p.: il. Disponível em : [https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolos\\_guia\\_alimentar\\_fasciculo1.pdf](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolos_guia_alimentar_fasciculo1.pdf) ,acesso em 09/08/2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos. Brasília: Ministério da Saúde. 2019. 265 p. Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia\\_da\\_crianca\\_2019.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia_da_crianca_2019.pdf) ,acesso em 09/08/2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde: Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 76 p. Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/orientacoes\\_coleta\\_analise\\_dados\\_antropometricos.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/orientacoes_coleta_analise_dados_antropometricos.pdf) ,acesso em 09/08/2021.

Zambelli ,Clarissa Martins Saraiva Figueira et. al, Diretriz BRASPEN de Terapia Nutricional no Paciente com Doença Renal (2021); BRASPEN J 2021; 36 (2o Supl 2): 2-22 Disponível em : [https://f9fcfebf-80c1-466a-835e-5c8f59fe2014.filesusr.com/ugd/66b28c\\_ac9a31203e394cd28ff67cca9edb79e8.pdf](https://f9fcfebf-80c1-466a-835e-5c8f59fe2014.filesusr.com/ugd/66b28c_ac9a31203e394cd28ff67cca9edb79e8.pdf) ,acesso em 09/08/2021;

Campos, Leticia Fuganti et. al, Diretriz BRASPEN de Terapia Nutricional no Diabetes Mellitus BRASPEN J 2020; 35 (Supl 4): 1 Disponível em: [https://f9fcfebf-80c1-466a-835e-5c8f59fe2014.filesusr.com/ugd/66b28c\\_77ee5a91b6d14ade864fe0c091afde8c.pdf](https://f9fcfebf-80c1-466a-835e-5c8f59fe2014.filesusr.com/ugd/66b28c_77ee5a91b6d14ade864fe0c091afde8c.pdf) ,acesso em 09/08/2021;

Gonçalves ,Thiago José Martins et. al, Diretriz BRASPEN de terapia nutricional no envelhecimento BRASPEN J 2019; 34 (Supl 3):2-58 Disponível em: [https://f9fcfebf-80c1-466a-835e-5c8f59fe2014.filesusr.com/ugd/a8daef\\_13e9ef81b44e4f66be32ec79c4b0fbab.pdf](https://f9fcfebf-80c1-466a-835e-5c8f59fe2014.filesusr.com/ugd/a8daef_13e9ef81b44e4f66be32ec79c4b0fbab.pdf) ,acesso em 09/08/2021;

## TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I - EDUCADOR FÍSICO

### PROGRAMA

Contribuição na melhoria da qualidade de vida de idosos, portadores de deficiência, e famílias.  
Avaliação e desenvolvimento de atividades físicas (incluindo reabilitação profissional).  
Organização de eventos em parques e praças.  
Anatomia Humana Aplicada à Educação Física.  
Relação atividade física e aptidão física, desempenho atlético e saúde.  
Atividade física como agente promotor de saúde, aptidão física: conceitos e classificações.  
Aptidão física relacionada à saúde: dimensões morfológicas, funcional-motora, fisiológica e comportamental.



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



Bases Fisiológicas do Treinamento Esportivo.  
Fisiologia do Exercício.  
Educação Física, Infância, Juventude e Velhice.  
Metodologia do Ensino dos Esportes. Ensino, aquisição, iniciação, especialização e regras dos esportes individuais e coletivos.  
Musculação.  
Organização e Sistemas de disputas para competições esportivas.  
Conceitos de saúde, qualidade de vida e suas implicações na saúde coletiva.  
Teoria e Prática dos Esportes.  
Treinamento Esportivo.  
Atividades Aquáticas.  
Atletismo, Esportes Coletivos, Danças, Ginásticas, Lutas e Jogos.  
Práticas corporais de aventura urbana e da natureza.

### **REFERÊNCIAS**

- ANDRÉ, S.; COSTA, A.C.G. Educação para o desenvolvimento humano. Editora Saraiva. São Paulo. 2004.
- BENDA, R. N.; UGRINOWITSCH, H. Aprendizagem motora: fatores que afetam a aquisição de habilidades motoras. In: SAMULSKI, D. M.; MENZEL, H.-J. PRADO, L. S.; (Eds.). Treinamento esportivo. Barueri: Manole, p. 165-182, 2013.
- BOJIKIAN, João Crisóstomo Marcondes; BOJIKIAN, Luciana Perez. Ensinando Voleibol. Phorte; Edição: 5ª (2012).
- CHAGAS, M. H.; LIMA, F. V. Capacidade força muscular: estruturação e conceitos básicos. In SAMULSKI, D.M.; MENZEL, H.J.; PRADO, L.S. Treinamento esportivo. Ed. Manole, 2012.
- COSTANZO, L. S; Fisiologia. Elsevier, Rio de Janeiro, 2004.
- Ginástica, dança e atividades circenses / Fernando Jaime González; Suraya Cristina Darido; Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira, org.; prefácio de Ricardo Garcia Cappelli. – Maringá: Eduem, 2014. v. 3.
- GRECO, P.J. (org.) (1998) Iniciação esportiva universal. Vol. 2 Metodologia da iniciação tática. Editora Universitária. UFMG.
- GRECO, P.J.; BENDA, R (org.) (1998) Iniciação esportiva universal. Vol. 1: Da aprendizagem motora ao treinamento técnico. Editora Universitária. UFMG.
- GRECO, Pablo Juan / ROMERO, Juan J. Fernandez. Manual de Handebol - da Iniciação ao Alto Nível. Phorte.
- GUISELINI M. Atividade física e qualidade de vida. Informe Phorte, São Paulo, 1999.
- HAYWOOD, K. M. GETCHELL, N. Desenvolvimento motor ao longo da vida. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- JUNIOR, José Roulien de Andrade. Futsal – Aquisição, Inicialização e Especialização. Juruá Editora, 2007.
- KINDERSLEY, Dorling. Futebol passo a passo. Editora Publifolha, 2012.
- KRÖGER, C.; ROTH, K. Escola da bola: um ABC para iniciantes nos jogos esportivos. Tradução Pablo Juan Greco. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2006.
- MASSENA, Anita. Eventos e Competições Esportivas: Planejamento e Organização. 1ª edição, 2012.
- MCARDLE WD, KATCH FI, KATCH VL. Fisiologia do Exercício - Energia, Nutrição e Desempenho Humano. 7a.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ



Manual de Musculação. Uma Abordagem Teórico-prática do Treinamento de Força. Editora: Phorte; 7ª Edição, 2013.

Program, American Sport E. Ensinando Basquetebol para Jovens. MANOLE

REZENDE, Jose Ricardo. Sistemas de Disputa para Competições Esportivas - Torneios & Campeonatos. Editora PHORTE, 2007.

SAMULSKI, D.; MENZEL, H.J.; PRADO, L. S (editores).: Treinamento Esportivo. Editora Manole, 2013.

SMITH, L.K.; WEISS, E.L.; LEHMKUHL, L.D. Cinesiologia clínica de Brunnstrom. São Paulo: Ed. Manole, 1997.

TANI, G. Comportamento motor: aprendizagem e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

## TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – ARQUITETO

### PROGRAMA

**1. HISTÓRIA DA ARQUITETURA:** História da arquitetura e do urbanismo. Arquitetura brasileira. Patrimônio histórico e artístico.

**2. PROJETO DE ARQUITETURA:** Teoria e prática do projeto arquitetônico, metodologia de projeto, partido arquitetônico e suas condicionantes, implantação e análise do terreno e do entorno, estudo de acessos, fluxos e circulações. Etapas do projeto. Desenvolvimento e detalhamento de projeto arquitetônico, elaboração de memorial descritivo e especificações técnicas. Conforto ambiental, iluminação e ventilação natural, insolação, luminotécnica, conforto acústico e térmico. Projeto paisagístico. Acessibilidade em edifícios. Eficiência energética, conservação de energia e sustentabilidade. Norma de desempenho.

**3. PLANEJAMENTO E URBANISMO:** Legislação ambiental e urbanística. Teoria da urbanização. Histórico do planejamento urbano. Planejamento físico e urbano com elaboração de planos diretores e recomendações de ocupação, manutenção e uso. Parcelamento de solo urbano. Projeto de implantação de infraestrutura de arruamento, equipamentos urbanos e sinalização viária. Terraplenagem. Sistema cartográfico e geoprocessamento. Requalificação Urbana. Desenvolvimento Sustentável.

**4. COORDENAÇÃO E GESTÃO DE PROJETOS:** Processo de projeto e sua gestão. Coordenação, gerenciamento e compatibilização de projetos arquitetônicos e complementares. Análise e verificação de projetos submetidos à aprovação, incluindo a emissão de pareceres técnicos.

**5. LICITAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS:** Elaboração do Termo de Referência e Projeto Básico. Licitações e contratos. Gestão e Fiscalização de Contratos. Responsabilidade fiscal de contrato. Rescisão contratual.

**6. GERENCIAMENTO, PLANEJAMENTO E CONTROLE DE OBRAS:** Planejamento, orçamento e composição de preços. Planilha orçamentária. Cronograma físico-financeiro. Curva “ABC”. Histograma de materiais. Histograma de pessoal. Acompanhamento de obras e medição de serviços. Análise e gerenciamento de contratos, projetos e obras.

### REFERÊNCIA

BRASIL. Lei nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979 e suas alterações. Parcelamento do solo urbano.



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



BRASIL. Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 . Licitações e Contratos.  
BRASIL. Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001 e suas alterações. Estatuto das Cidades.  
BRASIL. Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 e suas alterações. Política Nacional de Resíduos Sólidos.  
BRASIL. Lei nº 12.587 de 03 de janeiro de 2012 e suas alterações. Política Nacional de Mobilidade Urbana.  
ABNT. Representação de projetos de arquitetura. NBR 6.492. Rio de Janeiro: ABNT, 1994.  
ABNT. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. NBR 9.050. Rio de Janeiro: ABNT, Versão corrigida 2021.  
ABNT. Normas para Elaboração de Plano Diretor. NBR 12.267. Rio de Janeiro: ABNT, 1992.  
ABNT. Edificações habitacionais – Desempenho (Partes 1 a 6). NBR 15.575. Rio de Janeiro: ABNT, 2013.  
SARAPKA, Elaine Maria. Desenho arquitetônico básico. São Paulo: Pini, 2009.  
FRAMPTON, Kenneth. História crítica da arquitetura moderna. São Paulo: Martins Fontes Editora, 2012.  
BASTOS, David. Arquitetura Brasileira. São Paulo: Editora Zeta, 2014.  
CHOAY, Françoise. O patrimônio em questão: Antologia para um combate. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011  
FROTA, Anesia Barros e SCHIFFER, Sueli Ramos. Manual de conforto térmico. São Paulo: Studio Nobel, 2001.  
SILVA, Pérides. Acústica arquitetônica e condicionamento de ar. 6ª Edição. Belo Horizonte: EDTAL E. T. Ltda., 2011.  
ROMERO, Marta Adriana Bustos. Arquitetura bioclimática do espaço público. Brasília: Editora UNB, 2007.  
GONÇALVES, José Alberto; MADEIRA, Sérgio; SOUSA, J. João. Topografia: Conceitos e aplicações. 3ª Edição. Lisboa: Editora Lidel, 2012.  
AUGUSTO, Eduardo Agostinho Arruda – Manual Básico: Retificação de registro imobiliário e georreferenciamento. Conchas, 2011.  
MONTALVÃO, Elisamara Godoy. Gestão de obras públicas. Curitiba: Ibpex, 2009.  
KERZNER, Harold. Gestão de projetos: as melhores práticas. Porto Alegre: Bookman, 2010.  
TISAKA, Maçahico. Orçamento na construção civil: consultoria, projeto e execução. São Paulo: PINI, 2006.  
UBÁ. Prefeitura Municipal. Legislação do Município de Ubá / MG (Plano Diretor, Código de Obras – Normas de Urbanismo e Edificações, Lei de Parcelamento do Solo e suas alterações). Disponível em: [www.uba.mg.gov.br](http://www.uba.mg.gov.br)

**TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I - ENGENHEIRO AMBIENTAL**

- Fundamentos de Química, Biologia, Hidráulica, Hidrologia e Hidrogeologia.
- Impacto ambiental: Identificação, causas e consequências. Previsão e indicadores. Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Avaliação de impacto ambiental (AIA).
- Poluição ambiental: água, ar e solo. Parâmetros e padrões de qualidade.
- Saneamento básico: Abastecimento de água. Esgotamento sanitário. Drenagem pluvial. Gerenciamento de resíduos sólidos urbanos e industriais.



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



- Sistema de Gestão ambiental: Plano de Gestão Ambiental. Medidas mitigadoras e compensatórias. Análise e prevenção de riscos. Plano de monitoramento. Auditoria e perícia ambiental.
- Saneamento, meio ambiente e saúde pública. Doenças, modos de transmissão e medidas de prevenção. Controle de vetores.
- Legislação ambiental, florestal e de recursos hídricos. Política Nacional e Estadual de Meio Ambiente. Política Nacional e Estadual de Recursos Hídricos. Licenciamento ambiental. Outorga de direito de uso das águas.

## **REFERÊNCIAS**

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NORMA ISO 14.001. Sistema de gestão ambiental - Requisitos com orientações para uso. ABNT, 2004.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NORMA ISO 10.004. Resíduos sólidos – Classificação. Rio de Janeiro. ABNT, 2004.
- BRAGA B., HESPANHOL I., CONEJO J.G.L., MIERZWA J.C. *Introdução à Engenharia Ambiental*. 2ed. São Paulo. Prentice Hall. 2005.
- BRASIL. *Manual de Saneamento*. Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde. 4ed. Brasília: Funasa, 2015. 642 p.
- BRASIL. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000.
- BRASIL. Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.
- BRASIL. Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012.
- BRASIL. Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005.
- DERISIO J.C. *Introdução ao controle de poluição ambiental*. 2ed. São Paulo: Signus Editora; 2000.
- HELLER, L.; PÁDUA, V.L. *Abastecimento de água para consumo humano*. 2ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 859p.
- MINAS GERAIS. Lei Estadual nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016.
- MINAS GERAIS. Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 06 de dezembro de 2017.
- MINAS GERAIS. Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH-MG nº1, de 05 de maio de 2008.
- MOTA, S. *Introdução à engenharia ambiental*. 3ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária. 2003.
- SÁNCHEZ, L. E. *Avaliação de Impacto Ambiental: Conceitos e Métodos*. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 495p.
- TSUTIYA M.T. E ALEM SOBRINHO P. *Coleta e transporte de esgotos sanitários*. 3 ed. – São Paulo: Escola Politécnica da USP, 2011. 548p.
- von SPERLING. M. *Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos*. Volume 1., 3ed. Belo Horizonte: Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental/Universidade Federal de Minas Gerais, 2005. 452 p. (Princípios do tratamento biológico de águas residuárias, v. 1).



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



von SPERLING. M. Estudos e modelagem da qualidade da água de rios. Volume 7.,1ed. Belo Horizonte: Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental/Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. 588 p. (Princípios do tratamento biológico de águas residuárias, v. 7).

UBÁ. Lei municipal nº 191, de 26 de dezembro de 2016.

As normativas indicadas estão disponíveis em:  
<http://www.siam.mg.gov.br/sla/action/Consulta.do>

### **TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I - FONOAUDIÓLOGO**

#### **PROGRAMA**

- Sistema Único de Saúde e níveis de atenção em saúde;
- Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF);
- Prevenção e Intervenção precoce em Fonoaudiologia;
- Inserção e atuação do fonoaudiólogo nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF);
- A Fonoaudiologia no ambiente escolar;
- A Fonoaudiologia na relação multidisciplinar;
- Orientações sobre o aprimoramento e prevenção de alterações dos aspectos relacionados à audição, linguagem (oral e escrita), voz e motricidade orofacial;
- Medidas de biossegurança em Fonoaudiologia;
- Normas do Código de Ética do Fonoaudiólogo;
  
- Anatomia e fisiologia do sistema estomatognático;
- Desenvolvimento das funções estomatognáticas;
- Avaliação, diagnóstico e tratamento fonoaudiológico nos transtornos da fala e deglutição em adultos e crianças;
- As funções estomatognáticas e a postura corporal;
- Aleitamento materno - intervenção fonoaudiológica;
  
- Aquisição e desenvolvimento da linguagem oral e escrita
- Transtornos da linguagem e aprendizagem: conceituação, classificação e etiologia
- Avaliação, diagnóstico e tratamento fonoaudiológico nos transtornos da linguagem e de aprendizagem;
  
- Patologias laríngeas: conceituação, classificação e etiologia;
- Avaliação, diagnóstico e tratamento fonoaudiológico nas disfonias;
  
- Anatomia e fisiologia da audição e equilíbrio;
- Desenvolvimento da audição;
- Audiologia clínica: Avaliação, diagnóstico e prognóstico dos distúrbios da audição;
- Processamento auditivo central: avaliação e terapia fonoaudiológica;
- Indicação e interpretação de exames otoneurológicos (audiometria, imitanciometria, potenciais evocados auditivos, otoemissões acústicas, avaliação do comportamento auditivo infantil e teste vestibular);



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



- Triagem auditiva neonatal e acompanhamento da criança de risco para deficiência auditiva;
- Etiologias, diagnóstico precoce e consequências das perdas auditivas na infância;
- Intervenção fonoaudiológica na reabilitação dos distúrbios da audição;
- Indicação, seleção e adaptação de aparelho de amplificação sonora individual;
- Atuação fonoaudiológica em implante coclear;
- Avaliação otoneurológica e reabilitação vestibular em crianças, adultos e idosos;
- Audiologia Ocupacional: atuação fonoaudiológica e controle de ruído.

**REFERÊNCIAS**

FROTA, S. - FUNDAMENTOS DE FONOAUDIOLOGIA – AUDIOLOGIA. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 2003.

BEHLAU, Mara Suzana, Voz. O Livro do Especialista. v. 2. Rio de Janeiro: Revinter, 2002.

BOÉCHAT, E.M., MENEZES, P.L., COUTO, C.M., FRIZZO, A.C.F., SCHARLACH, R.C., ANASTASIO, A.R.T. TRATADO DE AUDIOLOGIA. 2ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

FERNANDES, F. D. M.; MENDES, B. C. A.; NAVAS, A. L. P. G. P. Tratado de Fonoaudiologia. 2ª ed. São Paulo: Roca; 2010.

JOTZ e col. Tratado de deglutição e disfagia – no adulto e na criança. Rio de Janeiro, Revinter, 2009.

MARCHESAN, I. Q. Fundamentos em Fonoaudiologia – aspectos clínicos da motricidade oral. 2ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Organização Pan-Americana de Saúde. CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. São Paulo: EDUSP, 2003.

ORTIZ, Karin Zazo. Distúrbios Neurológicos Adquiridos - Linguagem e Cognição. Manole, 2006.

VIEIRA, R. M., VIEIRA, M. M., AVILA, C. B.; PEREIRA, L. D. Fonoaudiologia e Saúde Pública. Carapicuíba: Pró-fono, 2000.

GOLDFELD, M. Fundamentos em Fonoaudiologia – Linguagem. 2ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

Código de Ética da Fonoaudiologia. Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia - Outubro de 2016. Disponível em: <http://www.fonoaudiologia.org.br/cffa/wp-content/uploads/2013/07/codigo-de-etica-fonoaudiologia-2017.pdf>



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ



### TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I - FISIOTERAPEUTA

Código de Ética e Deontologia da Fisioterapia. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Estratégias para prevenção e promoção da saúde. A posição do Município no Sistema Único de Saúde. Avaliação e condutas fisioterapêuticas utilizadas nas disfunções musculoesqueléticas, neurofuncionais, dermatofuncionais, reumatológicas, oncológicas, respiratórias e cardiovasculares. Fisioterapia aplicada à saúde da mulher, criança, adolescente, idoso e do trabalhador. Mecanoterapia, cinesioterapia, massoterapia, eletroterapia, laserterapia, crioterapia e termoterapia. Órteses e próteses. Fisioterapeuta no Programa de Saúde da Família. Fisioterapia preventiva.

### REFERÊNCIAS

- COFFITO. Código de Ética e Deontologia da Fisioterapia. 2013.
- DUTTON, Mark. *Fisioterapia ortopédica: exame, avaliação e intervenção*. 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 1.720 p.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. 325 p.
- MENDES, GILMAR F. *Série IDP – Linha Administração e Políticas Públicas - Gestão Pública e Direito Municipal: tendências e desafios*. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2016.
- STARKEY, Chad. *Recursos terapêuticos em fisioterapia / 4. ed.* – Barueri, SP : Manole, 2017.
- GISELE BRAGA PINHEIRO. *Introdução à fisioterapia* - Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2017.
- Tecklin, Jan Stephen *Fisioterapia pediátrica*. 5. ed. – Barueri [SP]: Manole, 2019.
- COOK, CHAD E. *Testes ortopédicos em fisioterapia*. 2. ed. --Barueri, SP : Manole, 2015.
- O’SULLIVAN, SUSAN B. *Fisioterapia : avaliação e tratamento*. 6. ed. -- Barueri, SP : Manole, 2018.
- KISNER, CAROLYN. *Exercícios terapêuticos : consulta rápida*. 2. ed. - Barueri [SP] : Manole, 2019.
- DAVID J. MAGEE, JAMES E. ZACHAZEWSKI, WILLIAM S. QUILLEN. *Prática da reabilitação musculoesquelética : princípios e fundamentos científicos*. Barueri, SP : Manole, 2013.
- RODRIGO DEAMO ASSIS. *Condutas práticas em fisioterapia neurológica*. Barueri, SP : Manole, 2012.
- BEHRENS, BARBARA J. *Agentes físicos em reabilitação : teoria e prática baseada em evidências / Barbara*. 3. ed. - Barueri [SP] : Manole, 2018.
- PELICIONI, MARIA CECÍLIA FOCESI. *Educação e promoção da saúde: teoria e prática*. 2. ed. – Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2019
- PAULO CÉSAR PORTO DELIBERATO. *Fisioterapia preventiva : fundamentos e aplicações*. – 2. ed. – Barueri, SP : Manole, 2017.

### TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I - TURISMÓLOGO

### PROGRAMA

A atividade do turismo: organizações governamentais, intermediários, transporte, atrações, hospedagem. A dimensão e a estrutura do Sistema Turístico. Destinação turística. Demanda turística. A potencialidade turística municipal e regional. O turismo e o patrimônio sociocultural, a importância socioeconômica e ambiental do turismo e os impactos da atividade turística. A teoria do espaço turístico. O espaço turístico natural e o urbano. Planejamento Estratégico. Planejamento turístico. Etapas do processo de planejamento turístico. Tipos de planejamento



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



turístico, fases do processo de planejamento, metodologias de apoio ao planejamento. Inventário Turístico. Sistematização do diagnóstico, trabalho de prognóstico e estruturação de diretrizes de ação. A metodologia de planejamento estratégico e de gestão dos polos turísticos. Marketing para o turismo. Gerenciamento de projetos. Gestão de Projetos Turísticos. O turismo e legado cultural. O desenvolvimento turístico de forma sustentável. Diretrizes e tendências do turismo.

**REFERÊNCIAS**

BARRETTO, Margarita. **Turismo e Legado Cultural**. 4 ed. Campinas: Papirus, 2003.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: Senac, 2005.

BOULLON, Roberto. **Planejamento do espaço turístico**. Tradução de Josely Vianna Baptista. Bauru: EDUSC, 2002.

BRAGA, Debora Cordeiro. **Planejamento turístico: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

CÉSAR, Pedro de Alcântara Bittencourt; STIGLIANO, Beatriz Veroneze. **Inventário turístico**. Campinas: Editora Alínea, 2005.

COOPER, Chris et al. **Turismo: princípios e práticas**. 2 ed. São Paulo: Bookman, 2001.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

DINSMORE, Paul. C. **Como se tornar um profissional em gerenciamento de projetos**. 2. ed. São Paulo: Qualitymark, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ



**ANEXO VI**  
**ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS**  
**CONSOLIDADO A RETIFICAÇÃO Nº 04**

**NÍVEL FUNDAMENTAL**

**101 - AGENTE ADMINISTRATIVO I**

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais;

Requisitos Mínimos: Ensino Fundamental (antigo 1º grau).

Vencimento mensal vigente em julho/2021. Padrão inicial: R\$ 1.416,71

**Atribuições do cargo:** realizar atendimento, orientação e encaminhamento de usuários de serviços públicos; executar serviços administrativos auxiliares em órgãos públicos como recepção aos cidadãos, digitação, reprodução e arquivo de documentos; executar serviços de Secretaria de Escolas, outras atividades definidas em Regulamento.

**NÍVEL MÉDIO E MÉDIO TÉCNICO**

**201 - PROFESSOR AI**

Local de Trabalho: escolas da rede pública municipal/Secretaria Municipal de Educação

Jornada de Trabalho: **25 horas semanais;**

Requisitos Mínimos: Formação em nível médio, com habilitação em magistério para atuar em educação infantil ou séries iniciais do Ensino Fundamental; ou formação em nível superior em Pedagogia, Normal Superior ou em curso superior de graduação, reconhecido pelo MEC, que habilite para atuar como professor na educação infantil e/ou séries iniciais do ensino fundamental.

Vencimento mensal vigente em julho/2021. Padrão inicial: R\$ 2.160,61

**Atribuições do cargo:** regência de turma da educação infantil ou do 1º ao 5º ano do ensino fundamental e atividades extraclasse inerentes à atividade de professor, assim como outras atividades previstas em regulamento.

**202 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I**

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, inclusive administração indireta (Ubaprev – 1 vaga).

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais;



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ



Requisitos Mínimos: Ensino Médio (antigo 2º. grau)

Vencimento mensal vigente em julho/2021. Padrão inicial: R\$ 2.160,61

**Atribuições do cargo:** realizar atendimento, orientação e encaminhamento de usuários de serviços públicos; executar serviços administrativos de média complexidade; redigir e digitar documentos; alimentar banco de dados; outras atividades definidas em regulamento.

### 203 - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO I

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente nas Secretarias Municipais de Finanças e do Ambiente e Mobilidade Urbana.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais;

Requisitos Mínimos: Ensino Médio, com habilitação mínima de Técnico em Contabilidade.

Vencimento mensal vigente em julho/2021. Padrão inicial: R\$ 2.160,61

**Atribuições do cargo:** Realizar estudos e desenvolver atividades que visem ao aperfeiçoamento das ações de vigilância; emitir pareceres, técnicos em instância de julgamento de infrações às leis e regulamentos em vigor; orientar contribuintes de tributos municipais; exercer tarefas na área de fiscalização de tributos municipais junto a estabelecimentos com a finalidade de manter regularizada a situação perante a Administração Municipal; examinar e analisar livros fiscais, contábeis, notas fiscais, faturas, balanços e quaisquer outros documentos de contribuintes; verificar área de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, para fins de fiscalização e cobranças de taxas municipais; analisar requerimentos de licença para desenvolvimento de atividades permanentes ou transitórias, inclusive promovendo diligências externas; efetuar inspeções para fazer cumprir normas derivadas do poder de polícia administrativa do município outras atividades definidas em regulamento.

### 204 - FISCAL SANITÁRIO I

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal do Ambiente e Mobilidade Urbana

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais;

Requisitos Mínimos: Ensino Médio (antigo 2º. grau)

Vencimento mensal vigente em julho/2021. Padrão inicial: R\$ 2.160,61

**Atribuições do cargo:** Orientar e fiscalizar as atividades e obras para prevenção/preservação ambiental e da saúde, inclusive vigilância sanitária, por meio de vistorias, inspeções, e análises técnicas de locais, atividades, obras, projetos e processos, visando o cumprimento da legislação ambiental e sanitária; promover educação sanitária e ambiental; outras atividades definidas em regulamento.

### 205 - TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO I – TÉCNICO EM INFORMÁTICA

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais;

Requisitos Mínimos: Ensino Médio, com habilitação mínima em Técnico em Informática

Vencimento mensal vigente em julho/2021. Padrão inicial: R\$ 2.160,61

**Atribuições do cargo:** executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Médio; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ



sua área de atuação; orientar contribuintes, executar vistorias em estabelecimentos externos, sujeitos à fiscalização ou à regulamentação do poder público municipal; executar atividades afins, em sua especialização de Nível Médio. Realizar outras tarefas correlatas.

**206 - TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO I – TÉCNICO AMBIENTAL**

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais;

Requisitos Mínimos: Ensino Médio, com habilitação mínima em Técnico Ambiental ou Técnico em Meio Ambiente, registro profissional.

Vencimento mensal vigente em julho/2021. Padrão inicial: R\$ 2.160,61

**Atribuições do cargo:** executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Médio; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; orientar contribuintes, executar vistorias em estabelecimentos externos, sujeitos à fiscalização ou à regulamentação do poder público municipal; executar atividades afins, em sua especialização de Nível Médio. Realizar outras tarefas correlatas.

**207 - TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO I – TÉCNICO EM EDIFICAÇÃO**

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais;

Requisitos Mínimos: Ensino Médio, com habilitação mínima em Técnico em Edificação, registro profissional.

Vencimento mensal vigente em julho/2021. Padrão inicial: R\$ 2.160,61

**Atribuições do cargo:** executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Médio; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; orientar contribuintes, executar vistorias em estabelecimentos externos, sujeitos à fiscalização ou à regulamentação do poder público municipal; executar atividades afins, em sua especialização de Nível Médio. Realizar outras tarefas correlatas.

**208/209 - TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO I – TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais ou 40 horas semanais.

Requisitos Mínimos: Ensino Médio, com habilitação mínima em Técnico de Enfermagem e registro no COREN;

Vencimento mensal vigente em julho/2021. Padrão inicial: R\$ 2.160,61 (30 horas semanais) ou R\$ 2.880,79(40 horas semanais).

**Atribuições do cargo:** executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Médio; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



sua área de atuação; realizar visitas domiciliares, quando lotado na Estratégia Saúde da Família; executar atividades afins, em sua especialização de Nível Médio. Realizar outras tarefas correlatas; organizar ambiente de trabalho; trabalhar em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança; realizar registros e elaborar relatórios técnico; desempenhar atividades e realizar ações para promoção da saúde da família.

**210 - GUARDA CIVIL MUNICIPAL**

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal do Ambiente e Mobilidade Urbana.

Jornada de Trabalho: 40 horas semanais, podendo ser adotada jornada doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso.

Requisitos mínimos: Ensino Médio

Vencimento mensal vigente em julho/2021. Padrão inicial: R\$ 2.160,61

**Atribuições do cargo:** zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município; prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais; atuar, preventiva e permanentemente, no território do Município, para a proteção sistêmica da população que utiliza os bens, serviços e instalações municipais; colaborar, de forma integrada com os órgãos de segurança pública, em ações conjuntas que contribuam com a paz social; colaborar com a pacificação de conflitos que seus integrantes presenciarem, atentando para o respeito aos direitos fundamentais das pessoas; exercer as competências de trânsito que lhes forem conferidas, nas vias e logradouros municipais, nos termos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), ou de forma concorrente, mediante convênio celebrado com órgão de trânsito municipal; proteger o patrimônio ecológico, histórico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município, inclusive adotando medidas educativas e preventivas; cooperar com os demais órgãos de defesa civil em suas atividades; interagir com a sociedade civil para discussão de soluções de problemas e projetos locais voltados à melhoria das condições de segurança das comunidades; estabelecer parcerias com os órgãos estaduais e da União, ou de Municípios vizinhos, por meio da celebração de convênios ou consórcios, com vistas ao desenvolvimento de ações preventivas integradas; articular-se com os órgãos municipais de políticas sociais, visando à adoção de ações interdisciplinares de segurança no Município; integrar-se com os demais órgãos de poder de polícia administrativa, visando a contribuir para a normatização e a fiscalização das posturas e ordenamento urbano municipal; garantir o atendimento de ocorrências emergenciais, ou prestá-lo direta e imediatamente quando deparar-se com elas; encaminhar ao delegado de polícia, diante de flagrante delito, o autor da infração, preservando o local do crime, quando possível e sempre que necessário; contribuir no estudo de impacto na segurança local, conforme plano diretor municipal, por ocasião da construção de empreendimentos de grande porte; desenvolver ações de prevenção primária à violência, isoladamente ou em conjunto com os demais órgãos da própria municipalidade, de outros Municípios ou das esferas estadual e federal; auxiliar na segurança de grandes eventos e na proteção de autoridades e signatários.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ



**211 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS**

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente Secretaria Municipal do Ambiente e Mobilidade Urbana.

Carga horária: 30 horas semanais

Requisitos Mínimos: Ensino Médio, com habilitação mínima em curso técnico registrado no CREA.

Vencimento vigente em julho/2021: R\$ 2.160,61

**Atribuições do cargo:** executar tarefas internas e externas de verificação da observância das posturas municipais, relacionadas com a obstrução de vias públicas, meio ambiente, edificações, comércio de vendedores ambulantes, horário de comércio e outros assuntos correlatos, informando processos e expedientes relacionados com sua atividade e dando parecer; promover a avaliação ou reavaliação de bens imóveis para efeitos tributários de competência municipal; efetuar revisões periódicas no sentido de apurar a existência de construções clandestinas; executar trabalho de inspeção e vistoria em obras particulares para cumprimento do projeto aprovado pela Prefeitura; conferir dimensões, circulares, áreas, e outros itens, examinando a observância do projeto aprovado e vistoriar “in loco” sua execução; fazer verificação, completa em obras concluídas, para concessão de habite-se; comunicar a existência de material de construção em vias públicas, para as providências cabíveis; informar processo de renovação e transferência de alvará, reforma, licença de demolição, aprovação, modificação de projetos e outros casos afins e dar parecer; observar sistematicamente agressões aos códigos vigentes na Prefeitura Municipal de Ubá; exercer a ação fiscalizadora de observância e melhoria do meio ambiente na legislação de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, com o apoio de técnico ambiental; fiscalizar e analisar projetos, realizar atos em processos administrativos, exercer atividades correlatas previstas em regulamento.

**212 - FISCAL DA RELAÇÕES DE CONSUMO**

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente Procon.

Carga horária: 30 horas semanais

Requisitos Mínimos: Ensino Médio

Vencimento em julho/2021: R\$ 2.160,61

**Atribuições do cargo:** Lavrar autos de infração, apreensão e termo de depósito; receber denúncias e reclamações contra quaisquer tipos de abusos no mercado de consumo e serviços; exercer, com poder de polícia, todas as atividades de fiscalização para o cumprimento normas atinentes as relações de consumo; verificar o cumprimento da legislação em vigor, notificando e autuando os infratores, quando for o caso; fiscalizar preços, abastecimento, qualidade, quantidade e segurança de bens e serviços; realizar atos em processos administrativos, executar tarefas correlatas.

**NÍVEL SUPERIOR**

**301 – TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – BIBLIOTECÁRIO**

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Cultura ou de Educação.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais;

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Biblioteconomia, registro no conselho profissional pertinente;

Vencimento mensal vigente em julho/2021. Padrão inicial: R\$ 3.021,96

**Atribuições do cargo:** Executar atividades internas e externas correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; orientar usuários do serviço público e servidores lotados em órgãos onde se



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ



desenvolvem atividades inerentes à sua formação profissional; desenvolver projetos, analisar projetos e outras atribuições definidas em Regulamento.

**302 - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – ENGENHEIRO DE TRÂNSITO**

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal do Ambiente e Mobilidade Urbana.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais;

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Engenharia de Trânsito ou Gestão e/ou Controle de Tráfego, ou curso superior em outra área, com especialização em engenharia de trânsito ou gestão e/ou de trânsito ou tráfego, registro profissional;

Vencimento mensal vigente em julho/2021. Padrão inicial: R\$ 3.021,96

**Atribuições do cargo:** executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; desenvolver e planejar ações de planejamento e gestão ou controle de trânsito e tráfego, orientar servidores lotados em órgãos com atribuições afetas a sua área de formação profissional; outras atribuições definidas em regulamento.

**303 - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – BIÓLOGO:**

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal do Ambiente e Mobilidade Urbana ou Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais;

Vencimento mensal vigente em julho/2021. Padrão inicial: R\$ 3.021,96

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Biologia e registro profissional

**Atribuições do cargo:** Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; realizar vistorias em estabelecimentos sujeitos à fiscalização e/ou regulação do poder público municipal; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades; avaliar processos administrativos, emitir pareceres; outras atividades definidas em Regulamento.

**304 - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – PSICÓLOGO**

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social ou Secretaria Municipal de Educação.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais

Vencimento mensal vigente em julho/2021. Padrão inicial: R\$ 3.021,96

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Psicologia e registro no conselho profissional;

**Atribuições do cargo:** Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades; estudar, pesquisar e avaliar o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições, com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação; diagnosticar e avaliar distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



conflitos e questões e acompanhar o(s) paciente(s) durante o processo de tratamento ou cura. Outras atividades definidas em Regulamento.

**305 - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I - ASSISTENTE SOCIAL**

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais;

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Serviço Social, registro no CRESS;

Vencimento mensal vigente em julho/2021. Padrão inicial: R\$ 3.021,96

**Atribuições do cargo:** Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; prestar assistência a membros da comunidade local e a entidades que os congregam para identificação de problemas, levantamento de alternativas, prioridades e o encaminhamento aos setores competentes; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades; prestar serviços sociais orientando indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais e programas de educação; planejar, coordenar e avaliar planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional (seguridade, educação, trabalho, jurídica, habitação e outras); desempenhar tarefas administrativas e articular recursos financeiros disponíveis. Outras atividades definidas em Regulamento.

**306 - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – CONTADOR**

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Finanças ou Ubaprev

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais;

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Contabilidade, registro no CRC;

Vencimento mensal vigente em julho/2021. Padrão inicial: R\$ 3.021,96

**Atribuições do cargo:** Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; realizar estudos técnicos, emitir pareceres, analisar prestações de conta, emitir e analisar balanços e balancetes, auxiliar na elaboração, acompanhamento e execução do orçamento municipal, lei de diretrizes orçamentárias e plano plurianual de ações; emitir relatórios e outros documentos para encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; outras atividades definidas em Regulamento.

**307 - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I - ENGENHEIRO AGRÔNOMO**

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Secretaria Municipal do Ambiente e Mobilidade Urbana

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais;

Requisitos Mínimos: Curso Superior Agronomia, registro no CREA.

Vencimento mensal vigente em julho/2021. Padrão inicial: R\$ 3.021,96

**Atribuições do cargo:** desenvolver ações, tarefas, estudos, projetos, pareceres, levantamentos e planos destinados à realização de obras e serviços públicas, de acordo com o seu campo de formação profissional; participar da elaboração de normas na sua área de atuação; realizar análise processual; orientar quando



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ



solicitado, o trabalho de outros servidores; executar e apoiar ações de fiscalização internas e externas, para o exercício do poder de polícia municipal.

**308 - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – ENGENHEIRO DE SISTEMAS**

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município, especialmente Secretaria Municipal de Governo

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais;

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Engenharia de sistemas, registro profissional.

Vencimento mensal vigente em julho/2021. Padrão inicial: R\$ 3.021,96

**Atribuições do cargo:** Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; verificação, implantação, acompanhamento, controle de métricas, automatização e determinação de pré-requisitos para os sistemas de informação e tecnologia da informação no âmbito da administração pública municipal; verificação e validação dos projetos e sistemas, incluindo o desenvolvimento, implantação e aplicação; monitoramento de desempenho, implantação de hardware e software e gestão da equipe de desenvolvimento; outras atividades previstas em regulamento.

**309 - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – ENGENHEIRO CIVIL**

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico ou Secretaria Municipal de Obras

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais

Vencimento mensal vigente em julho/2021. Padrão inicial: R\$ 3.021,96

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Engenharia Civil e registro no CREA.

**Atribuições do cargo:** Executar atividades internas e externas correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; desenvolver projetos, realizar avaliações e pareceres de interesse do Município; supervisionar a execução de obras realizadas pela Prefeitura e fiscalizar obras e serviços contratados; orientar quando solicitado, o trabalho de outros servidores; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades, fiscalizar, analisar e aprovar projetos; supervisionar ou fiscalizar a execução de obras públicas; outras atividades definidas em Regulamento.

**310 - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – ENGENHEIRO ELETRICISTA**

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico ou Secretaria Municipal de Obras

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais

Vencimento mensal vigente em julho/2021. Padrão inicial: R\$ 3.021,96

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Engenharia Elétrica e registro no CREA.

**Atribuições do cargo:** Executar atividades internas e externas correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; desenvolver projetos, realizar avaliações e pareceres de interesse do Município; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades, fiscalizar, analisar e aprovar projetos; supervisionar ou fiscalizar a execução de obras ou serviços públicas; outras atividades definidas em Regulamento.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ



**311/312 - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – ENFERMEIRO:**

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais ou 40 horas semanais.

Vencimento mensal vigente em julho/2021. Padrão inicial: R\$ 3.021,96 (30 horas semanais) ou R\$ 4.029,27 (40 horas semanais);

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Enfermagem e registro no COREN.

**Atribuições do cargo:** Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; realizar visitas domiciliares (para técnicos lotados na ESF – Estratégia Saúde da Família); preencher relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades; prestar assistência ao usuário do SUS; coordenar, planejar ações e auditar serviços de enfermagem; Implementar ações para a promoção da saúde junto à comunidade. Outras atividades definidas em Regulamento.

**313 - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – ENFERMEIRO DO TRABALHO:**

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais.

Vencimento mensal vigente em julho/2021. Padrão inicial: R\$ 3.021,96 (30 horas semanais).

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Enfermagem com especialização adequada e registro no COREN.

**Atribuições do cargo:** Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preencher relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades; fiscalizar a aplicabilidade das normas atinentes ao seu ramo de atividade; orientar servidores e usuários; outras atividades definidas em Regulamento.

**314 - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – MÉDICO AUDITOR**

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de Trabalho: 20 horas semanais

Vencimento mensal vigente em julho/2021. Padrão inicial: R\$ 3.021,96

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Medicina, Especialização em Auditoria Médica e registro no CRM;

**Atribuições do cargo:** Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades, realizar auditorias em contas do SUS; outras atribuições previstas em regulamento.

**315/316 - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – DENTISTA**

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais ou 40 horas semanais



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



Vencimento mensal vigente em julho/2021. Padrão inicial: R\$ 3.021,96 (30 horas semanais) e R\$ 4.029,27 (40 horas semanais).

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Odontologia e registro no CRO.

**Atribuições do cargo:** Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades; atender e orientar pacientes e executar procedimentos odontológicos; aplicar medidas de promoção e prevenção de saúde, ações de saúde coletiva, estabelecendo diagnóstico e prognóstico, interagindo com profissionais de outras áreas; desenvolver atividades profissionais junto a crianças, adultos e idosos, com ou sem necessidades especiais, em diferentes níveis de complexidade. Outras atividades definidas em Regulamento

**317 - TÉCNICO EM EDUCAÇÃO I (SUPERVISÃO ESCOLAR)**

Local de Trabalho: escolas e/ou outros órgãos da Secretaria Municipal de Educação.

Jornada de trabalho: 30 horas semanais.

Vencimento mensal vigente em julho/2021. Padrão inicial: R\$ 3.021,96

Requisitos Mínimos: Graduação em Pedagogia com habilitação em Supervisão Escolar, ou Pedagogia e demais licenciaturas, com pós-graduação que habilite em Supervisão Escolar. Registro no Conselho Profissional respectivo, se existente.

**Atribuições do cargo:** realizar atividades inerentes à sua formação profissional, em especial: fazer o planejamento geral das atividades a serem desenvolvidas apresentando-o a Secretaria Municipal de Educação e Cultura; assessorar a Administração nas decisões de ordem pedagógica; participar da coordenação do planejamento do currículo; participar da coordenação do planejamento do ensino; selecionar com os professores os novos métodos e técnicas de ensino; acompanhar e orientar na elaboração do Plano de Curso, de Unidade, de Aula; supervisionar, ao nível pedagógico, os cursos existentes; supervisionar, o ensino das classes que lhe forem confiadas dentro das normas e técnicas modernas; participar da equipe de coordenadores dos cursos, áreas ou disciplinas; colaborar na organização de atividades sociais, cívicas e religiosas e demais reuniões promovidas pela Escola; participar das reuniões de Pais e Professores, empenhando-se para que haja maior compreensão e aproximação entre a família e a escola; promover um ambiente de aceitação à crítica e à reformulação de comportamentos; orientar os professores quanto à técnica de utilização do material didático disponível; organizar e manter atualizado um arquivo com dados dos professores e vida escolar de cada um; orientar e assessorar os professores principiantes no exercício do magistério; visitar frequentemente as classes a fim de observar diretamente o ensino e a aprendizagem; promover entrevistas com os regentes, após visitas às classes fazendo a apreciação dos trabalhos e sugerindo medidas a tomar; auxiliar o professor a diagnosticar as dificuldades do aluno no processo de aprendizagem; supervisionar o processo de avaliação e concorrer para a redução dos índices de evasão e repetência; sugerir medidas para melhoria do rendimento nos aspectos qualitativos e quantitativos; demonstrar os resultados em gráficos gerais para apreciação dos regentes; estudar novas técnicas de aplicação dos recursos didáticos, difundindo-os entre o corpo docente; propor a aquisição de livros e material didático visando a melhoria do ensino-aprendizagem; colaborar na programação e execução de atividades extra-classe; desenvolver programas de treinamento e assistência em serviço;



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ



**318 - PROCURADOR MUNICIPAL**

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Procuradoria-Geral do Município.

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais;

Requisitos Mínimos: Curso Superior em Direito, registro na OAB; Experiência comprovada no mínimo de dois anos de efetivo exercício da advocacia.

Vencimento mensal vigente em julho/2021. Padrão inicial: R\$ 3.021,96

**Atribuições do cargo:** exercer a representação da Fazenda Pública Municipal no que tange aos poderes gerais de foro, na esfera judicial e administrativa; executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior; desenvolver e acompanhar ações jurídicas de interesse do Município, principalmente nas áreas constitucional, administrativa, tributária, civil e trabalhista; elaborar contratos, convênios e aditamentos; emitir pareceres para subsidiar decisões administrativas; outras atribuições definidas em Regulamento.

**319 - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – FARMACÊUTICO**

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de trabalho: 40 horas semanais

Vencimento vigente em julho/2021: R\$ 4.029,27

Requisitos Mínimos: Graduação em Farmácia e registro no conselho profissional respectivo.

**Atribuições do cargo:** Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior tais como: elaborar estudos, projetos e pareceres; realizar análise processual; executar e apoiar ações de fiscalização internas e externas, para o exercício do poder de polícia municipal; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades; realizar tarefas específicas de dispensação, controle, armazenamento, distribuição e transporte de produtos da área farmacêutica; participar da elaboração, coordenação e implementação de políticas de medicamentos; exercer fiscalização sobre estabelecimentos, produtos, serviços e exercício profissional; orientar sobre uso de produtos e prestar serviços farmacêuticos. Outras atividades definidas em Regulamento.

**320 - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I - MÉDICO GENERALISTA**

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de trabalho: 20 horas semanais

Vencimento em julho/2021: R\$ 3.021,96

Requisitos Mínimos: Graduação em Medicina e registro no conselho profissional respectivo.

**Atribuições do cargo:** Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior tais como: realizar consultas e atendimentos médicos a usuários do SUS, inclusive crianças e gestantes, em unidades públicas de saúde; colaborar na implementação de ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas; coordenar programas e serviços em saúde; efetuar perícias e sindicâncias médicas; elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica, orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades. Outras atividades definidas em Regulamento.



**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**



**321 - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I - NUTRICIONISTA**

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.  
Jornada de trabalho: 40 horas semanais

Vencimento em julho/2021: R\$ 4.029,27

Requisitos Mínimos: Graduação em Nutrição e registro no conselho profissional respectivo.

**Atribuições do cargo:** Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior, tais como: elaborar estudos, projetos e pareceres; realizar análise processual; executar e apoiar ações de fiscalização internas e externas, para o exercício do poder de polícia municipal. Orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades; prestar assistência nutricional a indivíduos e coletividades (sadios e enfermos); planejar, organizar, administrar e avaliar unidades de alimentação e nutrição; efetuar controle higiênico-sanitário; participar de programas de educação nutricional; Atuar em conformidade ao manual de boas práticas. Outras atividades definidas em Regulamento.

**322 - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I - EDUCADOR FÍSICO**

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de trabalho: 40 horas semanais

Vencimento em julho/2021: R\$ 4.029,27

Requisitos e Descrição (Secretaria de Saúde)

**Atribuições do cargo:** Executar atividades correspondentes a sua respectiva formação de nível superior, tais como: elaborar estudos, projetos e pareceres; realizar análise processual; executar e apoiar ações de fiscalização internas e externas, para o exercício do poder de polícia municipal. Realizar ações de promoção da saúde mediante práticas corporais, atividades físicas e lazer, que englobam realizar atendimento individual; realizar atendimento em grupos; realizar consultas compartilhadas; participar de eventos, campanhas, ações e programas de educação em saúde; promover atividades de educação permanente; promover ações em práticas integrativas e complementares (pics); desenvolver ações de saúde nas escolas e centros culturais; promover atividades de lazer e recreação; realizar visitas domiciliares; trabalhar em rede de serviços; matricular equipes; desenvolver ações de atividade física e práticas corporais inclusivas na saúde; estruturar ações de atividade física e práticas corporais na prevenção primária, secundária e terciária no SUS; estruturar ações de atividade física e práticas.

**323 - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – ARQUITETO**

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

Graduação em Arquitetura e registro no conselho profissional respectivo

Jornada de trabalho: 30 horas semanais

Vencimento em vigente em julho/2021: R\$ 3.021,96

Requisitos Mínimos: Graduação em Arquitetura, registro no conselho profissional pertinente;



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ



**Atribuições do cargo:** Desenvolver estudos, de acordo com o seu campo de formação, tais como: projetos, pareceres e planos destinados à realização de obras públicas e à planificação e desenvolvimento urbano do Município e participar da elaboração de normas na sua área de atuação; realizar análise processual; efetuar levantamentos, medições, estudos e esboços de terrenos, fazer alinhamento de ruas de acordo com o código de obras, fazer levantamentos planialtimétricos, localizando benfeitorias, elevações e deficiências de terrenos, fazer levantamento estadimétricos para comprovar áreas ou deficiências de medidas de terrenos, executar e apoiar ações de fiscalização internas e externas, para o exercício do poder de polícia municipal.

**324 - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I - ENGENHEIRO AMBIENTAL**

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente na Secretaria Municipal do Ambiente e Mobilidade Urbana e Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

Graduação em Engenharia Ambiental e registro no conselho profissional respectivo

Jornada de trabalho: 30 horas semanais

Vencimento em vigente em julho/2021: R\$ 3.021,96

Requisitos Mínimos: Graduação em Engenharia Ambiental, registro no conselho profissional pertinente;

**Atribuições do cargo:** Desenvolver estudos, de acordo com o seu campo de formação, tais como: projetos, pareceres e planos destinados à realização de obras públicas e à planificação e desenvolvimento urbano do Município e participar da elaboração de normas na sua área de atuação; realizar análise processual; efetuar levantamentos, medições, estudos e esboços de terrenos, fazer alinhamento de ruas de acordo com o código de obras, fazer levantamentos planialtimétricos, localizando benfeitorias, elevações e deficiências de terrenos, fazer levantamento estadimétricos para comprovar áreas ou deficiências de medidas de terrenos, executar e apoiar ações de fiscalização internas e externas, para o exercício do poder de polícia municipal.

**325 - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I - FONOAUDIÓLOGO**

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de trabalho: 40 horas semanais

Vencimento em julho/2021: R\$ 4.029,27

Requisitos Mínimos: Graduação em Fonoaudiologia e registro no conselho profissional respectivo.

**Atribuições do cargo:** Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior tais como: elaborar estudos, projetos e pareceres; realizar análise processual; executar e apoiar ações de fiscalização internas e externas, para o exercício do poder de polícia municipal.; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades, atender pacientes e clientes para prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas utilizando protocolos e procedimentos específicos de fonoaudiologia; tratar de pacientes e clientes; efetuar avaliação e diagnóstico fonoaudiológico; orientar pacientes, clientes, familiares, cuidadores e responsáveis; desenvolver programas de prevenção, promoção da saúde e qualidade de vida; exercer atividades



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020, DE 23 DE JANEIRO DE 2020  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ



administrativas e administrar recursos humanos, materiais e financeiros. Outras atividades definidas em Regulamento.

**326 - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I - FISIOTERAPEUTA**

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente Secretaria Municipal de Saúde.

Jornada de trabalho: 40 horas semanais

Vencimento em julho/2021: R\$ 4.029,27

Requisitos Mínimos: Graduação em Fisioterapia e registro no conselho profissional respectivo.

**Atribuições do cargo:** Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de Nível Superior tais como: elaborar estudos, projetos e pareceres; realizar análise processual; executar e apoiar ações de fiscalização internas e externas, para o exercício do poder de polícia municipal.; orientar quando solicitado, o trabalho de outros funcionários; desenvolver atividades de programação em sua área de atuação; preparar relatórios e outros documentos relativos ao exercício de suas atividades; aplicar técnicas fisioterapêuticas para prevenção, readaptação e recuperação de pacientes e clientes; atender e avaliar as condições funcionais de pacientes e clientes utilizando protocolos e procedimentos específicos da fisioterapia e suas especialidades; atuar na área de educação em saúde através de palestras, distribuição de materiais educativos e orientações para melhor qualidade de vida; desenvolver e implementar programas de prevenção em saúde geral e do trabalho; gerenciar serviços de saúde orientando e supervisionando recursos humanos. Outras atividades definidas em Regulamento.

**327 - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I - TURISMÓLOGO**

Local de Trabalho: Órgão da Administração Pública no município de Ubá, especialmente Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Lazer.

Jornada de trabalho: 30 horas semanais

Vencimento em julho/2021: R\$ 3.021,96

Requisitos Mínimos: Graduação em Turismo e registro no conselho profissional respectivo, se necessário.

**Atribuições do cargo:** Executar atividades correspondentes a sua respectiva formação de nível superior, tais como: elaborar estudos, projetos e pareceres; realizar atos em processos administrativos; executar e apoiar ações de fiscalização internas e externas, para o exercício do poder de polícia municipal.